

Ideias linguísticas em domínios teóricos específicos

Festschrift em homenagem à
professora pesquisadora
Leci Borges Barbisan

Marlene Gonçalves Mattes (Org.)



A longa história da Universidade remonta à idade média, percorrendo caminhos nem sempre fáceis, por vezes trabalhosos em termos de sua própria emancipação, mantendo ou renovando posicionamentos em busca do conhecimento, incluindo eminentemente alunos e professores, incluindo pesquisadores nas mais diversas áreas do conhecimento. A intenção ao fomentar a pesquisa, desde o princípio, foi a busca pela compreensão do ser humano em sua complexidade, do seu mundo, do seu *modus vivendi*, para se obter melhorias na vida em sociedade. Muito além do atendimento às necessidades básicas, o conhecer leva-nos a crescer, amadurecer, criar, escolher, transformar. Na medida em que mais e melhor nos formamos, nossa ação implica benefícios ímpares à sociedade. E é o que a comunidade espera daqueles que têm o compromisso de, através de seus valores humanos acima de tudo, formar seus alunos e de informá-los, garantindo-lhes o poder de tomar decisões com a convicção de as pautarem no conhecimento adquirido. Para alguns foram os primeiros passos em pesquisa, para outros, a coroação já do saber pesquisar, da obtenção de resultados, do seu compromisso de os difundir. Faz parte desta história a professora, por nós homenageada, Leci Borges Barbisan. Ela auxilia na construção dos caminhos da pesquisa, engajando-se na proposta acadêmica incondicionalmente. É por este motivo que nós, seus orientandos, os autores deste livro, em diferentes momentos de sua atuação profissional na PUCRS, encontramos em sua orientação compromissada, determinada e séria, o alicerce para o desenvolvimento de nossos projetos de pesquisa.



Editora fi
www.editorafi.org



IDEIAS LINGUÍSTICAS EM DOMÍNIOS TEÓRICOS ESPECÍFICOS

IDEIAS LINGUÍSTICAS EM DOMÍNIOS TEÓRICOS ESPECÍFICOS

***Festschrift* em homenagem à professora
pesquisadora Leci Borges Barbisan**

Marlene Gonçalves Mattes
(Org.)

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Arte de capa: Araújo Porto Alegre - São José do Rio Pardo/RS, 1806-Lisboa/Portugal, 1879 - Porta da cidade de Peruggia, s.d. - Grafite, 26.5 x 43 cm

Acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul – MARGS

Fotografia: Fabio Dal Re e Carlos Stein – Vivafoto

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MATTES, Marlene Gonçalves (Org.).

Ideias linguísticas em domínios teóricos específicos: *Festschrift* em homenagem à professora pesquisadora Leci Borges Barbisan. [recurso eletrônico] / Marlene Gonçalves Mattes (Org.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

206 p.

ISBN - 978-85-5696-194-5

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Festschrift; 2. Teoria linguística; 3. História; 4 BARBISAN, Leci Borges; I. Título.

CDD-400

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 400

Sumário

Apresentação - Pedro Theobald . 9

Prefácio . 13

1. Interdependência semântica em encadeamentos argumentativos: uma concepção de sentido segundo a teoria dos blocos semânticos . 19

Claudio Delanoy

2. Revisitando a Mudança Fônica . 37

Dermeval da Hora

3. Quer, gostaria, aceita — como traduzir möchte(n) para o português? . 63

Bianca Rabaioli; Cláudia Fernanda Pavan; Marianna Ilgenfritz Daudt
Sandra Schuppe; Renan Lazzarin; Erica Foerthmann Schultz

4. Aquisição do português escrito por imigrantes alemães. Contributo à história das ideias linguísticas . 83

Marlene Gonçalves Mattes

5. Do discurso à língua: a abordagem de Oswald Ducrot . 103

Neiva Maria Tebaldi Gomes

6. Legendagem e variação linguística: análise do filme Bienvenue chez les ch'tis . 123

Patrícia Ramos Reuillard; Joice Furtado

7. Por uma antropologia da enunciação: contornos de sentido, saberes do falante . 175

Valdir do Nascimento Flores

8. Bakhtin e Benveniste: a comunicação entre intersubjetividade e dialogismo para uma teoria antropológica da língua/gem . 187

Vera Lúcia Pires

Dados dos autores . 205

Apresentação

A presente coletânea em homenagem à Professora Leci Borges Barbisan apresenta oito capítulos, escritos por ex-orientandos nos diversos níveis da pós-graduação e pessoas ligadas à Linguística, área em que a professora vem atuando ininterruptamente e se destacando há várias décadas. Ao mesmo tempo em que continuam discípulos, os autores são hoje docentes em diversas universidades. Por isso mesmo, escolheram temas relacionados a sua própria atuação, em subáreas por vezes idênticas, por vezes diversas daquela em que foram iniciados pela professora homenageada. As características e a diversidade de tais escolhas se refletem na sinopse que apresentamos a seguir.

A obra se inicia com o capítulo “Interdependência semântica em encadeamentos argumentativos: uma concepção de sentido segundo a Teoria dos Blocos Semânticos”, do Prof. Cláudio Primo Delanoy. Essa teoria, dos pesquisadores franceses Marion Carel e Oswald Ducrot, acredita que o sentido de uma expressão é construído por meio das relações entre as entidades linguísticas, sem considerar um vínculo necessário com objetos extralinguísticos. O locutor, que expressa uma visão particular sobre o que vê no mundo, não fala de uma realidade preexistente, mas a constrói pelo discurso. O sentido, então, pode ser descrito por meio de encadeamentos argumentativos que expressam um dado bloco semântico.

O capítulo seguinte, “Revisitando a mudança fônica”, do Prof. Dermeval da Hora, apresenta uma discussão da proposta neogramática, de finais do século XIX, e das diversas propostas que a sucederam. Ao fazer um amplo e detalhado levantamento dos aspectos linguísticos, funcionais, sociais, ou, por vezes, da conjugação de aspectos que acabaram por fazer parte das propostas apresentadas, o autor faz referência, além da mudança fônica, à linguística em geral e às principais propostas que se apresentaram ao longo do tempo para “entender a língua e seus múltiplos processos”.

No capítulo 3, “Quer, gostaria, aceita – como traduzir *möchte(n)* para o português?”, a Profª. Erica Schultz e alunos fazem um estudo dos verbos modais em alemão e das possibilidades que se apresentam, especificamente, para a tradução da forma *möchte(n)*, referida no título. Para tanto, observam a apresentação desses verbos em livros didáticos de uso corrente no ensino de alemão e comparam as diversas traduções sugeridas em dicionários de alemão-português, de Portugal e do Brasil. Por fim, em

um conjunto de exemplos, mostram soluções encontradas pelo grupo para a tradução daquela forma verbal em contexto.

A Profa. Marlene Gonçalves Mattes, por sua vez, no capítulo intitulado “Aquisição do português escrito por imigrantes alemães. Contributo à história das ideias linguísticas”, dedica-se a um domínio pouco explorado na história das ideias linguísticas no Rio Grande do Sul. Trata-se da documentação das marcas deixadas pela língua alemã escrita e falada por descendentes de imigrantes. Para tanto, analisa um *corpus* manuscrito constituído de cartas pessoais, cartões postais e cartões sociais de felicitações datados do período compreendido entre 1920 e 1950 sob o ponto de vista do léxico, das expressões idiomáticas, da regência verbal, do uso de adjetivos e do uso de pronomes de tratamento. A interlíngua empregada pelos imigrantes fica evidenciada, de forma marcante e pitoresca, nesses documentos.

No capítulo 5, “Do discurso à língua: a abordagem de Oswald Ducrot” a Profa. Neiva Maria Tebaldi Gomes explicita a Teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot e Claude Anscombre, e ilustra seu emprego na leitura de uma crônica de Luís Fernando Veríssimo. A teoria em questão procura descrever os sentidos resultantes de atividades linguísticas pelas relações que se constroem entre palavras, expressões e frases. Seu objetivo é explicar como funciona a língua, partindo dos sentidos observáveis nos enunciados que compõem os discursos. A análise dos termos e enunciados da crônica “Estranho”, de Veríssimo, que encerra o capítulo, embora não aponte uma superioridade definitiva da teoria examinada, parece apontar caminhos seguros para a leitura, pois alia interpretação a explicação de relações semânticas entre segmentos do discurso.

Em “Legendagem e variação linguística: análise do filme *Bienvenue chez les ch'tis*”, a Profa. Patrícia Ramos Reuillard discute o tema da variação linguística na legendagem do filme *A Riviera não é aqui*. Baseada em numerosos exemplos, há uma exposição detalhada das dificuldades do trabalho de legendagem e uma ampla discussão teórica das principais questões relacionadas. A partir disso, a autora transcreve trechos de áudio do filme e os confronta com as legendas, bem como examina as soluções e estratégias do legendista e argumenta sobre a eficácia das soluções propostas. Muito além de apontar “erros”, o texto transforma-se, assim, em uma lição sobre a complexa operação que aborda.

O capítulo 7, “Por uma antropologia da enunciação: contornos de sentido, saberes do falante”, do Prof. Valdir do Nascimento Flores, trata da função metalinguística do discurso a partir de ideias de Jakobson e Benveniste. Segundo Flores, “... pode-se defender o princípio segundo o qual *a língua é o interpretante de si e de todos os sistemas semióticos*”. A língua assume essa função quando o falante, em lugar de deter-se no enunciado, se detém na língua em que foi feito o enunciado. Dessa forma, ele se torna um comentador do que ouve e do que ele mesmo diz. Ao fazê-lo, ele produz “interpretações sobre a própria língua, contornando-a de sentidos”, resultando em uma “simultaneidade entre o objeto e o estudo do objeto: é o fato de o homem poder falar sobre sua língua”.

No último capítulo, “Bakhtin e Benveniste: a comunicação entre intersubjetividade e dialogismo para uma teoria antropológica da língua/gem”, a Profa. Vera Lúcia Pires aborda a complexidade da significação na linguagem, tema que aproxima os autores mencionados no título. Para Benveniste, existem dois níveis de significação, o semiótico e o semântico; para Bakhtin, existem os elementos tema e significação. A autora do capítulo, por sua vez, afirma que os estratos semiótico e de significação se relacionam à materialidade linguística, ao passo que o nível semântico e o tema estão ligados ao contexto, ou seja, ao uso da linguagem. Não obstante, para ela, a fronteira entre esses dois estratos é relativamente estável, e é isso que demonstra no presente texto.

À Professora Marlene Gonçalves Mattes, que teve a iniciativa desta publicação, e a cada um dos autores, apresentamos os parabéns pelo elevado nível alcançado pelo conjunto dos capítulos aqui apresentados. cremos que todos eles são dignos de figurarem em uma coletânea que celebra a alta qualidade, os frutos e a continuidade na produção de uma das professoras mais destacadas da Universidade brasileira.

Prof. Pedro Theobald
Deptos. de Letras Estrangeiras e Teoria da Literatura
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prefácio

À nossa homenageada Leci Borges Barbisan

Conhecendo nossos propósitos

A longa história da Universidade remonta à idade média, percorrendo caminhos nem sempre fáceis, por vezes trabalhosos em termos de sua própria emancipação, mantendo ou renovando posicionamentos em busca do conhecimento, incluindo eminentemente alunos e professores, incluindo pesquisadores nas mais diversas áreas do conhecimento.

A intenção ao fomentar a pesquisa, desde o princípio, foi a busca pela compreensão do ser humano em sua complexidade, do seu mundo, do seu *modus vivendi*, para se obter melhorias na vida em sociedade. Muito além do atendimento às necessidades básicas, o conhecer leva-nos a crescer, amadurecer, criar, escolher, transformar. Na medida em que mais e melhor nos formamos, nossa ação implica benefícios ímpares à sociedade. E é o que a comunidade espera daqueles que têm o compromisso de, através de seus valores humanos acima de tudo, formar seus alunos e de informá-los, garantindo-lhes o poder de tomar decisões com a convicção de as pautarem no conhecimento adquirido. Para alguns foram os primeiros passos em pesquisa, para outros, a coroação já do saber pesquisar, da obtenção de resultados, do seu compromisso de os difundir.

Faz parte desta história a professora, por nós homenageada, Leci Borges Barbisan. Ela auxilia na construção dos caminhos da pesquisa, engajando-se na proposta acadêmica incondicionalmente. É por este motivo que nós, seus orientandos, os autores deste livro, em diferentes momentos de sua atuação profissional na PUCRS, encontramos em sua orientação compromissada, determinada e séria, o alicerce para o desenvolvimento de nossos projetos de pesquisa.

Meu convite à professora é resultado não somente do meu reconhecimento da qualidade da professora pesquisadora, mas também do reconhecimento dos seus orientandos aqui representados, os quais honram a professora homenageada através do convite que lhes foi feito para participar desta homenagem. As salas de aula da PUC testemunham

os nossos primeiros encontros com a professora Leci, seja na realização da graduação, seja da pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado). Suas aulas de língua francesa, de tradução, de estudos do texto, seminários de pesquisa (entre tantas outras disciplinas) oportunizaram conhecê-la, respeitá-la, admirá-la e, ao longo do tempo, decidir pela sua orientação à pesquisa de cada um de nós. Hoje alguns de seus primeiros orientandos ainda têm o privilégio de terem se tornado seus colegas no dia-a-dia, ou atuando na mesma instituição, ou confiando-lhe convite para a composição de bancas examinadoras de seus atuais orientandos em outras Instituições de Ensino Superior. Logo, o elo permanece, pois é o *mestre colaborando com seus discípulos*, compartilhando a sua busca incessante pelo conhecimento, demonstrada nos seus estudos atuais, em suas viagens a Paris para atualização – “para continuar estudando”, repetindo suas próprias e modestas palavras, na Instituição a qual lhe lançou as sementes para os estudos singulares que ora desenvolve.

Conhecendo seu *curriculum vitae*

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) registra em sua Plataforma LATTES os dados que seguem. A professora Leci Borges Barbisan é

“graduada em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutora em *Didactique des Langues pela Université de Grenoble III*, na França. Desenvolveu pesquisa de Pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris. É professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atua na área da Linguística, com ênfase em teorias da Enunciação. Orienta dissertações de Mestrado, teses de Doutorado e desenvolve atualmente pesquisas fundamentadas principalmente na Teoria da Argumentação na Língua, semântica linguística criada por Oswald Ducrot. É pesquisadora CNPq, com bolsa de Produtividade em Pesquisa, nível 1C”.

A atuação da professora Leci abarca suas aulas na graduação e na pós-graduação, sua participação em eventos, suas publicações, coordenação de grupos de pesquisa e orientações. É a atividade de

orientação justamente um dos nossos maiores motivos para homenageá-la. A qualidade do seu trabalho se reflete no alto número de orientações já realizadas, número superior *a uma centena!* Incluem-se ainda colaborações em pesquisa de pós-doutorado. No que se refere a publicações e participações em eventos, bem como em composição de bancas examinadoras de mestrado e doutorado, destaca-se mais uma vez sua participação efetiva, colaborando de modo profícuo com o avanço dos estudos na área da Linguística.

Os temas de suas pesquisas são evidenciados nos seguintes títulos dos seus projetos: Estudos do discurso: da teoria à prática; A interdiscursividade na linguagem; O papel da alteridade na concepção da Teoria da Argumentação na Língua; A compreensão do discurso como trama de sentidos; O valor semântico-argumentativo de tempo, aspecto e modo no discurso; A compreensão do sentido expresso pelo linguístico no discurso; A construção da argumentação no discurso; Subsídios teóricos e práticos sobre texto e ensino; O enunciado no texto; O discurso humorístico: uma abordagem argumentativa; Da articulação entre os níveis de análise no texto argumentativo; Continuidade tópica em textos argumentativos; O processo de constituição da subjetividade: a metáfora como marca linguística diferencial da neurose e da psicose; O processo de construção da subjetividade: marcas linguísticas no discurso do neurótico e do psicótico; Dificuldade de leitura e tópico; O discurso pedagógico: a presença do outro; Tópico e compreensão de textos argumentativos escritos; Ideologias subjacentes ao discurso pedagógico: ensino e aprendizagem da língua portuguesa.

Seus conhecimentos em línguas incluem os seguintes idiomas: inglês, francês, italiano e espanhol.

É membro de corpo editorial dos periódicos: *Organon*, *Calidoscópio*, *Cadernos do IL*, *Desenredo* (PPGL/UPF); *Revista da ANPOLL* (impresso); *Linguagem & Ensino* (UCPel); *Letras de Hoje*.

Quanto a suas Produções, citando o registro na Plataforma Lattes:

é coordenadora de dois grupos de pesquisa: 1. Grupo de Estudos sobre Texto: desenvolve no momento o projeto Da articulação entre os níveis de análise: o papel das marcas linguísticas em textos argumentativos. Pesquisa apoiada pelo CNPq; 2. Grupo de Estudos sobre Semântica

Argumentativa: elabora um projeto na área da Semântica Argumentativa, buscando levar para o texto a teoria que até o estágio em que se encontra foi aplicada unicamente a enunciados; Os dois grupos são constituídos por professores doutores de várias instituições, tais como Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade Federal de Pelotas UFPel), Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Participam ainda dos grupos, doutorandos e mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS”.

Conversando com Leci

A árvore genealógica da professora Leci tem raízes além do solo brasileiro. Sua família tem origem alemã e italiana. Da cidade de Stuttgart era sua avó materna; e o seu bisavô, o qual tinha “arte nas veias” – em suas palavras, era natural da Itália. Quanto a seu pai, de origem italiana, era natural da cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. É muito interessante conhecermos o fato de que a dedicação ao ensino também foi opção de seus familiares, a nossa professora homenageada nasceu em uma família de professores. Sua mãe era professora de desenho.

Considerando sua origem paterna italiana, foi selecionada para a capa uma reprodução de obra de arte, um grafite de Manoel de Araújo Porto Alegre, retratando a cidade italiana de Perugia (1879), a qual faz parte do acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli. Trata-se da obra “Porta da cidade de Perugia”, proveniente de Portugal, Lisboa.

Ao conversarmos sobre sua vida profissional, especialmente sobre pesquisa, a professora expõe o seu modo de pensar. Menciona que a atividade de pesquisa deva ser amplamente apoiada, a fim de que seja favorecida a concessão de bolsas produtividade. Afirma que os grupos de pesquisa não devem ser vinculados somente aos pesquisadores, mas também ao aluno. Destaca que, nos dias de hoje, a pesquisa é mais valorizada, mais incentivada pelo MEC e pelos diferentes órgãos de fomento. Quanto à abrangência da ação dos grupos de pesquisa, ressalta a sua importância, não devendo limitar-se à participação de alunos, mas incluindo colegas professores, a fim de que compartilhem a produção e

o desenvolvimento da pesquisa, ampliando-a, favorecendo trocas, divulgando resultados.

Na busca do conhecimento no ensino superior, o perfil de ambos, professor e aluno é importante, para que objetivos propostos sejam alcançados. Assim, é por força da função de professor, que ele busca respostas na pesquisa. Os alunos, em geral, parecem pesquisar por obrigação, mas há alunos, no entanto, que pesquisam por realmente quererem pesquisar.

A pesquisa em Linguística reúne nomes conhecidos e reconhecidos no âmbito acadêmico nacional e internacional. O destaque da professora Leci é ao linguista Ducrot. Oswald Ducrot, linguista francês, nasceu em 1930. Ducrot é professor na *École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)*, em Paris. A professora destaca que, foi no início dos estudos, ao descobrir Platão, que Ducrot decidiu-se pelos estudos de linguagem. Ressalta que Saussure lançou a “semente que distribuiu o conceito que é desenvolvido até hoje”. Fez crescer o bolo da linguagem.

Pensando em uma perspectiva futura, nos próximos caminhos, Leci assevera que, após a Linguística pura, é importante a aplicação dos resultados para os alunos, ou seja, deve-se pensar em uma Linguística aplicada na linguagem do aluno. Completa que algumas teorias de Ducrot têm orientado para este caminho. A Linguística deve motivar pesquisas para o encontro de soluções para a vida real. E é justamente por trazer resultados, que acredita na teoria de Ducrot.

Finalmente, ao pensar em uma “filosofia de vida”, como se costuma falar, resume-a na ideia do tempo, do tempo de dedicação ao trabalho, nunca se deve desistir. A professora Leci especialmente gosta de seus alunos, ajuda sempre. Embora haja exceções, acredita que as atitudes dos alunos em sala de aula correspondem em grande parte às expectativas do professor de pós-graduação – espaço consagrado à pesquisa na Universidade.

Reunidos, portanto, nesta obra, meus colegas e eu, orientandos da professora Leci quando da realização da nossa pós-graduação, mesmo que em épocas diferentes, esperamos ter podido aqui render-lhe uma homenagem.

Os autores, seus ex-alunos, são hoje professores em Instituições de Ensino públicas e privadas no território nacional, no nordeste e no

sul do país. Todos atuam ou na docência, ou em atividades administrativas, ou em ambos os setores, mas todos atuam *em pesquisa*.

Agradeço a todos a honra de terem participado comigo desta homenagem. Agradeço especialmente ao professor Pedro Theobald, cuja competência profissional é plenamente reconhecida em nosso meio acadêmico. A ele devo a *Apresentação* de livros por mim organizados e publicados anteriormente. A essência das reflexões dos autores na exposição das suas ideias nos textos é fielmente apresentada por ele aos leitores, contribuindo à recepção inequívoca do *novo* no campo do conhecimento.

Nossa homenagem é simples, considerando o feito em pesquisa alcançado por nossa professora homenageada, mas é produto do nosso reconhecimento pelo seu valor como pessoa e como pesquisadora, produto da nossa simpatia por ela, do nosso carinho pela professora Leci Borges Barbisan. Com sua simplicidade no trato com as pessoas e com sua determinação no trato com a palavra, não somente atendeu – na época - nosso convite para orientação, como nos conduziu pelos caminhos do conhecimento, desempenhando importante papel em nossa habilitação a podermos dar hoje continuidade ao ideal por ela abraçado – a pesquisa. Desejamos, pois, que ela veja em nosso gesto não somente a demonstração de afeto por ela, mas também a demonstração do compromisso com o saber e sua divulgação, que ela tão bem nos mostrou no início de nossa trajetória e que nós todos reconhecemos em seus escritos até hoje. Logo, cada um de nós tem em si os reflexos do mesmo espelho. A ela a nossa homenagem, nosso respeito, o nosso especial agradecimento!

Profa. Pós-Dra. Marlene Gonçalves Mattes
Porto Alegre, inverno de 2016

Interdependência semântica em encadeamentos argumentativos: uma concepção de sentido segundo a teoria dos blocos semânticos

Claudio Delanoy

A menina apareceu grávida de um gavião.
Veio falou para a mãe: O gavião me desmoçou.
A mãe disse: Você vai parir uma árvore para
a gente comer goiaba nela.
E comeram goiaba.
Naquele tempo de dantes não havia limites
para ser.
Se a gente falasse a partir de um córrego
a gente pegava murmúrios.
Não havia comportamento de estar.
Urubus conversavam auroras.
Pessoas viraram árvore.
Pedras viraram rouxinóis.
Depois veio a ordem das coisas e as pedras
têm que rolar seu destino de pedra para o resto
dos tempos.
Só as palavras não foram castigadas com
a ordem natural das coisas.
As palavras continuam com seus deslimites.

Manoel de Barros

O poema de Manoel de Barros (1998) desvela a natureza das palavras frente ao mundo. As palavras não são *pedras*, que pela “ordem natural das coisas” devem permanecer *pedras*. As palavras não se deixam fixar. É esta liberdade frente ao mundo que possibilita a criação poética, um universo no qual o poeta se aventura e ousa lidar com os “deslimites”

da palavra. De fato, as palavras escapam das coerções naturais do mundo físico. A literatura o mostra ao nos surpreender com combinações linguísticas inusitadas, tais como nos presenteou Manoel de Barros. Mundos são criados por via das palavras. Tudo passa a existir no momento em que alguém começa a falar ou a escrever. No entanto, o uso das palavras fazendo referência ao mundo é tão natural a nós que parece haver uma relação intrínseca entre linguagem e uma realidade que lhe preexiste. Mas, se pensarmos bem, as palavras do poeta não são distintas daquelas que usamos no nosso dia a dia. Com isso, se o poeta cria uma realidade com sua linguagem, será que nós não a criamos também? O que nos distingue, é que todos somos seres *de fala*? A intrigante relação entre *linguagem*, *representação do mundo* e *sentido* há tempos tem inspirado reflexões de filósofos, teóricos da comunicação e linguistas na busca de explicações para a natureza e o funcionamento da linguagem. Aqui, apresentaremos um olhar específico para a construção do sentido: uma semântica linguística.

Nosso objetivo com este trabalho é apresentar uma concepção de sentido por meio do conceito de *interdependência semântica* em encadeamentos argumentativos do tipo *A portanto / no entanto C*, nos moldes da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), dos pesquisadores franceses Marion Carel e Oswald Ducrot. Essa teoria representa a terceira fase da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), criada por Jean-Claude Anscombe e Oswald Ducrot, que vem sendo desenvolvida desde a década de 80. Para tanto, apresentaremos de modo muito breve o início das discussões a respeito da relação linguagem e mundo, pelos gregos, sobretudo a contribuição dos sofistas na instauração de uma realidade pelo discurso. Após, exporemos também sucintamente as bases teóricas que fundamentam a ANL/TBS – as teorias de Saussure e a enunciação de Benveniste, essenciais para o entendimento de nossa proposta. Em seguida, explicaremos conceitos básicos da ANL/TBS e, dentre eles, o conceito de interdependência semântica, seguidos de aplicação em trechos de uma crônica. Sendo assim, começemos pelos gregos.

Filósofos da Grécia antiga perguntavam-se sobre a essência das palavras: teriam elas uma motivação calcada no mundo real, ou seriam independentes da realidade? Platão e Aristóteles, dentre outros renomados filósofos, debruçaram-se sobre a linguagem, porém seu objetivo último era outro: a busca pela “verdade”. Não sendo possível

essa procura senão pelas palavras, elas eram investigadas como um meio inevitável para atingir a Verdade. Logo, a motivação das investigações não era propriamente linguística, mas filosófica. É importante ressaltar, naquele âmbito inicial dos estudos que envolviam a linguagem, a prática sofisticada. Os sofistas eram profissionais do debate. Manipulavam o discurso por meio de técnicas específicas, que iam de um tom certo de voz do orador à extensão ideal dos enunciados para que fossem mais bem recebidos pelo auditório. Além disso, citamos uma particularidade na prática sofisticada que nos é relevante para este capítulo: os sofistas não estavam preocupados com a verdade dos fatos. Eram contratados para vencer uma discussão, para ganhar uma causa em favor de seu contratante. Assim, ao manipularem as palavras, davam vida a uma realidade discursiva. Criavam uma realidade própria, independente da busca de uma verdade última, inquestionável. Então, os sofistas revelaram a propriedade de a linguagem referir-se ao mundo, mas não de modo especular. A linguagem cria uma realidade a partir de si mesma, não sendo um mero espelho da exterioridade.

O que essa reflexão tem a ver com o tema deste trabalho? Conforme veremos adiante, um dos pressupostos de base da Teoria da Argumentação na Língua e, conseqüentemente, da Teoria dos Blocos Semânticos, é a construção do sentido por meio das relações entre as entidades linguísticas, sem considerar um vínculo necessário com objetos extralinguísticos. Veremos que o sentido de um enunciado decorre da relação existente entre seus componentes linguísticos, sob a organização de um locutor, que expressa uma visão particular sobre o que vê no mundo, e não fala de uma realidade preexistente, de uma verdade última. Segundo as palavras de Ducrot, esse locutor argumenta. A partir da perspectiva de que o sentido se dá pelas palavras postas em relação por um locutor, remetemos novamente a Manoel de Barros: *as palavras não foram castigadas com a ordem natural das coisas; as palavras continuam com seus deslimites.*

Desde as elucubrações filosóficas clássicas a respeito da linguagem até a publicação do *Curso de Linguística Geral* (CLG), em 1916, conferido a Saussure (aqui tomado como um marco simbólico do nascimento da Ciência Linguística), percebemos um foco investigativo não propriamente linguístico, mas basicamente histórico, diacrônico, das formas evolutivas das línguas. Foi atribuído a Ferdinand de Saussure o

nascimento da Linguística como ciência, pois definiu a ela corpo teórico, método e objeto de pesquisa. Segundo lemos no CLG (SAUSSURE, 2000), a linguagem teria duas faces: a *fala*, material linguístico concreto percebido em uma situação de comunicação, e a *língua*, sistema abstrato de signos linguísticos, subjacente à fala. A fala teria uma particularidade que tornaria sua pesquisa muito complexa: a incidência de aspectos de naturezas distintas, tais como influências psicológicas, fisiológicas, cognitivas na produção de enunciados, que tornariam inviável a concepção de uma nova ciência, pois nasceria apoiada em outras áreas do conhecimento científico. Porém, com a *língua* ocorreria distintamente. Definida como um sistema de signos linguísticos compartilhado pela sociedade, constituía-se, por essa razão, de sistema homogêneo, e, portanto, passível de descrição. A língua, então, foi adotada como objeto de estudo da Linguística, porém sem desprezo pela fala. Também lemos no CLG que língua e fala são interdependentes: “Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas.” (SAUSSURE, 2000, p. 27). A língua só é concebível porque a fala existe, ao mesmo tempo em que a fala só é possível porque há um sistema que lhe subjaz.

Outro legado saussuriano foi a possibilidade de se estudar a língua de modo independente de sua historicidade, de sua evolução diacrônica. Ao promover uma abordagem sincrônica de pesquisa, Saussure inaugura a investigação linguística por meio das relações internas do sistema, a partir dos eixos *sintagmático* e *associativo*. As relações associativas se dão entre unidades linguísticas capazes de figurar num dado contexto linguístico, numa relação de *ausência*, isto é, uma unidade associa-se a outras por uma relação virtual entre signos relacionados de alguma maneira, semântica ou formalmente. Por exemplo, tomemos o enunciado *Meu amigo comprou um apartamento*. O signo *apartamento* associa-se a outros signos possíveis de aparecer naquele lugar sintático, como *carro*, *gato*, *terno*, dentre outras tantas possibilidades. Dizemos, então, que entre *apartamento* e aqueles outros signos há uma relação associativa. Já as relações sintagmáticas pertencem à cadeia linear do enunciado concreto, em relação *presencial* entre os signos. As unidades de um enunciado encadeiam-se segundo regras previstas pelo sistema, e é somente dessa maneira que produzem

sentido. Percebemos, então, a possibilidade de estudarmos a língua por intermédio de suas relações internas, o que configura um sistema, tal como defendido por Saussure, partes identificáveis em sua individualidade (o signo), mas solidárias quanto à produção de sentido (o sintagma).

Como enxergamos essa solidariedade semântica? Por meio da noção de *valor do signo linguístico*, conceito de grande relevância para a ANL/TBS. Para Saussure, o signo linguístico tem duas faces interdependentes: o *significante*, ou imagem acústica, refere-se à face do signo que é percebida, ao passo que o *significado* se refere a um conceito. Porém, o signo linguístico não tem autonomia semântica se tomado isoladamente. É somente na relação com outros signos que passa a *valer*, que passa a revelar um sentido próprio. É o caso do signo *banco* em *o banco do parque em que ele costuma sentar foi pintado*, que tem seu sentido especificado de “móvel apropriado para se sentar” ao entrar em relação com os outros signos do enunciado. Diferentemente de *o banco de dados foi corrompido*, em que *banco* assume sentido de “conjunto de informações”. Essa noção de valor e de sentido construído pela relação entre entidades linguísticas é de grande importância para entendermos, mais adiante, o conceito de interdependência semântica pela TBS.

As reflexões saussurianas, ao enxergarem na linguagem uma face perceptível (*a fala*) e outra abstrata (*a língua*), permitiram a criação dos conceitos de *enunciado* e de *frase* nos moldes da ANL/TBS. Ducrot (1984, p.368) distingue o material linguístico, pertencente ao sistema da língua, e as diversas realizações desse material. Denominou *frase* ao material linguístico usado por um locutor. É um construto teórico, abstrato, criado pelo linguista para dar conta do sistema da língua. À realização da frase chamou de *enunciado*, ou seja, o que foi efetivamente pronunciado ou escrito pelo locutor em uma dada circunstância de tempo e espaço. Portanto, o que se escuta, o que se lê, são *enunciados*, e não *frases*, de acordo com os preceitos da ANL. Os correspondentes de frase e enunciado em um nível complexo são *texto* e *discurso*, em que *texto* representa um conjunto de frases, e *discurso* refere-se a um conjunto de enunciados interligados. Dessa forma, um discurso é a concretização de um texto.

Na perspectiva da ANL/TBS, a aplicação das relações sintagmáticas reside na noção de *encadeamento argumentativo*. A relação não se dá entre

um argumento e uma conclusão, mas entre *dois segmentos articulados por um conector*, na forma de *A portanto / no entanto C*, segmentos que dependem um do outro para construírem sentido. As relações associativas, ou paradigmáticas, também foram contempladas por Ducrot e seus colaboradores na elaboração da ANL. Podem ser exemplificadas por meio de encadeamentos construídos a partir da orientação argumentativa do léxico. As expressões linguísticas, tanto palavras como enunciados, carregam em si uma orientação para a continuação do discurso, independentemente da representação que possam fazer da realidade. Assim, “*João é inteligente, portanto...*” seria seguido de forma positiva, como “*vai conseguir o emprego, vai solucionar o problema*” ou “*será aprovado*”. Essa positividade deve-se à orientação argumentativa presente no interior de *inteligente*, que conduz a continuação do enunciado a uma conclusão dessa qualidade. Assim, as diversas sequências admissíveis a “*João é inteligente, portanto...*” formam um paradigma, a partir do qual uma continuação será selecionada pelo locutor.

Até aqui, vimos, então, as raízes da ANL em Saussure, notadamente nos conceitos de língua, fala, valor e relações sintagmáticas e associativas, que, reelaborados, resultaram nos conceitos de frase, enunciado, orientação argumentativa e, o foco de nosso trabalho, a interdependência semântica. Falta-nos ainda comentar a importância do conceito de enunciação, inspirado em Benveniste, como fundamento da ANL.

Ducrot denomina *enunciação* como sendo o surgimento do enunciado:

O que designarei por este termo [enunciação] é o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo “enunciação”. (DUCROT, 1987, p. 168).

Esse conceito não deve ser confundido com a enunciação para Benveniste: “Não digo que a enunciação é o ato de alguém que produz um enunciado: para mim é simplesmente o fato de que um enunciado aparece [...]” (DUCROT, 1987, p.169). Os objetos de estudo são distintos para os dois teóricos: Benveniste se ocupou do processo de construção do enunciado, do ato em si. Ducrot, por outro lado, tem como objeto o enunciado, o produto da enunciação.

Na elaboração de sua teoria, Ducrot denomina *locutor* o ser responsável pelo enunciado, no qual ele se marca ao produzir *eu, aqui, agora*. *Alocutário* é o destinatário do enunciado. Ambos são seres do discurso, abstratos, inexistem fora do âmbito linguístico, portanto não se confundem com os sujeitos reais, que são deixados à margem na ANL. Afirma Ducrot:

O que precede [o fato de desconsiderar o sujeito empírico do enunciado] não implica de modo algum, de minha parte, a ideia bizarra [...] que um enunciado possa aparecer por geração espontânea, sem ter na sua origem um sujeito falante que procura comunicar alguma coisa a alguém, este algo sendo precisamente o que denomino o sentido. Mas acontece que tenho necessidade, para construir uma teoria do sentido, de uma teoria do que é comunicado, de um conceito de enunciação que não encerre em si, desde o início, a noção de sujeito falante. (DUCROT, 1987, p. 169).

Portanto, a distinção entre seres reais e seres do discurso presente na ANL está em conformidade com o preceito saussuriano de estudar a língua como sistema, sem a recorrência a objetos extralinguísticos. Como resultado, vimos, então, por que a ANL é uma teoria enunciativa: o enunciado é de responsabilidade de um locutor, que se dirige a um alocutário, ambos seres discursivos, decisão coerente para uma descrição semântica da língua, fiel ao legado de Saussure.

Como também se observou, na concepção de signo segundo Saussure, não há lugar para o objeto referido no mundo. O signo é uma relação entre significante e significado, duas faces interdependentes que se encadeiam com outros signos e dessa forma produzem sentido. A autonomia do sistema para a construção do sentido será mantida como pressuposto da ANL/TBS, portanto, não se trata de uma teoria referencialista. Quer dizer que não concebe a língua como uma imagem especular da realidade, mas como uma forma de abordar o mundo. O locutor expressa sua visão da realidade como tema de seu enunciado, e dessa forma argumenta. Ducrot defende, por exemplo, que a argumentação não reside nos fatos do mundo, mas na própria língua, daí o nome *Argumentação na Língua*. Expliquemos.

Tomemos os seguintes enunciados:

- (1) *Pedro estudou pouco.*
- (2) *Pedro estudou um pouco.*

Segundo a visão ducrotiana, os dois enunciados designam o mesmo fato no mundo, quer dizer, Pedro estudou. Mas as conclusões a partir desses enunciados são opostas. De (1) “*Pedro estudou pouco*” podemos concluir que não terá êxito em sua avaliação, ao passo que de (2) “*Pedro estudou um pouco*” concluiremos a sua aprovação. O que está em questão aqui é o uso das palavras *pouco* e *um pouco*, que não veiculam uma informação, tal como a quantidade de horas de estudo de Pedro, mas expressam a argumentação do locutor. Caso o referido locutor queira prosseguir seu discurso positivamente, enunciará (2); se quiser abordar o fracasso de Pedro, escolherá (1). Apresentamos outro exemplo. Imaginemos uma situação em que faltam alguns minutos para as 20h, momento inicial de um programa na TV. A partir daí, podemos dizer:

- (3) *Não são ainda vinte horas.*
- (4) *São quase vinte horas.*

Tal como em (1) e (2), (3) e (4) referem-se a uma situação no mundo, mas, dependendo de como o locutor a vê, ou seja, que conclusões pretende expressar, irá escolher um ou outro enunciado. De (3), “*Não são ainda vinte horas*”, pode-se concluir “*ainda tenho tempo, não preciso me apressar*”, contrariamente a (4), “*São quase vinte horas*”, do qual se conclui “*é preciso me apressar*”. O tempo que separa o momento da enunciação até as 20h é o mesmo nos dois casos. O diferencial está no modo de o locutor argumentar frente à situação, e o faz pela língua. Logo, a representação do mundo se dá por uma descrição argumentativa da realidade, feita pelo locutor, que não a apreende senão pela linguagem, e, nessa apreensão, expressa sua subjetividade, sua interpretação da circunstância. Assim, ele argumenta. São constatações desse tipo que sustentam a argumentação ser própria do sistema da língua, e não dos fatos do mundo.

Com tal reflexão, a ANL/TBS concebe o sentido do enunciado como sendo construído no discurso, pelas entidades linguísticas postas

em relação por um locutor, para um alocutário. Com isso afirmamos que, no âmbito da ANL/TBS, não há espaço para sentido literal das palavras, se entendermos o sentido literal como um significado preestabelecido, fixo, antes mesmo de a palavra ter sido proferida. Reciprocamente, não há sentido figurado, resultado de situações particulares de uso. O que há é *sentido*, simplesmente: um sentido resultante da combinação entre elementos linguísticos que compõem o enunciado.

Ducrot, ao estabelecer, com Saussure, uma realidade concreta e uma abstrata da língua, não nega que a elas sejam atribuídos valores semânticos, embora de naturezas distintas. O *enunciado*, resultado material de uma enunciação, tem *sentido*, ao passo que a *frase*, abstração do enunciado, tem *significação*. Alertamos que essa significação da frase não corresponde a sentido literal, pois se configura como um conjunto de instruções que orientam o alocutário na construção do sentido. Dessa maneira, as significações de uma palavra são sempre possibilidades (são abertas) que encontrarão sua especificidade ao entrar em relação com outras palavras no discurso. A noção de sentido construído a partir do uso da língua, pelas palavras relacionadas entre si, em uma situação enunciativa, é a base para a compreensão do conceito de interdependência semântica pela TBS.

Fundamental para abordarmos o que é a interdependência semântica entre segmentos de um encadeamento argumentativo é colocarmos a concepção tradicional de argumentação ao lado da perspectiva da ANL/TBS. Em seu artigo *Argumentação retórica e argumentação linguística*, Ducrot (2009) discorre sobre o tema para propor claramente que *argumentação* pela ANL/TBS tem uma definição própria, e não deve ser confundida com aquela da tradição retórica. Nas palavras do pesquisador, “Entenderei por *argumentação retórica* a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa.” (DUCROT, 2009, p.20, grifos originais do autor), e por *argumentação linguística*, ou simplesmente *argumentação*, “os segmentos de discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A (argumento) e C (conclusão), ligadas implícita ou explicitamente por um conector do tipo *donc* (*portanto*), *alors* (*então*), *par conséquent* (*consequentemente*)” (DUCROT, 2009, p.20, grifos originais do autor). No artigo citado, Ducrot não menciona as argumentações em *pourtant* (*no entanto*), *cependant* (*entretanto*), *malgré cela* (*apesar disso*),

porque o referido artigo trata de uma comparação com a argumentação retórica, para a qual as proposições são ligadas por conectores do tipo *portanto*. Porém são tratadas no contexto da TBS, como veremos.

De modo geral, o encadeamento *A portanto C* é interpretado como se o argumento justificasse a conclusão, como se a validade de *C* dependesse do argumento. Além disso, a retórica prevê a existência de uma passagem responsável pela conexão entre argumento e conclusão, decorrendo daí que as proposições *A* e *C* teriam sentidos completos, porém ligados por um lugar argumentativo. Exemplificando, a sequência *o aluno estudou bastante (A), portanto será aprovado (C)* teria apoio na crença de que *o estudo conduz ao sucesso*, o estudo sendo apresentado como justificativa da aprovação do aluno. A proposta de Ducrot contesta essa interpretação ao afirmar que não há caráter justificativo entre *A* e *C*, mas que

A ideia de base é que, num encadeamento argumentativo *A donc (portanto) C*, o sentido do argumento *A* contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão. Assim, o sentido de *A* não pode ser definido independentemente do fato de que *A* é visto como conduzindo a *C*. Não há, pois, propriamente falando, passagem de *A* a *C*, não há justificação de *C* para um enunciado *A* que seria compreensível em si mesmo, independentemente da sequência *portanto C*. Consequentemente, não há transporte de verdade, transporte de aceitabilidade, de *A* até *C*, já que o encadeamento apresenta *portanto C* como já incluído no primeiro termo *A*. (DUCROT, 2009, p.22, grifos do autor).

A visão de interdependência entre os segmentos de um encadeamento argumentativo deve-se à formulação da Teoria dos Blocos Semânticos (CAREL; DUCROT, 2005). A TBS é a terceira fase de desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua. Representa, pelas palavras de Ducrot (2009, p.22), uma radicalização da ANL, em que os vínculos com a reflexão saussuriana são reafirmados pelo conceito da interdependência semântica como construtora de sentido entre segmentos de um encadeamento argumentativo. O sentido de um enunciado é dado pelos discursos que tal enunciado evoca. Em Carel e Ducrot (2008, p.10), lemos: “Dar o significado de uma expressão é

associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego”.

Por essa maneira de pensar, o enunciado “*aquela camisa é cara*” não tem seu sentido completo até que se dê uma continuação a ele, tal como “*então vou deixar para comprá-la no mês que vem*”, ou “*logo deve ser de boa qualidade*”, dentre outras possibilidades. Percebemos que o adjetivo *cara* articula-se ora com o postergar a compra, ora com a possível boa qualidade da camisa. Assim, *cara* assume sentidos específicos que vêm da relação com a continuação que se lhe dá no discurso, e não é o caso de ter um sentido fechado em si mesmo. Está representada a impossibilidade da existência de sentido literal das palavras, como se comportasse sentidos mais apropriados ou menos. O sentido vem do próprio discurso do locutor, que argumenta ao pôr as entidades da língua em relação.

Os encadeamentos argumentativos são a unidade mínima de sentido para a TBS: “Para nós, as relações entre signos que estão na base de todo significado, e que são como átomos da significação, são o que chamamos ‘encadeamentos argumentativos’ ou ainda ‘argumentações’.” (CAREL; DUCROT, 2008, p.9). Os encadeamentos são constituídos por dois segmentos e um conector, representados sob a forma X CON Y, em que X recebe o nome de segmento *suporte* (o antecedente, anterior) e Y, *aporte* (o conseqüente, posterior). Faz-se importante ressaltar que X e Y não são identificados pela sua posição no enunciado, mas pela função exercida sobre o outro segmento. Por exemplo, o enunciado *o aluno estudou bastante, portanto será aprovado* tem como segmento suporte (X) *o aluno estudou bastante* e como segmento aporte (Y) *será aprovado*, da mesma forma acontece no enunciado *o aluno foi aprovado porque estudou bastante*, no qual os segmentos X e Y se mantêm como no exemplo anterior, mesmo que apareçam em posições distintas no enunciado.

Os encadeamentos podem ser de dois tipos, *normativos* ou *transgressivos*, dependendo do tipo de conector que une os segmentos. Os encadeamentos normativos são aqueles formados por conectores do tipo *portanto* (ou *donc*, em francês, que será simbolizado por DC, como veremos adiante), e os transgressivos são aqueles formados por conectores do tipo *no entanto* (ou *pourtant*, do francês, a ser simbolizado por PT). Diz-se do tipo *portanto* e *no entanto* porque

funcionam como protótipos de outros conectores: o conector DC representa *portanto, se...então, por consequência*, etc., assim como PT representa *no entanto, mesmo assim, contudo*, etc.

Neste momento, já tecemos reflexões suficientes para chegarmos à explicação da interdependência semântica como construtora de sentido em encadeamentos argumentativos. De fato, já a apresentamos implicitamente nas linhas acima, mas agora tentaremos ser mais claros.

O sentido expresso pelo encadeamento argumentativo decorre da relação entre os segmentos, e este é o princípio da interdependência semântica. A TBS não vê essa relação como a retórica a concebe: um argumento que sustenta uma conclusão. Para a TBS, conforme escrevemos anteriormente, no segmento suporte há indicações de que seu sentido deve ser completado pelo aporte, e vice-versa. Os segmentos não têm, então, sentidos autônomos, já que encontram suas especificidades na relação entre ambos. Assim, no enunciado “*o aluno estudou bastante, portanto será aprovado*”, “estudou bastante” assume um sentido específico de visar à aprovação, da mesma forma que “será aprovado” relaciona-se ao estudo. Seria diferente no enunciado “*o aluno estudou bastante, portanto merece uma recompensa*”, em que o estudo do aluno se associa a um prêmio pelo seu esforço. Da mesma forma, a recompensa vem da aplicação do aluno, e não porque tenha tirado uma nota alta, por exemplo. Logo, entende-se por que a TBS não usa os termos *argumento* e *conclusão* como sinônimos dos segmentos suporte e aporte. Chamar o suporte de uma argumentação de *argumento* seria concebê-lo com um sentido pronto, que levaria a uma *conclusão*, independentes semanticamente. O modo de ver da TBS resgata a noção de valor do signo, de Saussure, mas a aplica aos encadeamentos argumentativos sob a noção de interdependência semântica, em que o sentido vem dos segmentos suporte e aporte relacionados entre si.

É a relação entre os segmentos que resulta em um *bloco semântico*. Por definição, um bloco semântico é o sentido que resulta da interdependência de sentidos entre os dois segmentos de um encadeamento argumentativo. Nos exemplos acima, “*o aluno estudou bastante, portanto será aprovado*” e “*o aluno estudou bastante, portanto merece uma recompensa*” são encadeamentos que representam dois blocos semânticos distintos, pois os segmentos de cada

enunciado estabelecem relações de sentido distintas. Podemos dizer que o bloco resultante de “*o aluno estudou bastante, portanto será aprovado*” é *estudo-que-leva-à-aprovação*, ao passo que “*o aluno estudou bastante, portanto merece uma recompensa*” tem como bloco *estudo-que-merece-recompensa*. Suporte e aporte, juntos, constroem um só sentido, o sentido do *bloco*.

Diferentes encadeamentos podem ser construídos a partir da alternância dos conectores e acréscimo da negação, como se vê abaixo:

O aluno estudou bastante, portanto foi aprovado;
O aluno estudou bastante, no entanto não foi aprovado;
O aluno não estudou bastante, portanto não foi aprovado;
O aluno não estudou bastante, no entanto foi aprovado.

Entretanto, o sentido do bloco é o mesmo nos quatro encadeamentos acima. Em “*O aluno estudou bastante, no entanto não foi aprovado*”, apesar da presença de *no entanto* e da negação, o sentido de *estudo-que-leva-à-aprovação* permanece, mas por um viés exceptivo, assim como em “*O aluno não estudou bastante, no entanto foi aprovado*”. O encadeamento “*O aluno não estudou bastante, portanto não foi aprovado*” também expressa o mesmo bloco, mas sob uma perspectiva recíproca a “*O aluno estudou bastante, portanto foi aprovado*”: se estudar bastante, será aprovado; se não estudar, não o será. Esses quatro encadeamentos argumentativos expressam quatro perspectivas, quatro pontos de vista distintos do mesmo bloco semântico.

Os encadeamentos argumentativos podem ser reunidos sob a forma de um *aspecto argumentativo*: “chamamos aspecto A DC B ao conjunto de encadeamentos argumentativos normativos X DC Y no qual X contém A e Y contém B.” (CAREL; DUCROT, 2005, p.20, tradução nossa). Lembramos que DC (*donc*) simboliza *portanto*, e PT (*pourtant*) simboliza *no entanto*. Assim, o aspecto *estudar DC ser aprovado* vai conter os encadeamentos “*o aluno estudou, portanto será aprovado*”; “*se Pedro estudar, então será aprovado*”; “*Maria foi aprovada porque estudou para o teste*”, dentre outras possibilidades, desde que fique assegurada a relação normativa entre os segmentos. De maneira semelhante, o aspecto *estudar PT neg-ser aprovado* (*neg-* representa a

negação) contém os encadeamentos “*meu amigo estudou, no entanto não conseguiu aprovação*”; “*mesmo tendo estudado, ela não foi aprovada*”; “*Maria não foi aprovada, apesar de ter estudado*”, etc., desde que a relação entre os segmentos seja transgressiva. Como se vê, os aspectos representam conjuntos de encadeamentos. São entidades abstratas, teóricas, construídas para expressar o sentido de entidades linguísticas e enunciados.

Os aspectos argumentativos normativos (aqueles em DC) e transgressivos (aqueles em PT) podem ser associados a expressões linguísticas sob a forma de *argumentação externa* e de *argumentação interna*. Carel e Ducrot denominam *argumentação externa* (AE) de uma expressão aos discursos que podem preceder ou seguir-se a uma entidade, em que a própria expressão linguística constitui um dos segmentos do encadeamento. Por exemplo, a AE de *estudar bastante* pode ser *estudar bastante DC ser aprovado*; *estudar bastante DC ser recompensado* (AE à direita, pois seguem-se à expressão *estudar bastante*), bem como *desejar promoção DC estudar bastante* (AE à esquerda, pois chega à expressão *estudar bastante*). Já a argumentação interna (AI) constitui-se de uma paráfrase da entidade em análise, sendo que a expressão não aparece nos segmentos. Como exemplo, a AI de *inteligente* pode ser *difícil PT compreende*, expressando que uma pessoa inteligente é capaz de compreender mesmo aquilo que for difícil.

Conforme vimos anteriormente, os encadeamentos argumentativos podem apresentar-se de formas distintas, alterando-se o conector e acrescentando-se a negação. Da mesma maneira, os aspectos que os representam também têm essa propriedade, assim:

- i. estudar bastante DC ser aprovado
- ii. estudar bastante PT neg-ser aprovado
- iii. neg-estudar bastante DC neg-ser aprovado
- iv. neg-estudar bastante PT ser aprovado

Os aspectos de (i) a (iv) acima são representações do bloco semântico *estudo-que-leva-à-aprovação*. Salienciamos novamente que a interdependência semântica é a mesma nos quatro aspectos, ou seja, expressam o mesmo bloco. Em todos trata-se de um *estudo* tal que conduz ao êxito, mesmo naqueles aspectos em PT. Ao dizermos *meu*

amigo estudou bastante e mesmo assim não foi aprovado, ainda fazemos referência a *estudo-que-leva-à-aprovação*, mas de modo transgressivo, uma exceção à norma (uma norma discursiva, e não social, externa à linguagem). Além disso, é possível formar-se outro grupo de quatro aspectos, constituindo-se no bloco contrário:

- v. estudar bastante DC neg-ser aprovado
- vi. estudar bastante PT ser aprovado
- vii. neg-estudar bastante DC ser aprovado
- viii. neg-estudar bastante PT neg-ser aprovado

O bloco semântico expressado pelos aspectos de (v) a (viii) pode ser relacionado à desaprovação devido ao excesso de estudo, talvez por provocar cansaço ou nervosismo. De qualquer maneira, a interdependência semântica entre os segmentos é outra, diferente daquela presente em (i) - (iv). Aqui, temos *estudo-que-leva-à-reprovação*, sentido contrário ao bloco anterior.

Passamos agora à aplicação do conceito de interdependência semântica em encadeamentos argumentativos em trechos da crônica “Falar alto”, de Ana Verônica Mautner (2014). Ao longo do discurso, a cronista discorre sobre quem exerce poder pela voz e apresenta diferentes sentidos para a expressão “falar alto”. Nosso objetivo é descrevermos e explicarmos esses sentidos por meio da construção de encadeamentos argumentativos e pela relação semântica entre os segmentos.

Falar alto (Ana Verônica Mautner, 2014)

Falar alto já foi uma condição para se tornar um homem público – de grande público. Quando, em mil novecentos e trinta e pouco, a voz dos tiranos foi levada das grandes praças para os lares, não foi preciso falar alto. Microfones, alto-falantes e ondas hertzianas levaram de gritos a sussurros a quem quisesse captá-los. A questão do poder da voz, do falar alto, perdeu muito de sua importância. Uma grande revolução do começo do século 20 foi essa expansão da voz.

Neste primeiro trecho que selecionamos, “falar alto” está associado à intensidade da voz. A cronista afirma a mudança no cenário de discursos políticos nos anos 30 pela facilidade da tecnologia de transmissão sonora por equipamentos. Foi justamente a amplitude do alcance da recepção

sonora que levou a voz dos políticos para dentro dos lares, não mais sendo imprescindíveis os discursos em ambientes abertos. Nessa perspectiva, podemos explicitar o sentido de “falar alto” por meio de um encadeamento argumentativo construído a partir dos enunciados do trecho. De acordo com a ANL/TBS, o sentido de uma expressão é dado pelas argumentações por ela evocadas. Então, propomos como sentido de “falar alto” a sua argumentação externa (AE) *emitir sons com alta intensidade DC falar alto*. Por interdependência semântica, o sentido de falar alto está relacionado à emissão de sons com alta intensidade, construindo assim um bloco semântico BS1 *falar-alto-por-emitir-sons-com-alta-intensidade*. Justificamos a construção da AE porque dessa forma a própria expressão em análise (*falar alto*) aparece no encadeamento, permitindo, então, a comparação com o sentido no trecho seguinte:

As mulheres falavam alto na família, dentro do lar, mas não em público. Até hoje, século 21 instaurado, os homens se ressentem quando uma mulher se dirige a um garçom no restaurante. Em público, o portavoiz, o que fala alto é o chefe do grupo. À mesa, chama o garçom quem se sente grande e fala alto.

No excerto, percebemos outro sentido de “falar alto” devido às relações estabelecidas com as outras entidades linguísticas ali presentes. A cronista nos fala de expressão de poder, sobretudo do poder de voz conquistado pelas mulheres, em nosso século, e o desconforto ainda causado nos homens. Aqui, “falar alto” é ter poder de decisão. As mulheres exerciam o poder em casa, mas não em público. A ação de chamar o garçom em um restaurante representa a conquista de poder, de fala, de decisão, caracterizando tal sujeito que se dirige ao garçom como sendo o chefe do grupo. Explicitamos, então, o sentido de “falar alto” pela argumentação (novamente uma AE) *ter poder DC falar alto*. Diferentemente da análise anterior, a interdependência semântica entre os segmentos gera um sentido específico, o *falar-alto-por-ter-poder*, ao qual denominamos bloco semântico BS2. Não se trata de falar alto devido à emissão de sons com alta intensidade, mas de expressar poder, inclusive até mesmo sem necessidade de aumentar o volume de voz. Quem chama o garçom tem poder, é a voz do líder. Novamente, a AE levantada permite enxergarmos, por meio do encadeamento argumentativo, a relação estabelecida entre os segmentos e o sentido dali advindo.

Os blocos semânticos BS1 *falar-alto-por-emitir-sons-com-alta-intensidade* e BS2 *falar-alto-por-ter-poder* levantados explicitam os sentidos particulares de “falar alto” nos parágrafos analisados, sendo a distinção decorrente da interdependência semântica entre os segmentos dos encadeamentos argumentativos. Esperamos ter exemplificado que as palavras em um texto não carregam um sentido fixo, mas assumem sentidos particulares dependendo de suas relações com outras palavras no discurso. São relações discursivas, resultantes da interdependência semântica entre segmentos de um encadeamento argumentativo: um sentido próprio, específico, construído por um locutor ao estabelecer relações entre expressões da língua.

A Teoria dos Blocos Semânticos é uma semântica linguística. Com isso, queremos dizer que os sentidos das expressões linguísticas são construídos pelas próprias entidades relacionadas entre si. O sentido particular de um enunciado é de responsabilidade do locutor, ao expressar sua argumentação frente ao mundo. Por isso sustentamos a criação de realidades pelo discurso, um mundo próprio, uma visão específica a respeito de um tema, por meio do qual o locutor se revela. Por isso, uma mulher que gera uma goiabeira, urubus falantes e pedras que viram aves, apesar de nos surpreenderem pelo inusitado, ressaltam a essência mesma das palavras, ou seja, conforme Manoel de Barros, seus “deslimites”.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Manoel de. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semántica Argumentativa. Una Introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. 1 ed. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.43, n.1, mar. 2008.
- DUCROT, Oswald. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.44, n.1, jan./mar. 2009.

MAUTNER, Anna Veronica. Falar alto. *Revista da Cultura*. Disponível em:
<http://www.revistadacultura.com.br/revistadacultura/detalhe/14-04-01/FALAR_ALTO.aspx>.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 24 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
BALLY, Charles, SECHEHAYE, Albert (Orgs.).

Revisitando a Mudança Fônica¹

Dermeval da Hora

Introdução

O conhecimento do passado de uma língua, na opinião de Lass (1997, p. 42), advém de dois tipos de fontes: um, relativamente direto, derivado de testemunhas (teoricamente definidas como tais) por meio de tipos de inferências consideradas padrão; outro, indireto, ou derivado de teoria em conjunção com as propriedades do estado presente do mundo, onde as testemunhas estão se perdendo ou são comprometidas. Ambos devem ser avaliados como corretos, e sabemos que o segundo tipo é o que tem sido mais utilizado, quando se trata de saber acerca dos registros históricos.

Com o Português Brasileiro (PB), as fontes mais evidentes de informações acerca do passado podem resumir-se a documentos manuscritos, nem sempre acessíveis, e também a informações obtidas através de estudos realizados por interessados no assunto, gramáticos, historiadores.

Nossa proposta é apresentar, nessa viagem através de modelos teóricos tidos como centrais para o conhecimento linguístico, uma visão panorâmica acerca das concepções sobre a mudança fônica.

Inicialmente, trataremos da proposta Neogramática, ela que deu origem a um conjunto de discussões pontuadas nos *modelos* subsequentes, para em seguida tratarmos dos modelos formais, Estruturalismo-Funcionalismo e Gerativismo. Aliando aspectos formais a aspectos sociais, a Sociolinguística Variacionista representa também uma alternativa para explicar a mudança linguística, e dela apresentaremos alguns pressupostos.

¹ Na literatura, encontramos várias opções de tradução para a expressão inglesa “sound change”. Alguns traduzem como “mudança fonológica”, outros como “mudança fonética”. Para evitar termos que lidam com essa dicotomia, preferimos adotar a tradução “mudança fônica”, seguindo a proposta de Desmet (1992).

Embora não seja um modelo teórico, como o foram os citados anteriormente, mas pela sua visão oponente a uma das principais propostas dos Neogramáticos relativa à transição da mudança fônica, dedicaremos parte de nossa revisão à alternativa conhecida como Difusão Lexical.

A nossa proposta, é, por fim, reunir, a um só tempo, ideias tão fundamentais, mas não finais, acerca daquilo que tem, ao longo de tanto tempo, inquietado estudiosos das mais diferentes tendências: a mudança fônica e sua implementação.

Sobre os Neogramáticos

No passado, as explicações acerca da mudança linguística, para alguns, tiveram respaldo em crenças que foram da Torre de Babel a influências climáticas. Para outros, a mudança linguística estava associada à decadência da língua, vista como um organismo, que nasce, cresce, fica velho e morre.

No final do século XIX, com o surgimento da Teoria da Evolução, a ciência tornou-se uma busca legítima e excitante. O mundo era visto como um lugar ordenado e governado por leis. Um grupo de estudiosos procurou mostrar que essa regularidade se estendia à língua, formulando princípios e hipóteses metodológicas sobre a mudança linguística e procurando ver a mudança fônica cientificamente. Esse grupo foi constituído por estudiosos alemães denominados de Neogramáticos, dentre os quais se destacam Hermann Paul, Karl Brugmann, Hermann Osthoff, August Leskien e Berthold Delbrück.

Com o conhecimento das línguas indo-europeias, eles se engajaram na tarefa de fazer um estudo compreensivo a partir do conhecimento acumulado. Eles perceberam que as línguas, apesar de, às vezes, perderem elementos, não entravam em decadência.

Sua abordagem em relação ao objeto de análise era a de que a mudança linguística deve ter uma ordem e, portanto, permitir uma investigação sistemática. O desenvolvimento da língua seria governado por regras aplicadas a certos aspectos universais da própria língua. Visto que a língua é essencialmente uma atividade humana, defendiam que os princípios que guiariam o estudo de sua evolução poderiam ser

observados dentro das regras gerais que governam o comportamento humano.

Para os Neogramáticos, apenas a linguística histórica poderia ser verdadeiramente científica. Eles viam a primazia da diacronia surgir de duas principais preocupações. Primeiro, estavam interessados em explicar as semelhanças que existiam de forma regular entre línguas relacionadas. A metodologia neogramática, encorajada pela reconstrução, objetivava descobrir palavras cognatas que compartilham sons e significados similares. Segundo, eles estavam preocupados com as irregularidades sincrônicas na língua.

O principal instrumento que os Neogramáticos utilizaram para considerar as similaridades entre línguas e as irregularidades sincrônicas foi a hipótese da regularidade, que pode ser resumida na afirmação de que a mudança fônica é regular e sem exceção. A mudança fônica foi vista, então, como algo que operava cegamente, sem se preocupar com as consequências gramaticais de suas ações. Se uma mudança fônica desencadeava alguma alteração na gramática da língua, isto não podia ser evitado e poderia ser, mais tarde, resolvido por alterações em outro lugar (MCMAHON, 1994).

Para os neogramáticos, como vimos anteriormente, no nível fonológico, a mudança linguística é governada pelo princípio da regularidade da mudança fônica. Sob essa perspectiva, as condições que governam a mudança fônica são puramente fonéticas. Se isto é aplicado a mudanças específicas em línguas específicas, podemos concluir que (a) a direção em que um som muda é o mesmo para todos os membros da comunidade linguística, exceto se dois dialetos estiverem em progresso; e (b) todas as palavras com o mesmo contexto fonético serão afetadas da mesma forma.

McMahon (1994, p. 21) afirma que os Neogramáticos viram todas as mudanças fônicas regulares como motivadas mecânica e fisiologicamente. Para justificar suas ocorrências e algumas mudanças, eles utilizavam, por exemplo, explicações como a facilidade de articulação. Paul, muitas vezes, utilizou explicações psicológicas como causas da mudança. Para ele, na produção dos sons, são usados músculos e nervos motores e isto produz uma sensação motora. A sensação é física, mas depois que a atividade do músculo cessa, um som residual mental permite repetir o mesmo som, usando o mecanismo da sensação motora.

Para a autora, os Neogramáticos parecem ter visto suas hipóteses de regularidade como algo equivalente às leis físicas, como a lei da gravidade, e, portanto, como uma consequência imutável da forma como a palavra é. A hipótese da regularidade neogramática pode, portanto, ser aceita, embora as mudanças fônicas sugeridas no início devam ser suplementadas ou reformuladas. Essa noção de regularidade permitiu aos neogramáticos serem os pioneiros na explicação das aparentes exceções encontradas nos dados. A intenção era não negar a existência das exceções, mas considerá-las.

Brugmann via a língua como tendo duas faces, uma psicológica e outra física. Ele criticou seus predecessores por ter dado pouca atenção às bases psicológicas da fala, uma vez que, segundo ele, só através desse conhecimento é que se pode entender a mudança fônica. De acordo com Lehmann (1992, p. 31), uma visão psicolinguística da língua como a de Brugmann sempre é creditada a movimentos posteriores. Tal ideia é retomada sessenta anos depois por Trubetzkoy.

Um dos Neogramáticos mais influentes foi Hermann Paul. Seu modelo combina tanto fatores sociais como fatores psicológicos. Lepschy (1998, p. 250), ao questionar o papel da mudança no modelo de Paul, afirma que a sua preocupação era com o funcionamento da língua, e entender seu funcionamento significava incluir a mudança como um dos fatores constituintes do fenômeno linguístico. A explicação causal era uma das preocupações de Paul, e ela só poderia ser encontrada em termos históricos.

A fim de analisar, de forma sistemática, os fenômenos envolvidos na mudança linguística, os neogramáticos postularam, além da mudança fônica, a analogia. A mudança fônica lida com processos que operam no nível fonológico, enquanto que a analogia lida com os processos do nível gramatical (morfológicos e sintáticos). Essa abordagem pressupõe, portanto, uma “dupla articulação” da língua, segundo Martinet (1964, p. 22), com a estruturação independente dos dois níveis, cada um deles exibindo diferentes tipos de regularidade.

Os Neogramáticos viram a mudança fônica e a analogia, embora consideradas opostas, como processos interdependentes. Visto que a mudança fônica opera independentemente das consequências para a gramática ou para o significado, a estrutura fonológica e gramatical

podem se desalinhar; a analogia, então, é o processo que efetua o realinhamento. Porém, a analogia é esporádica.

Ao contrário da mudança fônica, que opera independentemente da estrutura gramatical e da semântica, a analogia se volta, principalmente, para a relação entre a estrutura fonológica e a estrutura gramatical. Ela é, na verdade, o mecanismo que, ou por modificar formas linguísticas existentes ou por criar novas formas, alinha formas fonológicas e função gramatical depois que a relação entre elas foi rompida pela mudança fônica.

Segundo Hale (2003, p.343), hipóteses auxiliares, como a analogia e o conceito de mudança fônica esporádica, permitiram que os Neogramáticos restringissem o uso do termo 'mudança fônica', precisamente, àqueles eventos que são regulares e foneticamente condicionados. Este termo foi usado apenas para as mudanças regulares como a assimilação e o enfraquecimento. Mudanças como metátese, haplogia e dissimilação tendem a violar a hipótese da regularidade, uma vez que são esporádicas e se aplicam em algumas palavras, mas não em outras com o mesmo contexto, e são também observáveis: uma troca entre dois sons, dificilmente, pode acontecer gradualmente e imperceptivelmente.

A formação analógica, segundo Bynon (1977, p. 34), pode ser vista como mudança analógica e como criação analógica. Enquanto a mudança analógica executa o realinhamento dos expoentes em relação a alguma categoria gramatical ou semântica, a criação analógica produz novas formas, ampliando uma correlação existente entre forma e função além de seu domínio original.

Hock e Joseph (2009, p. 146) afirmam que o problema básico das propostas dos Neogramáticos está no fato de elas serem baseadas em experimentos apenas em nível do pensamento, não em observações de mudanças como realmente acontecem. A ideia de as mudanças não poderem ser observadas deve ter levado a tal raciocínio. As discussões acerca da mudança fônica e da analogia acabaram funcionando como a mola propulsora para outros encaminhamentos no que concerne à mudança linguística. Não é à toa que Hockett (1965) considera a proposta Neogramática como um dos quatro avanços da Linguística ao longo de todos os tempos. As discordâncias aconteceram e graças a elas os desdobramentos foram bem frutíferos.

Estruturalismo e Funcionalismo

Ainda no final do Século XIX, houve posições contrárias à proposta Neogramática. Uma delas, e bastante contundente, foi a de Schuchardt (1885) que, dentre outras coisas, criticou a proposição de que “as leis fonéticas” operam sem exceção. Na verdade, para o autor, não são “as leis fonéticas” que operam sem exceção, mas a ‘mudança fônica’ é que ocorre de acordo com “leis” sem exceção². Suas críticas não tiveram grande repercussão, mas outras propostas, com base em teorias que marcaram o início do Século XX, levaram os estudiosos a buscar alternativas para explicar a mudança fônica.

A aplicação dos princípios de análise linguística defendidos pelos estruturalistas e funcionalistas representou uma dessas alternativas. De um lado, apresentaremos a proposta da Escola de Praga, que teve, como principais representantes, Jakobson e Trubetzkoy; de outro, a proposta funcionalista de A. Martinet. Isso, entretanto, não impede de mencionarmos outros estudiosos envolvidos com as mesmas ideias ou similares.

Uma das características fundamentais do pensamento dos representantes da Escola de Praga em relação à mudança linguística é a teleologia, definida como “tendência em direção a um objetivo”. Jakobson (1929, p.110) se opõe, principalmente, à abordagem ‘mecanicista’ dos Neogramáticos, ao defenderem a história da língua, implicando uma causalidade eficiente e mecânica. Para Trubetzkoy, a concepção teleológica resulta do fato de a língua ser um sistema, como defendeu Saussure. Ele defende que há um primeiro momento, aquele em que a mudança é implementada, e, uma vez iniciada, ela obedece a uma lógica interna da língua.

Para os estruturalistas, a língua deve ser vista como um todo integrado, ou seja, um sistema em que cada unidade é definida pelo seu lugar no conjunto de oposições. O fato novo, não explicitado pelos Neogramáticos, é a observação de que cada língua tem sua própria estrutura independente. Com isto, a mudança fônica passa a ser analisada separadamente da mudança gramatical, pois, na perspectiva

² Mais informações podem ser obtidas no texto publicado por Theo Vennemann e Terenc H. Wilbur (1972).

estruturalista, a língua é estruturada independentemente em diferentes níveis de análise.

A noção de fonema passa a incorporar a descrição da mudança. Na proposta Neogramática ficou obscuro o fato de que cada estado da língua tem seu próprio sistema de sons funcionalmente distintivos ou fonemas. É a origem de novos sistemas fonológicos como resultado de mudanças individuais que será agora considerado.

Nessa proposta, a mudança fônica pode afetar o inventário de fonemas, causando ou aumento ou redução no seu quadro. O aumento sendo o resultado da sua divisão em um ou mais fonemas independentes; e a redução o resultado de uma fusão de dois ou mais fonemas em um só (maiores detalhes, conferir Bynon, 1977, p. 77).

Outro aspecto a ser considerado é o conceito de espaço fonológico que se baseia na análise componencial dos fonemas em feixes de traços distintivos. Os sistemas fonológicos podem, então, ser representados dentro dessa estrutura, alocando cada fonema em uma área específica dentro do espaço total coberto pelo sistema. Em termos do conceito de espaço fonológico, a mudança fônica é vista como mudança na especificação de traços dos fonemas.

Para outros estruturalistas, a exemplo de Bloomfield (1933), a mudança fônica diz respeito à maneira como os falantes produzem os fonemas, independentemente do contexto onde ele ocorra. Isto implica que a mudança seja avaliada apenas como puramente fonética.

Para Bynon (1977, p. 99), a aplicação da teoria estruturalista aos problemas da mudança fonológica permitiu que eles fossem estabelecidos e resolvidos com um grau de explicitude que não foi possível usando a proposta dos Neogramáticos.

Quando se analisa algum fato linguístico a partir dessa proposta, procura-se impor algum tipo de coerência interna aos eventos analisados. Tais análises dependem da hipótese de que um sistema fonológico reage à mudança como um todo estrutural e, portanto, de forma sistemática, e assume-se que tais mudanças sejam condicionadas ou restringidas pela estrutura do sistema fonológico. As análises feitas, contudo, diferem na motivação interna postulada por sequências de eventos específicos que não consideram meramente a estrutura, mas também a função do sistema fonológico.

De acordo com Martinet (1955), um dos principais representantes do funcionalismo à época, a mudança fonológica é governada por duas forças que se opõem: as exigências da comunicação e a inércia humana. A primeira é refletida na estrutura simétrica do sistema fonológico; a segunda se manifesta de duas maneiras: na forma dos processos de assimilação e na decadência geral das palavras, e na forma de algumas limitações fisiológicas da percepção e produção da fala. Segundo Bynon (1977, p. 89), se essas e outras limitações fisiológicas são fatores relevantes na inércia humana, a evolução fonológica de uma língua pode ser vista como esforço contínuo para manter um estado equilibrado entre a inércia, de um lado, e as necessidades comunicativas, de outro. Isto é, essencialmente, o que Martinet entende por “economia” da mudança fonológica. Ainda para Bynon, a proposta de Martinet contém um certo elemento de especulação. Ele, contudo, alega que a motivação interna é a única causa da mudança fonológica.

Para Martinet, as causas da mudança fônica podem ser encontradas na interação e nas interrelações entre diferentes fatores: (a) estrutura, ou as relações entre unidades em um sistema linguísticos; (b) função, ou a necessidade do homem de comunicar-se com outro; (c) inércia, ou a tendência ao menor esforço; e (d) as limitações naturais dos órgãos da fala.

Martinet, segundo Newmeyer (2003), forneceu explicações formais para a mudança, vendo-a em termos de mudanças nas gramáticas e também apresentou restrições de base funcional. Em sua visão, a função da língua é a comunicação e a diferenciação máxima entre os elementos gramaticais ajuda o processo comunicativo.

Em se tratando de uma comparação entre as posições dos representantes da Escola de Praga, Jakobson e Trubetzkoy, e Martinet³, como representante do Funcionalismo, um primeiro ponto de convergência diz respeito à delimitação do objeto a ser descrito. Ambos se interessam sobretudo por uma parte bem determinada das mudanças fônicas, aquelas que têm impacto sobre o sistema das oposições

³ Os membros da Escola de Praga e seus seguidores, dentre eles Martinet, tinham tendência a se autodenominarem tanto como Estruturalistas como Funcionalistas. (Newmeyer, 2003, p. 19)

distintivas. Jakobson (1931) classifica as mudanças do ponto de vista de sua relação com o sistema fonológico e com o impacto que elas têm sobre o sistema. Da mesma forma, Martinet (1955, p. 25) afirma que é necessário examinar o contexto do sistema fonológico no qual se produz uma mudança, de forma que as mudanças tradicionalmente consideradas como espontâneas possam ter uma explicação interna.

No que concerne à explicação da mudança, os dois modelos, ao tratarem da prioridade de uma lógica interna, se assemelham. Os representantes da Escola de Praga afirmam que o sistema deposita em si mesmo as causas de seu desenvolvimento. Martinet insiste na prioridade dos fatores internos e é neles que o linguista deve buscar as pistas para uma explicação da mudança. No caso de alguma influência interna ser admitida, é o sistema receptor que determina a direção que toma a mudança.

Segundo Verleyen (2005, p. 149), há uma nítida diferença entre os dois modelos, quando se trata da razão subjacente da prioridade dos fatores internos. Para os estudiosos de Praga, essa escolha tem conotações fortemente filosóficas e ideológicas, uma vez que a língua é concebida como uma totalidade orgânica que tem suas leis de desenvolvimento interno e esse desenvolvimento não pode contrariar qualquer fator externo. Para Martinet, ao contrário, a prioridade dos fatores internos é uma escolha metodológica, inspirada pela prudência do linguista, que deve examinar todas as hipóteses linguísticas antes de recorrer às explicações externas, às vezes fantasiosas.

Em nível da concepção global da mudança linguística, há dois pontos sobre os quais Martinet e os representantes da Escola de Praga convergem: rejeição ao caráter cego da mudança e negação de seu progresso.

Todos eles se opõem à proposta Neogramática quanto à explicação da mudança linguística. Jakobson se recusa a considerar a mudança como um processo aleatório, desprovido de sentido. Martinet (1955) ataca o formalismo descritivista neogramático, que, segundo ele, persistiu com numerosos linguistas, dentre eles Bloomfield. Em sua discussão sobre os mecanismos das mudanças em cadeia, ele rejeita explicitamente o caráter cego da mudança, postulado pelos Neogramáticos. Ele defende que a mudança seja regida por um certo número de fatores passíveis de identificação, mesmo que o resultado da

operação desses fatores não seja sempre previsível, em razão da natureza contraditória de certas tendências.

No que diz respeito à negação do progresso da mudança, ambos os grupos se recusam a interpretar a evolução linguística como gradual. O princípio da economia invocado por Martinet garante um equilíbrio permanente, embora vulnerável, entre a tendência à inércia, que por sua vez diminuiria consideravelmente o potencial distintivo da língua e a tendência à satisfação das necessidades comunicativas, que multiplicaria as distinções e as entidades, exigindo um esforço muito grande por parte do falante. Na concepção dos representantes da Escola de Praga, existe um equilíbrio permanente: no caso de uma mutação destrutiva, a língua reagirá restabelecendo o equilíbrio perdido. Contudo, como foi o caso para o aspecto precedente, esta recusa do progresso se explica não somente pelas propriedades inerentes à língua, como também pela negação de uma ideologia do progresso, vista como tipicamente ocidental pelos russos de Praga (Verleyen, 2005, p. 150-151).

Apesar desses pontos convergentes, há também divergências entre as duas propostas. Enquanto os representantes de Praga concebem implicitamente a língua, sob o ponto vista diacrônico, como uma totalidade orgânica dotada de leis internas próprias e na qual a influência dos locutores é mínima, Martinet vê a sistematicidade das mudanças em termos de propriedades do sujeito falante humano.

Modelo Gerativo

A segunda metade do Século XX testemunhou grande agitação na Linguística. Era uma nova abordagem que estava sendo proposta, tendo como seu principal representante Noam Chomsky e denominada de Gramática Gerativa. Inicialmente, a proposta voltou-se para a sintaxe, mas, em seguida, com a parceria de Morris Halle, teve como foco a Fonologia (Chomsky & Halle, 1968). Em pouco tempo, sua abordagem também contemplou estudos voltados para a evolução da língua, ganhando, como afirmam Baldi e Werth (1978, p. 185), sofisticação, técnica e poder explanatório.

Enquanto o estruturalismo insistia que a mudança fônica era principalmente física por natureza e própria para o estudo da fala, a gramática gerativa defende que a mudança fônica é essencialmente

mentalista, por natureza, e sua investigação significa estudar o sistema linguístico em si mesmo. Da mesma forma que a gramática gerativa sincrônica dominou a linguística americana nos anos 60 e início de 70, esse modelo forneceu os fundamentos teóricos e metodológicos para a maioria dos trabalhos feitos na fonologia diacrônica na década de 70.

Na sua proposta original, o gerativismo defendeu que uma língua é um sistema finito de regras que o falante aplica para produzir uma infinidade de enunciados, e, além disso, a fonologia é estruturada de forma similar à sintaxe, com regras para derivar formas de superfície a partir de formas subjacentes.

O texto de Kiparsky (1965) “Phonological Change” é considerado como a base para os estudos das décadas de 60 e 70, que testaram e elaboraram as premissas básicas da gramática gerativa aplicadas a uma proposta diacrônica.

Kiparsky (1968) tem como preocupação a questão da ordem das regras na fonologia gerativa histórica. Ao lidar com o reordenamento das regras e sua tendência unidirecional, fornece uma significativa orientação sobre a natureza das regras gramaticais e os efeitos que sua ordem tem na gramática de uma língua. Kiparsky (1971) trata do problema da ordem de alimentação e sangramento das regras, e seus efeitos sobre a direção do ordenamento. É aqui que ele introduz a noção de opacidade de regra. Através desse conceito ele tenta explicar alternâncias não automáticas e contradições de superfície das regras fonológicas. Ele afirma que quanto mais opaca for uma regra mais difícil será para aprendê-la. Isto o leva ao princípio geral de que as regras tendem a ser ordenadas de forma que elas se tornem maximamente transparentes, e, portanto, maximamente aplicáveis. Eventualmente, isto leva a uma simplificação total da gramática.

Com base nesses pressupostos, a mudança na língua vai refletir mudança nas próprias regras. Retomando o que afirma Postal (1968, p. 270), “o que muda não são os sons, mas as gramáticas. E as gramáticas são objetos abstratos – conjuntos de regras presentes nos organismos humanos”.

A mudança fônica, segundo King (1969), como concebida pela gramática gerativa, difere radicalmente da proposta Neogramática. Primeiro, porque mudança significa mudança na competência, refletida por alterações na gramática. O papel do desempenho permanece o

mesmo, causando os mesmos tipos de flutuações depois que a mudança acontece na competência. Segundo, nada na gramática gerativa exige ou sustenta que a mudança seja necessariamente gradual.

King (1967) rejeitou o conceito de campo funcional defendido por Martinet, segundo o qual o peso funcional, uma medida da frequência com a qual dois fonemas contrastam em todos os possíveis contextos, é um fator de grande importância em toda mudança fônica. Para King, o falante de uma língua não tem habilidade para, conscientemente, evitar possíveis mudanças linguísticas, como defendeu Martinet, e também refuta a alegação deste de que há uma interdependência entre mudança fônica e necessidades comunicativas.

Presentes na competência, as mudanças podem ser de vários tipos: adições de regras e perdas, reordenamento, simplificação. Elas, por sua vez, não são causadas por pequenas variações no desempenho que, de alguma maneira, infiltram-se na competência e as mudam.

Discutindo as possíveis mudanças a partir dos tipos estabelecidos no parágrafo anterior, Fairbanks (1973, p. 208) afirma:

...uma mudança pode ou não resultar em mudança na estrutura fonêmica. Também, uma mudança pode ou não alterar as formas subjacentes e pode ou não resultar na adição, perda, ou reordenamento de uma regra sincrônica ou regras na gramática. O gerativista deve distinguir entre regras sincrônicas e diacrônicas porque ambas são necessárias para estabelecer a história fonológica de uma língua. Ele deve distinguir entre regras fonológicas e morfofonêmicas porque seus efeitos são diferentes. Uma regra fonológica diacrônica sempre muda as formas subjacentes da língua e, ao mesmo tempo, sempre introduz uma nova regra sincrônica ou muda uma regra fonológica sincrônica para uma regra morfofonêmica sincrônica. Por outro lado, o apagamento de uma regra sincrônica ou seu reordenamento, provavelmente, pode resultar de uma regra morfofonêmica diacrônica. Em termos estruturalistas, caso seja necessário o fonemicista mudar sua análise, nenhuma mudança fará com que a língua volte a seu estágio anterior com a mesma distribuição de fonemas nos mesmos itens. Em termos gerativistas, caso seja necessário para o analista mudar as formas subjacentes que ele colocou para sua gramática, nenhuma mudança, fonológica ou morfofonêmica, fará com que a língua volte a seu estágio anterior com as mesmas formas subjacentes para os mesmos itens.

Na visão de Bynon (1977, p. 145), a adição de regra deve ser considerada muito mais como um fenômeno de superfície, e a reestruturação sistemática é melhor vista em termos do output gerado pela gramática mais do que da estrutura interna da própria gramática. Esses desenvolvimentos têm funcionado como uma considerável reaproximação com a visão tradicional e tem levado a renovado interesse no desempenho como a área em que a mudança linguística provavelmente se origina. Embora a mudança linguística possa ser representada como mudança na competência, sua motivação deve, provavelmente, ser vista fora da gramática, no desempenho. Pareceria, em outras palavras, que a gramática deve sofrer constante revisão, a fim de manter atualizadas as inovações no desempenho.

Para os gerativistas, a mudança fonológica pode ocorrer em qualquer contexto especificado pela gramática, não há problemas se ele é fonológico ou gramatical. Em relação à postura neogramática, ela critica, primeiro, a autonomia da fonologia, dizendo que esta era apenas aparentemente independente da estrutura gramatical; segundo, o termo 'analogia', usado erroneamente para se referir a casos de mudança fonológica perfeitamente regular, em que parte do contexto condicionante envolve estrutura de superfície (Postal, 1968, p. 265).

Como nos modelos anteriores, podemos tomar como ponto de partida a hipótese de que a mudança fonológica pode ser abstraída de uma comparação das sucessivas gramáticas sincrônicas de uma língua. Em um modelo linguístico que opera com um conjunto de representações subjacentes e com séries ordenadas de regras fonológicas que geram as formas de superfícies apropriadas para elas, as gramáticas sincrônicas sucessivas podem potencialmente diferir de uma para outra em seus inventários de regras, nas formas e nos ordenamentos de suas regras e nas formas das representações subjacentes dos itens lexicais correspondentes.

Para Halle (1962), o tipo básico de mudança fônica, a chamada mudança inovadora, se reflete no modelo gerativista pela adição de uma nova regra fonológica no final do componente lexical. A adição de uma nova regra tem o efeito de, sistematicamente, modificar as representações fonéticas geradas pela gramática, de forma que elas difiram daquelas geradas pela gramática anterior em que a regra está faltando. A diferença no output deve, obviamente, ser menor, o

suficiente, para não quebrar a comunicação entre possuidores da velha regra e possuidores da nova regra. Tal mudança pode ser atribuída a falantes adultos, que são capazes de modificar sua fala ilimitadamente. O output dessa gramática modificada servirá, então, como dados para o aprendiz da língua da geração seguinte que tem, como uma criança, a capacidade inata de construir a partir dos dados aos quais é exposto a gramática 'ótima' e a mais simples possível. Isto significa que a regra adicionada será retida na gramática da próxima geração apenas se uma gramática mais simples não puder ser construída que gerará o mesmo output. Se, contudo, isto for possível, a gramática será reconstruída. De forma mais ampla, a nova regra permanecerá como uma regra na gramática da geração seguinte se ela resulta na alternância morfológica, de outra forma, seu efeito será absorvido pelo léxico, causando reestruturação das representações subjacentes relevantes.

O modelo, portanto, alega: (a) que a gramática de uma língua pode sofrer reestruturação lexical como a consequência da mudança fônica inovadora; (b) que tal reestruturação, tipicamente, ocorre durante o curso da transmissão da língua de uma geração para a próxima; e (c) ela constitui uma simplificação da gramática. A simplificação é, em si mesma, definida dentro da teoria e consiste essencialmente em uma redução no aparato exigido para a descrição.

Na concepção de Fairbanks (1973), estruturalistas e gerativistas veem as mudanças ou processos de mudanças da mesma forma. Os resultados é que são parcialmente diferentes, porque a estrutura dos fonemicistas e a gramática dos gerativistas são diferentes.

A partir dos anos 70, Kiparsky publicou uma série de textos em que as propostas de análise da mudança fônica tomaram novo rumo. Ele passou a revalorizar a estrutura de superfície, buscou integrar restrições funcionais em sua teoria de mudança e reafirmou a analogia como uma categoria separada das mudanças. Da mesma forma, King (1975) retornou a uma concepção mais tradicional de mudança linguística.

Em um de seus textos mais recentes que trata da mudança, e discutindo duas ideias centrais – 'a estrutura explica a mudança' e 'a mudança explica a estrutura' – Kiparsky (2008), no que concerne à primeira afirmativa, faz a seguinte reflexão: Se a estrutura gramatical pode restringir a mudança linguística, então as hipóteses sincrônicas têm consequências diacrônicas. Isso implica que as teorias da gramática

podem, em princípio, contribuir para explicar propriedades da mudança, ou, contrariamente, serem refutadas por evidência histórica. Para o autor, este foi um dos principais estímulos para a teoria gerativa incorporar a linguística histórica.

Seguindo esse raciocínio, Kiparsky (2008, p. 1) faz ver que uma hipótese bastante aceita entre os linguistas é a de que algumas alterações ocorrem na transmissão da língua, quando aspectos gramaticais baseados em dados incompletos, ou outputs de tais gramáticas, podem ser retidos de estágios anteriores da aquisição e tornarem-se incorporados no sistema final. Esta noção de “aprendizagem imperfeita”, que já aparece em seu trabalho de 1968, forneceu a base para uma abordagem da mudança analógica, e, ligada à teoria da Fonologia Lexical, representa uma solução para o tipo problemático de mudança fonológica conhecido como ‘difusão lexical’. Para o autor, a teoria de aquisição, com isso, torna-se uma forte ligação entre linguística sincrônica e diacrônica.

Explicar as propriedades da mudança linguística, procurando ver a forma como a língua é adquirida e como está estruturada na mente, não é uma criação original da gramática gerativa.

Os Neogramáticos, por exemplo, reconheceram o papel significativo da analogia como uma força reguladora na mudança e como uma manifestação do mecanismo que subjaz a aquisição normal e o uso criativo da língua. Os estruturalistas, por seu lado, viram derivar as generalizações empíricas sobre a mudança linguística descoberta pelos neogramáticos do esboço de traços da língua. Uma conexão explanatória entre a mudança linguística e a organização que surgiu nesse primeiro ‘round’ da teoria estruturalista foi a de que a língua é uma rede de relações sintagmáticas e paradigmáticas que define os caminhos das potenciais mudanças analógicas. Primeiro articulado pelo neogramático Hermann Paul, suas conseqüências teóricas foram trabalhadas por linguistas como Kruszewski, Baudouin de Courtenay, Saussure e, por último, Jakobson.

A partir da última década do Século XX, houve um crescente aumento na insatisfação com a abordagem derivacional da gramática gerativa. A inserção de uma série de críticas diz respeito ao fato de não termos evidência de que a gramática seja mesmo uma série de regras. Para Holt (1999, p.9), o que temos é apenas a evidência para aquilo que produzimos – o output – e só indiretamente para o input. Uma

alternativa que tem sido utilizada nos últimos anos é a possibilidade de se pensar na atuação de restrições universais que se hierarquizam de forma diferenciada, dependendo da língua.

A perspectiva de se avaliar a mudança fônica no modelo da Teoria da Otimalidade (Prince e Smolensky, 1993)⁴ significa re-hierarquizar as restrições, o que daria origem a novos outputs.

Em termos formais, talvez seja essa uma das últimas propostas, a partir do modelo gerativo. São novos desdobramentos para o que se pensou na década de 60 do Século XX. De outro lado, considerando a mudança fônica, não apenas como resultado de aspectos estruturais, mas buscando correlacioná-los com sociais, a proposta variacionista tem sido uma alternativa bastante promissora, como veremos na seção a seguir.

Modelo de mudança fônica na perspectiva da sociolinguística variacionista

Se uma das grandes falhas dos Neogramáticos foi o fato de terem considerado a mudança linguística como algo que não podia ser observado, com as propostas teóricas formais subsequentes era impensável investigar a mudança em progresso. Isso só pôde ser pensado a partir dos trabalhos pioneiros de Labov sobre a mudança fônica em Martha's Vineyard (1963) e em New York City (1966).

De acordo com Guy (2003, p. 369), o foco na variação abriu três novas áreas de investigação para os estudos da mudança linguística. Em primeiro lugar, o estudo da mudança nas comunidades a que temos acesso facilita a busca por evidências com vistas ao trabalho descritivo acerca da mudança. Segundo, como consequência dessa facilidade, estudos poderão ser empreendidos acerca dos mecanismos e motivações sociais para a mudança linguística. Por último, as investigações variacionistas passam a oferecer uma perspectiva completamente nova sobre os mecanismos de mudança.

O estudo da mudança fônica sob a perspectiva da sociolinguística variacionista se baseia, essencialmente, no conceito de

⁴ A literatura a esse respeito é bastante diversificada. Uma consulta à página <http://roa.rutgers.edu/index.php3> pode oferecer uma visão ampla sobre como a mudança fônica tem sido tratada nos moldes da Teoria da Otimalidade.

heterogeneidade estruturada da comunidade linguística, nos moldes de Weinreich, Labov e Herzog (1968). Eles afirmam que a mudança linguística é a consequência inevitável da atividade linguística normal, caracterizada por uma variabilidade intrínseca.

Ao contrário da perspectiva gerativa sobre a mudança linguística, que parte de um conceito monolítico da gramática individual, a sociolinguística admite a coexistência de vários subsistemas na comunidade linguística. A língua é concebida como um diassistema complexo para que possa ser reduzida a um estilo particular de um indivíduo particular, como queriam os estruturalistas americanos ou a gramática gerativa.

Essa abordagem multidimensional reconhece vários níveis (estilos, registros) que se caracterizam essencialmente por dois traços. Em primeiro lugar, eles devem ser funcionalmente distintos, isto que dizer que eles devem estar em competição e não serem complementares. Os diferentes estilos devem, pois, representar as diferentes formas de dizer a mesma coisa. Em segundo lugar, o conjunto desses registros ou estilos deve estar disponível para os locutores. Caso esta restrição não seja capaz de ser sempre respeitada em nível da produção, ela é imperativa em nível da recepção: todo membro de uma comunidade linguística é, em princípio, capaz de interpretar todo enunciado produzido por um outro membro da comunidade.

O caráter pluridimensional dessa abordagem leva em conta a existência, a todo momento, de variantes estilísticas e sociais, de onde se depreende a mudança. No modelo de Labov, a origem da variabilidade é menos importante do que a propagação direcional de uma inovação na comunidade.

A onipresença da variação no seio da comunidade, postulada pela sociolinguística, nos leva à questão da relação entre sincronia e diacronia. A abordagem laboviana de mudança linguística difere dos outros modelos, à medida que ele reconhece que não há teoria sincrônica explícita que sirva de ponto de partida para o estudo da mudança fônica. Na verdade, Labov parece mais eclético no que concerne à descrição fonológica sincrônica. Ele prefere uma descrição fonológica do tipo estruturalista para identificar as unidades do sistema fonológico.

No texto de Weinreich, Labov e Herzog (1968), os autores defendem claramente uma sincronia do tipo dinâmico. A mudança está no mesmo pé de igualdade da variação. Ela é tão provável quanto a variação, mesmo que toda variação possa não resultar em mudança.

O estudo da mudança em curso repousa no princípio apresentado em Labov (1975), denominado princípio do “uniformitarismo”, segundo o qual as forças que agem sobre a língua no passado são idênticas àquelas que se observam hoje. A utilização do presente para explicar o passado abre uma gama de possibilidades para os estudiosos da diacronia, que, tradicionalmente, são confrontados com problemas de acesso a dados antigos, principalmente aqueles em tempo real que poderiam servir de base para se entender a mudança fônica. No caso da mudança sintática, esse problema acaba sendo bem menor, uma vez que os documentos manuscritos, por si, são suficientes para avaliar o processo de mudança ao longo dos tempos.

Ao estudar a mudança em curso, o linguista pode tentar formular princípios gerais que se aplicam igualmente a estados de línguas diferenciados, em virtude do princípio do uniformitarismo.

O princípio do uniformitarismo decorre logicamente do espírito metodológico e epistemológico da sociolinguística laboviana em geral, que se propõe a resolver os problemas que colocam a mudança e a variação linguísticas, não formulando um novo quadro teórico, mas ampliando a base de dados pertinentes. Como afirma Labov (1975, p. 826-827), “os problemas à longa distância da linguística histórica podem ser resolvidos apenas se estamos dispostos a usar princípios gerais extraídos da pesquisa fonética e sociolinguística”.

A aplicação dos resultados de análise das mudanças contemporâneas a estados de línguas mais antigas, contudo, pode colocar seus problemas. Na verdade, a noção de história da língua implica que o passado não é idêntico ao presente, se o fosse, não faria sentido a linguística diacrônica. Ou, o problema fundamental é que não se pode saber em que medida o passado é diferente do presente. Isto dá lugar a um novo paradoxo com o qual se confronta o linguista, a saber, o paradoxo histórico, explicitado por Labov (1994, p. 21): “A tarefa da linguística histórica é explicar as diferenças entre o passado e o presente; mas se o passado foi diferente do presente, não há como saber quão diferente ele foi”.

Nos textos dos anos 60 e 70, Labov parece partir de uma versão forte e não problemática do princípio do uniformitarismo. Mais tarde, porém, ele se dá conta de que o princípio é, às vezes, problemático. Na verdade, se o uniformitarismo é incontestavelmente válido sobre o plano psico-fisiológico (a constituição humana não mudou fundamentalmente desde a origem da língua), o princípio se revela mais problemático quando se trata das configurações socioculturais que são manifestadas ao longo da história.

A única regularidade que Labov parece poder afirmar é que a língua não pode, jamais, estar isolada da realidade social e que a configuração sociocultural desempenha um importante papel na mudança linguística e sua difusão através da comunidade linguística. Em definitivo, o princípio do uniformitarismo, apesar de ser constatada a heterogeneidade estruturada de toda comunidade linguística, constitui o ponto de partida para o estudo da mudança linguística laboviana.

No Brasil, especificamente, do ponto de vista fônico, há uma grande quantidade de trabalhos de cunho variacionista realizados nas últimas décadas do Século XX e outros atuais, mas voltados apenas para análise de dados sincrônicos coletados nas comunidades. Em geral, esses estudos analisam dados estratificados de acordo com o sexo, a faixa etária e a escolarização do falante, envolvendo, portanto, aspectos sociais, que, aliados a fatores estruturais, contribuem para a compreensão da mudança linguística. Esse tipo de trabalho é uma forma de ratificar a ideia de que apenas o conhecimento da estrutura linguística e a avaliação dos processos a ela relacionados não são suficientes para explicar a mudança fônica.

No texto programático de 1968, Weinreich, Labov e Herzog identificam cinco questões maiores, às quais deve responder uma teoria de mudança linguística. Essas questões, que não serão detalhadas aqui, dizem respeito aos seguintes problemas: restrições, transição, encaixamento, avaliação e implementação. Tais problemas têm sido objeto de estudo dos variacionistas, e o grau de dificuldade para sua resolução tem sido um grande desafio. Um deles é definir como se dá a transição em um processo de mudança.

A explicação Neogramática, vista como não satisfatória por alguns, deu origem à proposta da Difusão Lexical, sobre a qual trataremos a seguir.

Difusão Lexical

Ao longo de muito tempo, a pergunta relativa ao que acontece durante um processo de mudança fônica, considerando seu início e seu resultado, teve como resposta aquilo que um dia pensaram os Neogramáticos, ou seja, que o som era alterado gradualmente por incrementos avaliados como impossíveis de serem observados.

No final do Século XX, uma proposta defendida por Wang (1969, 1977) e Chen & Wang (1975), e rotulada de Difusão Lexical apresentou uma outra alternativa como resposta. Nessa concepção, a mudança fônica não precisa ser foneticamente gradual, ela pode acontecer através do léxico de um item para o outro.

Wang (1969) defende que as exceções à mudança fônica regular podem ser o resultado de uma operação de superposição de duas regras em uma relação de alimentação. Pensando no que defendiam os Neogramáticos, esta é uma proposta nova, tendo em vista que a mudança linguística deve resultar de duas mudanças fônicas regulares, e não da competição entre a mudança fônica e a analogia, como defendiam.

Na concepção de Chen e Wang (1975, p. 256), para os processos fonológicos envolvidos na mudança fônica, as dimensões temporal e lexical são muito importantes.

Estranhamente, um dos aspectos mais negligenciados da linguística histórica, que professa ser um estudo da língua através do tempo, é o próprio tempo. Certamente, muita discussão foi devotada à cronologia dos processos fonológicos, mas voltadas para a relação externa entre as regras em termos de sequência temporal; a dimensão interna do tempo não recebeu igual atenção até recentemente. Por dimensão interna, entendemos o perfil cronológico da evolução gradual, e a expansão ou regressão, de um único processo fonológico.

No que concerne à dimensão lexical, os autores defendem que uma regra fonológica opera em uma boa parte do léxico, e esse processo se amplia até que todos os itens sejam atingidos. Com isso, a inovação fonológica torna-se regular, mas só depois de afetar todos os itens lexicais e cumprir seu tempo.

A par do que defendem os autores, eles entendem que essa visão difusionista é incompatível com a defendida pelos estruturalistas, pois na

perspectiva de Bloomfield (1933), a mudança fônica tem a ver com a mudança dos fonemas, com suas ocorrências em palavras individuais ou morfemas. Também para Saussure, a noção de difusão lexical é incompatível, pois ele excluiu o parâmetro lexical envolvido na mudança fônica, defendendo que a mudança fonológica afeta apenas os sons, independentemente da palavra em que ocorram.

O mesmo é sentido em relação aos gerativistas, quando se trata do conceito de mudança fônica se espraiando, gradualmente, através do léxico. Para Halle e Keyser (1967, p. 102-103), o único sentido em que se pode falar de mudança fônica gradual é se considerarmos aspectos sociogeográficos, pensando na possibilidade de a propagação ocorrer de um falante para outro, quando eles ocupam posições sociais diferenciadas ou quando vivem em localidades diferentes.

Se avaliarmos as dimensões de tempo e léxico defendidas na proposta difusionista, somos levados a concordar que a mudança fônica não se dá de uma hora para a outra, ou seja de forma abrupta, nem transforma o léxico como um todo de uma só vez. A consciência da natureza gradual da mudança no léxico não é negada por muitos estudiosos, mas o problema está na dificuldade de serem encontradas evidências empíricas.

Com base em dados do Chinês, Wang e Cheng (1977) testaram a hipótese Neogramática e constataram que o caráter de exceção que a mudança fônica recebeu mereceria ter sido avaliado com mais dados ilustrativos. Eles avaliam a posição neogramática, resumida em dois componentes: a mudança fônica é foneticamente gradual, resulta de incrementos imperceptíveis, mas lexicalmente abrupta, afetando todas as palavras relevantes simultaneamente. Tomando como base vários exemplos de mudanças fonéticas, eles procuraram mostrar sua inadequação, apresentando um modelo alternativo em que as palavras mudam suas pronúncias por incrementos discretos perceptíveis, isto é, de forma foneticamente abrupta, mas lexicalmente gradual, não afetando todas as palavras ao mesmo tempo.

Acreditamos que um dos mais completos estudos comparativos entre a proposta Neogramática e a proposta difusionista foi o desenvolvido por Labov (1981), denominado de “Resolving the Neogrammarian Controversy”, cuja controvérsia é centrada na questão

fundamental acerca da mudança linguística: “na evolução dos sistemas de sons, a unidade básica de mudança é a palavra ou é o som”?

Ele discute, de um lado, os dois aspectos mais salientes da proposta neogramática: a questão da regularidade da mudança, que foi de forma categórica apresentada por Osthoff & Brugmann (1978) e o fato de a mudança fônica ser condicionada apenas pelo ambiente fonético, ignorando fatores gramaticais ou semânticos; de outro lado, procura apresentar os resultados dos estudos difusionistas que respaldam a nova visão.

Para Labov (1981), tanto a proposta neogramática quanto a proposta da difusão lexical podem ser atestadas a partir dos resultados de suas análises. Em sua concepção, a mudança fônica foneticamente gradual ocorre quando apenas as propriedades fonéticas estão envolvidas, enquanto que a difusão lexical ocorre quando a mudança acarreta uma modificação fonologicamente distintiva.

Em sua conclusão acerca do paradoxo, ele afirma que não faz muito sentido ficarmos presos a certas questões, tão discutidas na literatura pertinente. O que devemos é, a partir do que se fez até então, dar início a um programa de pesquisa que responda a uma outra questão: qual é o conjunto de propriedades que nos permitirá resolver o problema da transição? Ou seja, prever com alto grau de certeza a forma como o sistema fonológico se comporta e como ele mudará.

É claro que a difusão lexical é uma das formas de implementação da mudança fônica, mas outros modelos podem ser explorados. Tais modelos devem incluir o conceito de variação. O importante trabalho de Weinreich, Labov, Herzog (1968) estabelece que ‘toda mudança envolve variabilidade e heterogeneidade’. A verdade disto tem sido amplamente comprovada nos últimos anos por trabalhos realizados por Labov e também por outras contribuições.

Considerações finais

A proposta Neogramática, muito criticada ao longo dos anos, teve o mérito de desencadear atividade reflexiva nas propostas subsequentes. Algumas concordantes, outras discordantes.

Ver a mudança fônica como algo regular e cego a exceções foi uma noção repudiada, mas também incorporada por alguns teóricos. O mesmo aconteceu com a noção de gradualidade da mudança.

O embate teórico é fundamental para que novas propostas surjam. Se todos os pontos levantados por eles tivessem sido aceitos pacificamente, não teríamos chegado onde chegamos, se é que chegamos, com a diversidade de alternativas voltadas para explicar a mudança fônica.

Aspectos puramente linguísticos, aspectos funcionais, aspectos sociais, ou ainda a conjugação de alguns deles acabaram por fazer parte das propostas que aqui apresentamos. Sabemos que outras existem, mas entendemos ser de todo impossível revisá-los a um só tempo e reuni-los em apenas um capítulo. É um estudo instigante e ficamos devendo a nós mesmos o aprofundamento das ideias que perpassam a mudança fônica.

Temos consciência de que os modelos aqui apresentados são os mais discutidos na literatura que trata, não só da mudança fônica especificamente, mas da linguística em geral. São eles a base para possíveis explicações sobre como entender a língua e seus múltiplos processos.

REFERÊNCIAS

- BALDI, Philip; WERTH, Ronald N. (Eds.). *Readings in historical phonology*. University Park/London: The Pennsylvania State University Press, 1978.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Holt, 1933.
- BYNON, Theodora. *Historical linguistics*. Cambridge; Cambridge University Press, 1977.
- CHIN-CHUANG, Cheng; WANG, William S-Y. Sound change: actuation and implementation. *Language*, 51 (2), p. 255-281, 1975.
- CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. *The sound patterns of English*. New York: Harper & Row, 1968.
- DESMET, Piet. Victor Henry et les lois phon(ét)iques. In: AHLQVIST, A. (Ed.). *Diversions of Galway. Papers on the History of Linguistics from ICHoLS V, Galway, Ireland*. Amsterdam: Benjamin, 1992.

- FAIRBANKS, Gordon H. Sound change, analogy, and generative phonology. In: KACHRU, Braj B. et al. *Issues in Linguistics: papers in honor of Henry and Renée Kahane*. Urbana/Chicago/London: University of Illinois Press, 1973, p. 199-109.
- GUY, Gregory. Variationist approaches to phonological change. In: JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 343-368.
- HALE, Mark. Neogrammarian sound. In: JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 343-368.
- HOCK, Hans Henrich; JOSEPH, Brian D. *Language history, language change and language relationship: an introduction to historical and comparative linguistics*. 2.ed. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2009.
- HOLT, David Eric. *The role of the listener in the historical phonology of Spanish and Portuguese: an optimality-theoretic account*. <<http://roa.rutgers.edu/searchlist.php>>, 1997.
- JANSON, Tore. Sound change in perception and production. *Language*, 59, p. 18-34, 1983.
- KING, Robert D. Functional load and sound change. *Language*, 43 (4), p. 831-852, 1967.
- _____. *Historical linguistics and generative grammar*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc/Englewood Cliffs, 1969.
- KIPARSKY, Paul. *Phonological change*. Indiana University Linguistic Club, 1971.
- _____. The phonological basis of sound change. In: JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 343-368.
- LABOV, William. Resolving the neogrammarian controversy. *Language*, 57 (2), p. 267-308, 1981.
- LASS, Roger. *Historical linguistics and language change*. Cambridge; Cambridge University Press, 1977.
- LEPSCHY, Giulio. *Histoty of Linguistics*. London/New York: Longman, 1998.
- LEHMANN, Winfred P. *Historical linguistics: an introduction*. London/New York: Routledge, 1992.

- MCCMAHON, April M.S. *Understanding language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- OSTHOFF, Hermann; BRUGMANN, Karl. *Morphologische Untersuchungen auf dem Gebiete der indogermanischen Sprachen, I*. Leipzig. (Translated in Lehmann, 1967).
- POSTAL, Paul M. *Aspects of phonological theory*. New York: Harper & Row, 1968.
- SCHUCHARDT, Hugo. On sound laws: against the Neogrammarians. In: VENNEMANN, Theo; WILBURG, Terenc H. *Schuchardt, the Neogrammarians, and the Transformational Theory of Phonological Change*. Frankfurt: Athenäum, 1972.
- VERLEYEN, Stijn. *Fonction, forme et variation: analyse métathéorique de trois modèles du changement phonique au XX siècle (1929-1982)*. Leuven: Peeters, 2005.
- WANG, William S-Y. Competing sound changes as a cause of residue. *Language*, 45, p. 9 – 25. 1969.
- _____; CHIN-CHUANG, Cheng. Implementation of phonological change: the Shuang-Feng Chinese case. In: Wang (Ed.), 1977, p. 148-158.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, Winfred P.; MALKIEL, Yakov (Eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

Quer, gostaria, aceita – como traduzir *möchte(n)* para o português?

Bianca Rabaioli
Cláudia Fernanda Pavan
Marianna Ilgenfritz Daudt
Sandra Schuppe
Renan Lazzarin
*Erica Foerthmann Schultz*¹

Introdução

O presente capítulo é fruto de discussão realizada nas aulas de “Tradução do Alemão II”, disciplina obrigatória no currículo do Bacharelado em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integravam o grupo cinco (5) estudantes de Tradução no par de línguas alemão-português, sendo quatro falantes nativos de português e uma falante de alemão como língua materna.

Foco inicial da discussão foram os verbos modais *dürfen*, *können*, *mögen*, *müssen*, *sollen* e *wollen*, conforme descritos em seu uso no volume 4, *Die Grammatik*, da coletânea de Dicionários Duden². Cada verbo modal era apresentado conforme as variantes de uso, seguidas de exemplos, cuja tradução era debatida em aula. Findo o primeiro estudo dos referidos verbos, decidiu-se por examinar mais atentamente o verbo *mögen* que, segundo a gramática estudada, apresenta as variantes *Wunsch* (desejo, vontade), *Einräumung* (concessão), *Vermutung/Unsicherheit* (pressuposição, insegurança) e *Lust, etwas zu tun* (ter vontade, gostar de fazer algo).

¹ Supervisora.

² FABRICIUS-HANSEN, C.; GALLMANN, P.; EISENBERG, P.; FIEHLER, R.; JÖRG, P.; NÜBLING, D.; BARZ, I.; FRITZ, T. (Orgs.). *Duden Grammatik der deutschen Gegenwartssprache*. Mannheim: Duden, 1998.

Optou-se pelo estudo de *mögen* de acordo com a primeira variante de uso – desejo, vontade –, por apresentar diversas nuances, por estar relacionada à forma do *Konjunktiv II* (*möchte(n)*) e por ser bastante próxima do modal *wollen* (querer), distinguindo-se dele justamente pela modalização, na medida em que o *mögen/möchte(n)* é uma forma mais polida e menos imperiosa de expressar a vontade.

A base teórica subjacente à disciplina Tradução do Alemão II é o enfoque socioconstrutivista de Kiraly (2000), que propõe que o professor ofereça situações de aprendizado colaborativas e cooperativas em que diferentes perspectivas e saberes congreguem na execução de uma atividade profissional autêntica. A redação de um texto sobre tema relacionado à atividade tradutória tem por objetivo fomentar a reflexão sobre o fazer tradutório e também preparar os estudantes para a escrita de um trabalho de conclusão de curso, requisito obrigatório do atual currículo do Bacharelado em Letras da UFRGS.

O treinamento em tradução propriamente dita, mais especificamente para o desenvolvimento de uma competência tradutória, deu-se pela leitura e seleção de artigos em língua alemã, elaboração de resumo, tradução de segmentos em língua alemã para as citações e coletânea de exemplos do uso de *mögen* que serviriam de aporte para análise e tradução. As citações, portanto, foram traduzidas como exercício de aula e não serão apresentadas juntamente com o original por se entender que traduções normalmente dispensam o cotejo com o texto fonte, confiando-se na competência do tradutor.

Referências à *competência tradutória*, *competência em tradução*, *competência do tradutor* são frequentes nos Estudos de Tradução, mais especificamente nas discussões sobre a formação de futuros tradutores. Ao discorrer sobre as imprecisões em torno do conceito de competência em tradução, Malmkjær (2009, p. 133) propõe que “a competência em tradução é desenvolvida através da interação entre i. dados de *input* relacionados à tradução ii. um estágio inicial que consiste na competência linguística (em desenvolvimento) em duas ou mais línguas + o princípio do prazer em traduzir”, o que permitiria a realização de traduções compatíveis com as normas vigentes ou as contrariando, caso o tradutor assim o quiser. Segundo a autora, o “prazer em traduzir” foi observado em crianças bilíngues que serviam de intérpretes para adultos que não eram proficientes em um dos idiomas

em questão. O grau de sucesso das intermediações das crianças parecia ser correlacionado com o gosto dos intérpretes pela tarefa que exerciam.

A elaboração do artigo seguiu, pois, os princípios propostos por Kiraly de situações de aprendizagem colaborativa e cooperativa, com a ideia subjacente do prazer na realização das tarefas tradutórias e de reflexão sobre o tema proposto.

1 Verbos modais da língua alemã

A modalidade, na medida em que “corresponde à atitude do falante em uma situação de interação” (ARAÚJO; COAN, 2013, p. 13) e diz respeito “às características que envolvem ‘modalmente’ a ação, conforme esta se apresenta ao nosso juízo, ao nosso sentimento ou mesmo à nossa vontade” (idem), representa um desafio aos tradutores que necessitam identificar não apenas a situação, mas o grau de subjetividade nela presente e optar por uma solução tradutória que dê conta, da melhor maneira possível, dos aspectos identificados.

A modalidade, considerada de forma abrangente, é um fenômeno de análise complexa, pois possui propriedades escalares e diversas formas de representação com correspondentes nuances de significado. De acordo com De Haan (2005, p. 3), “[a] maior parte da literatura tipológica sobre modalidade trata de seus aspectos semânticos. Isso condiz com o pensamento geral de que a forma linguística pode ser mais bem explicada a partir do uso da língua”. Para Neves (2006, p. 65), os estudos sobre verbos modais costumam definir a modalização como “uma expressão da atitude do falante com relação ao que é dito”. O desafio para o aprendiz de língua estrangeira (LE) e da tradução é justamente apreender as referidas nuances e expressões da atitude do falante. Principalmente no caso do tradutor, que está diante do texto escrito, captar a atitude do falante pode ser mais difícil do que na interação face a face.

Há abundante literatura sobre os verbos modais da língua alemã, circunstância que de um lado aprofunda a discussão com contornos teóricos variados, mas de outro dificulta o recorte necessário para examinar como as expressões do *querer* se realizam em língua alemã e sua possível tradução para a língua portuguesa.

É preciso observar que os verbos modais – bem como outras partículas que expressam modalidade – precisam ser analisados dentro de um dado contexto, de uma situação comunicativa, pois exemplos isolados nem sempre são claros o suficiente para que o significado da proposição fique evidente. Carrascossi (2003, p. 326) conclui, em sua análise sobre enunciados modalizados por verbos modais, que “é a interação dos modais com outros elementos do discurso que propicia diferentes leituras e que a análise de sentenças modalizadas deve sempre considerar os fatores pragmáticos, especialmente ligados à interação”.

Os verbos modais do alemão, ressalta Droessinger (2005), são polissêmicos e apresentam dois usos principais: o uso deontico, relacionado às diversas condições do objeto (desejo, permissão, obrigação, etc.) e o uso epistêmico, que se refere à percepção ou às atitudes do sujeito em relação à probabilidade de uma determinada proposição.

Acrescente-se às noções de uso deontico e epistêmico o conceito de volitivo, conforme ressalta Steffler (2013). Nos estudos mais atuais, um esquema geral parece poder abranger as denominações de classificação dos modais entre deonticos, epistêmicos e volitivos, correspondentes, respectivamente, aos eixos de *poder*, *saber* e *querer*, sendo que cada forma possui seus significados e valores e nem sempre “haverá codificações morfossintáticas para representá-los” (ibidem, p. 24). O trabalho diz respeito à língua portuguesa, porém é aplicável a *mögen/möchte(n)* conforme analisado aqui.

Conforme costumam ser ensinados em cursos de línguas e são apresentados em manuais didáticos, gramáticas e dicionários, os verbos modais alemães *dürfen*, *können*, *mögen*, *müssen*, *sollen* e *wollen* podem ser traduzidos para o português da seguinte forma:

dürfen – poder/dever

Hier dürfen wir nicht rauchen. – Não podemos/não é permitido fumar aqui.

können – poder/saber

Sie kann schon lesen. – Ela já sabe ler.

Sie kann nicht kommen. – Ela não pode vir.

mögen – gostar/querer

Er mag Schokolade. – Ele gosta de chocolate

Eine Tasse Kaffee möchte ich gern. – Eu gostaria de uma xícara de café.

müssen – dever, ter de

Wir müssen früh aufstehen. – Temos de acordar cedo.

sollen – dever

Du sollst dich benehmen. – Você deve se comportar.

wollen – querer

Ich will ein Auto kaufen. – Quero comprar um carro.

No caso específico de nosso objeto de estudo, o modal *mögen*, observe-se que a forma *möchte(n)*, descrita nas gramáticas tradicionais como *Konjunktiv* (subjuntivo), é frequentemente empregada na expressão da vontade e não é necessariamente condicional ou expressão de desejo irreal, como se poderia esperar do modo subjuntivo.

Reviczky-Balogh (2006) aponta que, embora os verbos modais “clássicos” no alemão sejam *können*, *müssen*, *sollen*, *dürfen*, *mögen*, *wollen*, outros verbos podem funcionar como modais: *möchte(n)*, *werden*, *haben*, *sein*, *(sich) lassen*, *brauchen*, *pflegen*, *scheinen*, *wissen*, *vermögen*, *versuchen*, *helfen*, *hören*, *sehen*, *bleiben*, *kommen*, *geben*, entre outros. Afirma que, tradicionalmente, aceita-se *möchte(n)* como a forma subjuntiva de *mögen* e que a interpretação de *möchte(n)* como um verbo (modal) independente é menos divulgada, embora alguns linguistas considerem essa possibilidade.

Para ilustrar a possibilidade de *möchte(n)* como um verbo modal independente de *mögen*, a autora oferece, entre outros, os seguintes exemplos:

(1) *Er möchte einen Rotwein, obwohl er keinen Rotwein mag.*
Ele quer/aceita um vinho tinto, embora não goste de vinho tinto.

(2) *?Er mag Rotwein, obwohl er keinen Rotwein möchte.*
Ele gosta de vinho tinto, mas não deseja/quer/gostaria de tomar um vinho tinto (agora).

(3) *?Er mag arbeiten, obwohl er nicht arbeiten möchte.*

Ele gosta de trabalhar, embora não queira/não esteja com vontade de trabalhar.

Com relação aos exemplos 2 e 3, Reviczky-Balogh ressalta que eles são gramaticalmente corretos se levarmos em conta um contexto no qual sejam possíveis. Quanto à tradução para a língua portuguesa, pode-se observar a gama de possibilidade para *mag/mögen/möchte(n)*: querer, aceitar, desejar, estar com vontade.

Já Engel (1988) comenta que o significado principal de *mögen* aparece relacionado ao uso deôntico (*subjektbezogen*). Esse significado principal é descrito como *ter o desejo de, ter prazer de* e, nessa acepção, é usado, sobretudo, na forma *möchte(n)* – forma remota do *Konjunktiv II*, que, no entanto, perdeu totalmente o sentido de *bipotético* e conserva apenas um traço adicional de polidez distanciada (*distanzierte Höflichkeit*). O autor afirma que a forma *möchte(n)* produz um efeito mais agradável, de caráter mais polido e que seu uso é bem mais disseminado, embora a forma canônica *mögen* também possa ser utilizada com esse mesmo propósito:

(4) *Ich mag/möchte nicht darüber reden.*

Eu não quero/gostaria de falar sobre isso.

Meireles (1997, p. 164) observa que o enfoque sugerido por Engel para a forma *möchte(n)* “aponta fortemente para o caráter idiomático de expressão de polidez de que a forma se revestiu na língua alemã atual”. A autora também ressalta que, embora fórmulas situacionais sintáticas como *ich möchte + infinitivo* sejam muito comuns nas interações dos falantes de língua alemã, isso não significa que estes estejam de fato comunicando seu desejo de expressar uma opinião, mas, muitas vezes, essas formas simulam um distanciamento por parte do falante, funcionando como uma estratégia de polidez. Isso fica claro nos seguintes exemplos:

(5) *Ich möchte aber doch meinen, daß sich hier es um eine geradezu skandalöse Situation handelt unwürdig eines Kulturvolkes und (Herr Prof. Müller) eben leider keine Ausnahme...*

Mas eu gostaria de dizer que se trata de uma situação verdadeiramente escandalosa, indigna de um povo culto e (Prof. Müller) infelizmente não é uma exceção...

(6) *Ich möchte nur ausdrücklich sagen... ahn... daß die Unfallrettung keine sekundäre Frage ist [...].*

Eu gostaria apenas de enfatizar... ahn... que o socorro em caso de acidentes não é uma questão secundária [...].

Ainda segundo a autora:

[...] o uso desta estratégia demonstra respeito e deferência; evita que o falante incorra em débitos ou visa a minimizá-los; mantém distância social e evita excessiva familiaridade, além de diminuir a tensão através do oferecimento de pretensas rotas de escape (MEIRELES, 1997, p. 57).

Em uma análise contrastiva dos verbos modais alemães com os de outra língua românica, o italiano, observa Ruch (2004, p. 3):

Verbos modais em seus significados básicos exprimem a relação do sujeito da oração com a proposição pressuposta não factualmente. O que falta à proposição para a formação da sua facticidade está justificado nas relações do querer, dever, poder, etc. Seu significado é extremamente abstrato, visto que eles podem se ligar com todas as atividades possíveis do sujeito na oração.

É justamente o caráter abstrato dos verbos modais, do qual *mögen* é um exemplo, que dificulta o aprendizado e consequentemente sua tradução adequada para a língua portuguesa. Os problemas decorrentes para aprendizes da língua e futuros tradutores serão tratados na próxima seção, com sugestões de tradução para a língua portuguesa.

2 Traduzindo *mögen*

No curso de Letras da UFRGS, não são exigidos conhecimentos prévios de língua alemã para as graduações nas modalidades Bacharelado e Licenciatura. Entre os integrantes do grupo que participaram da elaboração deste artigo, encontram-se estudantes que iniciaram seus estudos de língua alemã sem conhecimentos prévios do idioma.

Decidiu-se então examinar os livros didáticos e dicionários com o intuito de verificar a forma que apresentam os verbos modais, mais especificamente o verbo *mögen*, bem como observar se tais obras dão

conta de suas diferentes nuances. Foram objeto de análise os livros didáticos *Lagune, Menschen, Stufen, Tangram e Themen*, além dos dicionários *Dicionário Editora Alemão – Português* (1989), *Langenscheidt Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache* (1997), *Pons Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache* (2006), *Pons Standardwörterbuch Portugiesisch* (2007) e *Wabrig, Dicionário Semibilíngue para Brasileiros* (2011).

Nas últimas décadas, comenta Johnen (2006), a maioria das gramáticas alemãs, assim como as gramáticas e dicionários dedicados ao ensino de língua alemã para estrangeiros, tem tratado os verbos modais como sendo um grupo bem definido de verbos. Esse grupo é composto pelos verbos *dürfen, können, mögen, müssen, sollen* e *wollen*, o que pode dar a impressão de que há entre os especialistas um consenso sobre quais verbos podem ser considerados modais. Porém, procedendo-se a um exame mais atento das publicações que tratam da temática dos verbos modais, pode-se constatar que a situação não é tão clara, e, para além daqueles seis verbos consensualmente já definidos como modais, existe uma série de outros que entram em discussão, a exemplo principalmente de *brauchen, werden* e *möchte(n)*, os verbos de maior controvérsia.

Com o objetivo de retomar o caminho trilhado no aprendizado de *mögen* ao longo do curso de Letras, foram examinados os livros de ensino de alemão para estrangeiros e as informações constantes em dicionários, que constituíram a primeira fonte de informação sobre o objeto de estudo.

2.1 Exame dos livros didáticos

Na análise de materiais didáticos voltados ao ensino de alemão para estrangeiros, constatou-se que *mögen* foi apresentado apenas nos livros destinados ao usuário básico, nível A1 do Quadro Europeu Comum de Referências para Línguas, ou seja, aos iniciantes. Não há desenvolvimento sobre as formas gramaticais, uso e aplicação de *mögen* nos níveis subsequentes voltados aos usuários mais avançados.

De um modo geral, as obras tendem a apresentar as formas *mögen* e *möchte(n)* como verbos com significados diferentes: o primeiro como verbo pleno, sempre relacionado a gostos e preferências; o segundo, com prioridade ao caráter modal, volitivo. Ambas as formas são

sempre apresentadas em diálogos simples, como cabe neste momento do aprendizado.

Dá-se maior destaque ao *möchte(n)*, posto que os contextos em que os alunos iniciantes poderiam precisar dos verbos em questão geralmente têm a ver com o contato direto no comércio e na prestação de serviços, momento em que se torna especialmente importante a polidez.

Ainda nesse sentido, os exemplos geralmente associam esse verbo à partícula *gern*, o que torna o pedido ainda mais polido – apesar de este traço não ser particularmente esclarecido.

Na unidade 5 do *Tangram Aktuell*, o livro didático utilizado no curso de Letras da UFRGS, o verbo é apresentado como o verbo pleno *möchte(n)* e aparece juntamente com *wollen* como forma de expressar um desejo. O tema é tratado de forma breve, sem menção à diferença de polidez entre *möchte(n)* e *wollen* e sem alusão ao verbo *mögen*.

Menschen, embora seja o mais recente dos livros examinados, não apresenta inovações quanto ao assunto tratado no presente artigo. *Mögen* é abordado como o verbo *gostar*, *möchte(n)* é tratado como verbo independente, seguido da partícula *gern*. É interessante salientar que os autores se colocam numa posição relativamente neutra quanto a *möchte(n)* como um verbo independente: eles os apresentam em separado, mas indicam que há algo de peculiar em *möchte(n)* e utilizam aspas para deixar a explicação, portanto, a cargo do professor.

Lagune e *Stufen* consideram *möchte(n)* como verbo independente e não como subjuntivo de *mögen*, em combinação com a partícula *gern*; *Themen I* introduz o verbo na sua aceção modal e como verbo pleno, com o sentido de “gostar”.

Como é possível deduzir, futuros tradutores que baseiem seu trabalho apenas no conhecimento adquirido em aulas de língua e explicações dos materiais didáticos tenderão a traduzir *mögen/möchte(n)* apenas como “quero/gostaria”, ignorando uma gama de opções tradutórias bem diversificada.

2.2 Exame dos dicionários

O objetivo da análise dos dicionários era observar como a aceção do verbo modal *mögen* e sua forma subjuntiva *möchte(n)* são

neles tratadas e explicadas. Nem todos os dicionários analisados destinam-se a aprendizes de alemão como LE. O *Dicionário Editora Alemão – Português* e o *Pons Standardwörterbuch Portugiesisch* parecem ter como consulente ideal falantes de alemão como língua materna.

Com relação a informações de cunho explicativo, a fim de melhor situar o leitor, não encontramos nos dicionários analisados uma entrada independente para *möchte(n)*, com exceção do *Dicionário Editora Alemão – Português* que lematiza *möchte(n)*, mas circularmente remete o vocábulo para a entrada de *mögen*. Nos demais dicionários, *möchte(n)* aparece apenas relacionado aos exemplos na acepção do verbo modal *mögen* ou em alguma informação extra do próprio vocábulo. Essa diferença no tratamento da acepção do modal e a relação entre sua forma no subjuntivo é significativa, uma vez que não apresenta ao usuário da obra a relação de polidez estabelecida na escolha de uso de um ou outro. De um modo geral, a entrada de *mögen* é relacionada com “querer, desejar, preferir e gostar de”.

Esses tipos de obras, ferramentas muito úteis para qualquer pessoa que já tenha conhecimento da língua alemã, são indispensáveis para aqueles que estão em processo de aprendizagem. Dicionários, quando bem utilizados, podem se tornar excelentes ferramentas de auxílio na compreensão e produção textual. Mas é importante salientar que nem todas as formas e contextos de uso são e podem ser dicionarizados.

2.2.1 *Dicionário Editora Alemão – Português* (DEA-P)

O DEA-P é descrito como “obra específica de consulta que permite – facilmente e sem grande perda de tempo – encontrar a palavra ou expressão que se procura. [...] [T]enta-se, através de indicações explicativas em língua alemã, esclarecer as interpretações de cada conceito [...]” (DEA-P, p. 5).

Como já mencionado, *möchte(n)* tem uma entrada em separado que circularmente remete a *mögen*, porém sugere a tradução “preferir” para a combinação *möchte + lieber* e aponta para a colocação *es möchte sein*, com a sugestão de tradução “é possível” (ibidem, p. 657).

O lema *mögen*: é apresentado como verbo transitivo e verbo auxiliar modificativo “querer; desejar; gostar de”, estabelecendo as diferenças através de exemplos, tais como *jemanden gern mögen* – “achar alguém simpático” – ou *ich möchte gern wissen*: “eu desejava saber; entre outros” (ibidem, p. 658).

2.2.2 *Langenscheidt Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache* (LGDaF)

O dicionário tem como público-alvo aprendizes de língua alemã como LE. O prefácio esclarece os objetivos da obra:

O [LGDaF] é uma obra voltada para o aprendizado e aperfeiçoamento de alunos, acadêmicos, professores e todos aqueles que queiram aprofundar e expandir seus conhecimentos de escrita, leitura, expressão e audição de textos na língua alemã. O dicionário dá especial atenção aos fenômenos linguísticos que, comprovadamente, têm de ser explicados com mais detalhe àqueles que aprendem o idioma (LGDaF, p. VII).

Há duas entradas separadas para *mögen*. A primeira, marcada como “verbo modal + infinitivo”, voltada à ideia de “ter a vontade de fazer algo”, “desejar”; com a observação de que o *Konjunktiv II* (*möchte(n)*) é frequentemente utilizado no lugar do presente, utilizando-se para o passado o modal *wollen*. A segunda prioriza o uso como verbo pleno, no sentido de “gostar”, “ter preferência”, porém indica, no indicativo ou *Konjunktiv II*, que alguém quer ou deseja algo. Condizente com seus propósitos pedagógicos, o LGDaF apresenta uma variada gama de exemplos para as diferentes situações de uso. Pela sua organização, fica claro para o consulente que a forma subjuntiva *möchte*, em “*Mein Sohn möchte zu Weihnachten ein Fahrrad*” (LGDaF, p. 663) (“Meu filho gostaria de ganhar uma bicicleta no Natal”), não exprime um desejo inalcançável, mas um pedido que pode ser realizado. Entre os dicionários analisados, o LGDaF ocupa posição de destaque no esclarecimento de dúvidas dos usuários.

2.2.3 *Pons Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache* (PGDaF)

Destinado a aprendizes de alemão como LE, a entrada do verbo *mögen* informa que é um verbo auxiliar, dividindo sua definição em três partes: 1. para expressar uma probabilidade; 2. para expressar que mesmo se um certo caso ocorrer, uma outra coisa ocorrerá do mesmo jeito e 3. para expressar uma determinação, desejo e vontade. Há ainda uma entrada para o verbo *mögen* como verbo modal, na qual consta *Wissenswert*, ou seja, é importante saber que *mögen* expressa um desejo/uma necessidade, sendo mais usado no *Konjunktiv* ou subjuntivo do que no tempo presente.

2.2.4 *Pons Standardwörterbuch Portugiesisch* (PSP)

O PSP é um dicionário bilíngue português/alemão e alemão/português, voltado para o aprendiz do português como LE, e o português utilizado é do padrão europeu, com algumas explicações para o português brasileiro. O verbo *mögen* aparece nas acepções "gostar de" (*gern haben*), "desejar" (*wünschen*) e, por fim, com sentido de suposição (*Vermutung*). Para o sentido de *wünschen*, o verbete traz os verbos "querer, desejar" com os seguintes exemplos: *Ich möchte dieses Buch* (eu queria este livro) e *Möchten Sie einen Kaffee?* (Deseja um café?). Nesta mesma entrada, aparece também, em separado, uma acepção de *wollen* apenas com a descrição "querer" e o exemplo *Er möchte mit Ihnen sprechen* (ele queria falar consigo). A tradução "ele queria falar consigo" mostra que o PSP de fato privilegia o português europeu. Atente-se que no caso do oferecimento de um café *Möchten Sie einen Kaffee?*, entre as traduções possíveis há as opções: "Deseja um café? Gostaria de um café? Aceita um café? Que tal um café", escolhas tradutórias que podem ser realizadas com avaliação do grau de formalidade da interação.

2.2.5 *Wabrig – Dicionário Semibilíngue para Brasileiros* (WDSB)

O WDSB registra o vocabulário básico da língua alemã, contém mais de 25.000 verbetes e proclama ter como consulentes ideais quaisquer pessoas que queiram fazer um uso ativo do idioma. Juntamente com o LGDaF, o WDSB é primordialmente um dicionário de produção da língua, sendo muito útil para exercícios de tradução inversa e produção escrita. As explicações para o verbete *mögen* não diferem

essencialmente dos demais dicionários, mas o WDSB se destaca pela ampla gama de instâncias e frases exemplificadoras de emprego do modal traduzidas para o português, de modo que o dicionário cumpre seu propósito de ser uma obra voltada primordialmente à produção da LE.

A análise dos dicionários permitiu concluir que, embora sejam bem mais informativos do que os materiais didáticos – que parecem ignorar a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre o verbo em estudo nos níveis mais avançados –, eles ainda não incorporam plenamente as reflexões da linguística acerca dos verbos modais. Dos itens analisados, o LGDaF e o WDSB, por apresentarem grande número de exemplos, foram considerados os que mais contribuíram para a atividade tradutória, mesmo que não aprofundem o tema. Dado às limitações de custos e volume dos dicionários impressos, é compreensível que não o façam.

2.3 Consciência metalinguística + Competência tradutória + Competência intercultural

A formação de tradutores no interior de um curso superior de Letras dá ao estudante o instrumental para ler textos especializados em Linguística que possam contribuir para ampliar seus conhecimentos da língua para além do que é transmitido em gramáticas tradicionais. Pode-se, portanto, aprender a LE e *sobre* ela em profundidade, fomentando-se assim a consciência metalinguística e a reflexão sobre as opções tradutórias a serem tomadas. Se a competência tradutória inclui a competência linguística em desenvolvimento, como propõe Malmkjær (2009) – e ela se desenvolve ao longo da vida, e não só no período de formação profissional –, a desenvoltura no trato de textos teóricos mais complexos das áreas das Ciências da Linguagem adiciona um componente importante na resolução de problemas de tradução a serem enfrentados.

No caso específico da modalização, cabe reafirmar aqui, é necessário apreender as nuances de sentido e expressões da atitude do falante, muitas vezes ligadas à cultura em questão. O tradutor, diferentemente do usuário comum de um idioma, tem diante de si duas

culturas diferentes que devem ser conciliadas e precisa dispor de uma *competência intercultural*.

A competência intercultural, compreendida como a habilidade de compreender a cultura do outro, é exigida do tradutor, sendo necessário desenvolvê-la nos aprendizes do ofício. Hammer (apud SAVEDRA; LIBERTO, 2013, p. 161) entende por competência intercultural “a capacidade de compreender com precisão e adaptar o próprio comportamento às diferenças e semelhanças culturais”. Está relacionada com os conhecimentos de língua e os conhecimentos culturais utilizados em uma comunicação social. Abrange a consciência da existência de diferentes comportamentos em situações de interação, com consequências sobre o ensino de línguas estrangeiras e da tradução. Como apontam Rozenfeld & Viana,

O conceito de Competência Intercultural (CI) surge a partir dos pilares da relação entre língua e cultura na interação, bem como das concepções de interculturalidade, comunicação intercultural, *Interkulturelle Germanistik*, todos com base teórica (e aplicação) também nos campos da antropologia, da sociologia, da psicologia e da comunicação. Tais conceitos adquirem expressividade no contexto contemporâneo, marcado pela globalização, pela rápida troca de informações e intercâmbio cultural e evidenciam desafios das/nas interações culturais (2011, p. 266).

A importância da competência intercultural está na possibilidade de proporcionar ao aprendiz de uma LE uma visão crítica sobre sua própria cultura, e a relacionar com os seus conhecimentos sobre outras culturas existentes.

Ao falarmos de cultura, não estamos nos referindo somente a barreiras históricas, geográficas e linguísticas, mas também aos costumes, normas e valores de uma sociedade. As manifestações linguísticas são carregadas de convenções, que requerem conhecimentos específicos dos falantes na compreensão de uma situação interacional, bem como o desenvolvimento de estratégias para saber lidar com as diferenças culturais do outro.

No caso específico de *mögen* em sua forma subjuntiva *möchte(n)*, é necessário estar ciente de que o verbo é usado, entre outros, para expressão de polidez. Examinemos o exemplo 7:

(7) „**Möchten** Sie eine Tüte dazu?“, eine automatische Frage, wenn Kunden eine Kleinigkeit kaufen, dass in die Jackentasche oder auch in die Handtasche passen würde.

A tradução é “Gostaria de uma sacola?”, uma pergunta automática quando os clientes compram alguma coisa que caberia no bolso do casaco ou na bolsa”. No entanto, se atentarmos para a modalização e para a reconstrução de situações como a descrita acima, uma sugestão mais adequada de tradução é “Quer uma sacolinha?”, sendo a polidez expressa na forma diminutiva do substantivo e na entoação, ao invés do verbo modal.

Munidos de consciência metalinguística, competências tradutória e intercultural, os integrantes coletaram exemplos de frases com *mögen/möchte(n)*, seguidas de traduções propostas a partir dos dados coletados.

2.4 Propostas de tradução de *möchte(n)*

(8) „*Viele Menschen wissen nur sehr wenig über den Islam. Wir möchten Ängste abbauen“, sagt Hasanat Ahmand.*

A maioria das pessoas sabe muito pouco a respeito do Islã. Nossa intenção é reduzir os medos, diz Hasanat Ahmand.

(9) „*Wir möchten lieber nicht zu früh jubeln. Aber wir sind schon froh, dass sich in Köln wieder ein Türchen aufgemacht hat.*

Preferimos não comemorar tão cedo, mas estamos felizes por ver que uma pequena porta está se abrindo em Köln.

(10) *Wir möchten lieber nicht drüber nachdenken, wie lange unsere Kindheit und Jugend schon zurückliegt. ABER: Wir erinnern uns umso lieber an all die wundersamen Dinge, die es damals gab, und an den Spaß, den wir damit gehabt haben!*

Preferimos não pensar quanto tempo já se passou desde a nossa infância e adolescência. Mesmo assim, gostamos de nos lembrar de todas as coisas maravilhosas que existiam naquela época e de como nos divertíamos com elas!

(11) *Wir möchten und wollen in erster Linie für Sie, unsere Mitglieder und Kunden, da sein: Als echte Beraterbank bleiben wir damit weiterhin unseren Grundsätzen treu.*

É nossa intenção e nosso desejo, antes de tudo, estar à sua disposição, nosso associado e cliente. Como um autêntico banco consultor, permanecemos, dessa forma, fiéis aos nossos princípios.

(12) *Auf seiner Website veröffentlichte Jindal ein Video, in dem er seinen Kindern erklärt, dass er Präsident der Vereinigten Staaten werden möchte.*

Em sua página na internet, Jindal publicou um vídeo explicando para seus filhos que quer ser presidente dos Estados Unidos.

(13) *Da sind auffallend viele, die ihr Leben frühzeitig planen möchten, eine Familie gründen, ein Haus bauen.*

Há uma quantidade notável daqueles que querem planejar suas vidas cedo, constituir família, construir uma casa.

(14) *Aber nur weil ich irgendetwas nicht sagen möchte, heißt es ja nicht, dass der Teddy den Gag nicht machen kann.*

Mas só porque eu não quero dizer uma coisa, não quer dizer que o Teddy não possa fazer a piada.

(15) *Logisch, dass der Hersteller der fatalen "Ich bin eingesperrt"-Atmosphäre so gut wie möglich entgegenwirken möchte.*

É lógico que a intenção da fabricante é, na medida do possível, contrapor-se à indesejada atmosfera claustrofóbica.

(16) *„Ich möchte, dass wir uns in Zukunft wieder besser verstehen. Dazu müssen wir alle an einem Strang ziehen. Ich bin jetzt sicher, dass du deinen Beitrag dazu leisten wirst, und ich selbst werde auch mein Bestes geben.“*

Eu espero que nós voltemos a nos entender melhor no futuro. Para isso, nós devemos trabalhar juntos. Eu tenho certeza que você vai contribuir e eu mesma vou dar o meu melhor.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar a forma como o verbo modal *mögen/möchte(n)* se apresenta na língua alemã, em especial, sob a acepção de “ter o desejo de”. Assim, observou-se que há uma forte ligação entre a forma *möchte(n)* e a expressão de polidez na língua alemã que pode, muitas vezes, ser traduzida para o português como “gostaria de”, embora esse nem sempre seja o caso.

No que diz respeito tanto à interpretação quanto às possibilidades de tradução desse verbo para o português, verificou-se que o contexto é fundamental, pois a partir dele é possível determinar questões culturais, sociais e mesmo discursivas que influenciam o sentido do verbo e, conseqüentemente, a sua tradução. Isso elucida por que exemplos fora de contexto, como os apresentados em gramáticas e livros didáticos, por exemplo, podem causar dificuldades na tradução, gerando ambigüidades. Os fatores extratextuais são, portanto, de grande relevância na tradução dos verbos modais.

Das dezesseis frases analisadas com exemplos de *möchte(n)*, nove permitiam a tradução recomendada por livros didáticos, gramáticas e dicionários de “querer/gostar(ia) de”. Nas sete frases restantes, optou-se pelos verbos “aceitar, esperar, preferir” (na combinação *möchte + lieber*), pelo substantivo “intenção” e até mesmo por um substantivo no diminutivo, “sacolinha”, para transmitir a polidez expressa na língua alemã através de *möchte(n)*.

A partir dessas reflexões buscou-se mostrar diferentes possibilidades de tradução do verbo *mögen/möchte(n)* para o português com base nas situações comunicativas reais, salientando, assim, que não há um significado fixo que possa ser traduzido por uma única palavra ou expressão, mas que o sentido e a adequação da tradução estão sempre associados ao contexto de comunicação.

Referências

- ARAÚJO, A; COAN, M. Categoria Modalidade: considerações tipológicas e análise de material didático. *Trama*, Marechal Cândido Rondon, v. 9, n. 18, jul./dez., p. 13-35.
- CARRASCOSI, C. N. S. A interpretação de enunciados modalizados por verbos modais. In: *Anais do 5º Encontro do Celsul*, Curitiba: 2003. p. 322-327.
- DE HAAN, F. Typological approaches to modality. In: FRAWLEY, William (Org.). *Modality*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2005. p. 27-70.
- DROESSIGER, G. Zur Polyfunktionalität der deutschen Modalverben oder: Was ist modal an den deutschen Modalverben? In: *Žmogus ir žodis*, Vilnius, v. 7, n. 3, 2005. Disponível em:

<<http://www.biblioteka.vpu.lt/zmogusirzodis/PDF/svetimosioskalbos/2005/droessinger.pdf>>. Acesso em 07 jul. 2015.

ENGEL, U. *Deutsche Grammatik*. Heidelberg: Groos, 1988.

JOHNEN, T. Zur Herausbildung der Kategorie Modalverb in der Grammatikographie des Deutschen (und des Portugiesischen). *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, n. 10, p. 283-338, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/pg/article/view/74489>>. Acesso em 07 jul. 2015.

KIRALY, D. *A social constructivist approach to translator education*. Empowerment from theory to practice. Manchester: St. Jerome, 2000.

MALMKJÆR, K. What is translation competence? *Revue française de linguistique appliquée*, Paris, v. XIV, p. 121-134, jan. 2009. Disponível em <www.cairn.info/revue-francaise-de-linguistique-appliquee-2009-1-page-121.htm>. Acesso em 07 jul. 2015.

MEIRELES, S. M. *A dissensão e as estratégias de trabalho da face em diálogos do alemão*. 1997. 295 f. Tese (Doutorado em Letras) – Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8144/tde-25092008-152650/publico/TESE_SELMA_MARTINS_MEIRELES.pdf>. Acesso em 07 jul. 2015.

NEVES, M. H. de M. Falar de... e dizer que... ou: A construção das predicções. In: _____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

REVICZKY-BALOGH, A. ‚Mögen‘ und ‚möchte(n)‘ – auf dem Weg zur Entstehung eines neuen Modalverbs? In: FRIES, N.; FRIES, C. (Orgs.). *Deutsche Grammatik im europäischen Dialog*: Beiträge zum Kongress Krakau 2006. Berlin: 2010.

ROZENFELD, C. C. de F.; VIANA, N. O desestranhamento em relação ao alemão na aprendizagem do idioma: um processo de aproximação ao “outro” sob a perspectiva da competência intercultural. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, n. 17, p. 259-288, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/pg/article/view/38109/40839>>. Acesso em 07 jul. 2015.

RUCH, Klaus: Intersubjektivität im Deutschen und Italienischen. *DaF*, Leipzig, v. 16, n. 4, out./dez. 2006. p. 215-221. Disponível em <<http://users.unimi.it/dililefi/Ruch/Modalitaet-1-DaF.doc>>. Acesso em 07 jul. 2015.

SAVEDRA, M. M. G.; LIBERTO, H. M. Competência intercultural e aquisição da LC2 em contexto de educação bilíngue português-alemão. *EntreVer*, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 156-169, jul./dez. 2013.

STEFFLER, A. *Os verbos modais do português sob uma perspectiva de traços funcionais*. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Disponível em <<http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/asteffler.PDF>>. Acesso em 07 jul. 2015.

Dicionários

CYFFKA, A. et al. *Pons Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache*. Stuttgart: Ernst Klett, 2006. (PGDaF)

DICIONÁRIO Editora Alemão - Português. Porto: Porto, 1989. (DEA-P)

GÖTZ, D.; HAENSCH, G.; WELLMANN, H. (Orgs.). *Langenscheidt Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache*. 5. ed. Berlin e Munique: Langenscheidt, 1997. (LGDaF)

LOPES, S. F. et al. *Pons Standardwörterbuch Portugiesisch*. Ed. rev. e atual. Stuttgart: Ernst Klett, 2007. (PSP)

WAHRIG-BURFEIND, R. (Org.). *Wabrig: dicionário semilíngue para brasileiros – Alemão*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. (WDSB)

Fontes dos exemplos citados

(1-3) REVICZKY-BALOGH, op. cit.

(4) ENGEL, op. cit.

(5-6) MEIRELES, op. cit.

(7) GROW, D. *Die stummen Schreie der Verkäufer: Wahre Geschichten aus dem Warenhaus*. Berlin: BoD, 2010.

(8) KLEMM, B. Wir möchten Ängste abbauen. *Sächsische Zeitung*. Disponível em <<http://www.sz-online.de/nachrichten/wir-moechten-aengste-abbauen-3080057.html>>. Publicado em 12 abr. 2015. Acesso em 07 jul. 2015.

(9) SCHAUM, S. Arbeitsgruppe soll Weg für Alsdorfer Schulzentrum ebnen. *Aachener Zeitung*. Disponível em <<http://www.aachener->

zeitung.de/lokales/nordkreis/arbeitsgruppe-soll-weg-fuer-alsdorfer-schulzentrum-ebnen-1.331354>. Publicado em 27 out. 2009. Acesso em 07 jul. 2015.

- (10) War das schön damals! Die 10 besten Dinge aus unserer Kindheit. *Go Feminin*. Disponível em <<http://www.gofeminin.de/gesprachsstoff/kindheitserinnerungen-s1037829.html>>. Publicado em 24 set. 2014. Acesso em 07 jul. 2015.
- (11) BRUNS, W.; JOHANNSEN, J. Sehr geehrte Mitglieder. In: *Meine Bank Infos: Informationen für Mitglieder* 1/2015. p. 2-3. Disponível em <https://www.zvb.de/content/dam/g0265-0/pdf/meine_bank_infos/Meine_Bank_1-2015%20Internet.pdf>. Acesso em 07 jul. 2015.
- (12) Auch Bobby Jindal will Präsident werden. *Frankfurter Allgemeine Politik*. Disponível em <<http://www.faz.net/aktuell/politik/ausland/amerika/wahlen-in-den-amerika-republikaner-bobby-jindal-will-ins-weise-haus-13666834.html>>. Publicado em 24 jun. 2015. Acesso em 07 jul. 2015.
- (13) KAUFMANN, M. Die wollen viel Feedback, aber nicht nur Lob. *Karriere Spiegel*. Disponível em <<http://www.spiegel.de/karriere/berufstart/generation-z-wie-daimler-sich-auf-junge-mitarbeiter-vorbereitet-a-1039136.html>>. Publicado em 18 jun. 2015. Acesso em 07 jul. 2015.
- (14) HEIDMANN, P. Mark Wahlberg über Stil: "Die Optik macht dich nicht zum Ehrenmann". *Spiegel Online Stil*. Disponível em <<http://www.spiegel.de/stil/mark-wahlberg-ueber-ted-2-optik-macht-dich-nicht-zum-ehrenmann-a-1040315.html>>. Publicado em 25 jun. 2015. Acesso em 07 jul. 2015.
- (15) GRUENWEG, T. Autogramm Alpha Phönix: Fort Knox auf vier Rädern. *Spiegel Online Auto*. Disponível em <<http://www.spiegel.de/auto/fahrberichte/alpha-phoenix-spezialpanzerung-fuer-die-mercedes-g-klasse-a-1032194.html>>. Publicado em 24 jun. 2015. Acesso em 07 jul. 2015.
- (16) So gelingt's: Wie Sie höflich und trotzdem ehrlich sind. *Stil.de*. Disponível em <<http://www.stil.de/knigge-thema-der-woche/details/artikel/so-gelings-wie-sie-hoeflich-und-trotzdem-ehrflich-sind.html>>. Acesso em 07 jul. 2015.

Aquisição do português escrito por imigrantes alemães. Contributo à história das ideias linguísticas

Marlene Gonçalves Mattes

Considerações iniciais

Regiões de imigração no Brasil há várias. Contudo, parece ainda se encontrarem poucos registros de estudos representativos com referência ao processo de aquisição de português por estrangeiros imigrantes alemães em textos escritos antigos, correspondência pessoal. Acredita-se que o presente estudo poderá auxiliar a preencher uma lacuna no que se refere à descrição do português do Brasil adquirido por descendentes de alemães no Estado do Rio Grande do Sul, especificamente provenientes da região do Hunsrück, na Alemanha, considerando a perspectiva específica deste estudo.

O engrandecimento da cultura rio-grandense pela influência dos descendentes de alemães requer atenção especial não só no que concerne a seus hábitos e costumes, mas principalmente no que tange ao engrandecimento de nosso patrimônio linguístico, ou seja, nas perspectivas da cultura e da língua. A riqueza linguística no Estado se revela tanto na criação de neologismos pelos imigrantes para o atendimento de suas necessidades comunicativas na nova cultura em que se inseriram, quanto, por exemplo, na assimilação de novo léxico pelo povo gaúcho (empréstimos ou estrangeirismos), cujos vocábulos decorrem do contato do dialeto alemão com o português de então, o português da “colônia” como se tornou (e ainda é) conhecido –, assim denominado popular e culturalmente, sem qualquer caráter pejorativo obviamente.

Nossa sociedade sempre demonstra respeito e interesse relativos aos assuntos da cultura alemã no Rio Grande do Sul, já sedimentada institucionalmente, seja na economia, pelo estabelecimento de indústrias e comércio de alemães, seja no ensino, pela representação da própria língua em instituições de ensino – não somente em IES, mas em

escolas de ensino básico, principalmente na região da serra gaúcha. Levando-se em conta o histórico do ensino de alemão no país, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 40) tratam da importância do estudo de uma LE, mas não incluem a língua alemã no currículo. Somente mais tarde, tratam da viabilidade de se oferecer língua alemã “como disciplina opcional e de acordo com as possibilidades de cada escola e com os interesses da comunidade” (BRASIL, 2000, p. 27).

O presente estudo poderá projetar ainda mais o próprio imigrante e a cultura de seus descendentes, dando a conhecer alguns dos seus modos de expressão linguística vigentes, de modo geral, em época tão distante, muito anterior à que vivemos agora.

Pesquisa anteriormente por nós desenvolvida, quando da realização do pós-doutorado na Ludwig-Maximilians-Universität München – Alemanha, da qual resultou a publicação anteriormente referida, servirá como base de dados para a descrição do português das cartas trocadas pelos descendentes de imigrantes alemães em cidades do interior do Estado na primeira década do século passado. A obra revela análise linguística e cultural da correspondência selecionada. Nosso estudo, especificamente, mapeará as questões linguísticas da correspondência, a cujo *corpus* serão acrescentadas cartas ainda não analisadas na obra de referência, mensagens de felicitações de datas comemorativas e mensagens provenientes de viagens, cujos textos (em postais e cartões sociais de felicitações) serão brevemente considerados à luz das teorias de texto.

Explicitaremos os fatos de língua constatados com base nos estudos de gramática (normativa e de usos) e com base nas teorias linguísticas do texto. Especificamente será ampliada a análise dos aspectos morfológicos, tanto pelo fato de apresentarem número significativo de ocorrências, quanto pela sua representatividade na aquisição de português – língua românica, por falantes nativos da língua germânica em foco¹. Na psicolinguística encontraremos suporte às constatações relativas ao processo de aquisição, ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, o qual caracteriza a realidade linguística aqui analisada.

¹ Neste estudo tratamos a língua alemã como a língua de origem, língua materna. A língua portuguesa, como a língua alvo, língua estrangeira.

História das ideias linguísticas (HIL)

No que se refere à nossa contribuição à História das ideias linguísticas no sul do país, procuraremos interpretar os fatos linguísticos, visando a oferecer uma explicação científica dos acontecimentos, os quais resultam de um estudo do contexto sócio-cultural no qual se desenvolveram, tratando os documentos, no caso os manuscritos, “com isenção de qualquer base ideológica e de infundados preconceitos” (GODOY, 2008, p. 53). A interpretação dos fatos deve ser objetiva e imparcial, como Tácito já afirmara, em Anais I e II, ao confessar a sua *isenção de ânimo* ao relatar a história de fatos distantes: “*sine ira et studio*” (sem cólera nem favor). (LAROUSSE, 1979). Segundo a autora mencionada, tal interpretação também exerce influência sobre as ideias acerca de saberes específicos, as mentalidades “herdadas” do passado.

A HIL registra os fatos de linguagem, os fatos de língua – seu objeto de estudo – no tempo e no espaço; descreve e explica como se deu o “saber linguístico” (GODOY, p.183), como se produziu, como se desenvolveu. Os historiógrafos da linguística, portanto, devem igualmente engajar-se com as ideias do seu tempo, nos âmbitos econômico, político e social. A mesma história, quando recontada, toma em consideração aspectos contextuais e de conteúdo, os quais no início da constituição da disciplina HIL eram negligenciados, entendidos como inconciliáveis em uma mesma abordagem do fato histórico. Godoy segue afirmando que se incorre no erro do reducionismo, quando se desconsidera uma perspectiva de análise em detrimento de outra, ou seja, ou contexto, ou conteúdo. Segundo Swiggers (1990, p. 22, In: SILVA, 2008, p. 50), a HIL, portanto, reconstrói o conteúdo mental, “mais ou menos no seu estado explicitado e ocupando seu lugar no contexto social e cultural”.

A realidade linguística no Brasil não ignora que a construção da nossa História linguística envolve, nas distintas regiões do país, como se sabe, não somente outras línguas românicas, como o espanhol – nas fronteiras; mas também línguas indígenas, como línguas da família linguística yanomâmi – no norte, predominantemente no Amazonas e Roraima; línguas germânicas, como o alemão, tanto aqui no sul, como no Espírito Santo, por exemplo; línguas orientais, como o japonês – principalmente em São Paulo.

A título de exemplificação, a língua japonesa, inserida no contexto brasileiro, marca seu espaço tanto em fatos linguísticos, quanto culturais. Na literatura, em 2012 o romance *Nihonjin*, agraciado com o Prêmio Jabuti do ano como melhor romance, destaca em suas páginas vocábulos em língua japonesa, como os nomes próprios: *Kimie*, *Hideo*, *Hanaschim*, *Kimiko*, *Tikao*, *Haruo* e *Hitoschi* – entre outros; a expressão de concordância *Hai*; e, destacando aspectos culturais, em relação à gastronomia: “... servir *sashimi* com um *shoyu* especial” (NAKASATO, 2012, p. 11). Outro exemplo da cultura japonesa, na perspectiva específica da cultura, vem a ser a criação do Bairro da Liberdade em São Paulo, em 2012, localizado em parte no distrito da Liberdade, e em parte no distrito da Sé. Destacam-se as festas típicas, por exemplo, *Hanamatsuri* (Festival das Flores), *Tanabata Matsuri* (festival das estrelas), *Toyo Matsuri* (Festival Oriental) e *Moti Tsuky* (Festival de Fim de Ano).

Haveria ainda possibilidade de uma exaustiva exemplificação envolvendo os outros idiomas citados, contudo, já a bibliografia na área registra a riqueza do léxico na história da Língua Portuguesa, por exemplo, justamente partindo-se deste fato específico, ou seja, partindo-se dos movimentos de imigrantes no país. Os imigrantes constroem a história linguística, caracterizando tanto fatos de língua em geral como nos estudos do léxico e neologismos, por exemplo, quanto, em particular, caracterizando a realidade das línguas em contato. O agente desta história é que permite o resgate destas ideias “examinadas à luz dos dados históricos dos quais resultaram” (SILVA, 2008, p. 54), ou seja, o próprio descendente de imigrante.

Em tal perspectiva, finalmente, gostaríamos de ressaltar que, embora os momentos históricos do início da imigração no Brasil, seja a alemã, seja a japonesa, entre outras, estejam muito afastados do dia de hoje, após tanto tempo decorrido, a nossa História parece não estar pronta. A língua não existe por si só, a língua é um organismo vivo, está onde o ser humano se encontra. Assim, hoje a HIL nos mostra que, em qualquer continente, grandes movimentos de pessoas de línguas e culturas diferentes se apresentam ilimitados, seja por territórios, seja por espaços de tempo.

Um tempo mais distante do nosso é a origem dos manuscritos que ora analisamos. São manuscritos antigos do século passado, décadas

de 20 a 50. O conceito de carta e de tipos de carta encontramos em Alexandre Júnior (2015), citando Dotty (1978, p. 24-6) e White (1988, p. 95). O primeiro classifica cinco tipos de cartas na tradição epistolar grega: carta de negócios, oficiais, públicas, de ficção, e de discurso ou ensaio, definindo carta como “um produto literário em forma epistolar, endereçado a um leitor público ou privado”. O segundo autor “avançou com uma lista mais ampla de categorias epistolares, dividindo-as em: cartas administrativas, diplomáticas e familiares, de contrição, amizade, consolação, recomendação, convite e petição, e cartas literárias”.

Assim como as cartas produzidas na época greco-romana, parece que as cartas aqui consideradas refletem as mesmas características comuns citadas por Alexandre Júnior, com base em Koskeniemi (1956, p. 35-47), das quais destacamos: *Filofronese* – a expressão de uma relação amigável entre emissor e receptor; *Parousia* – o seu autor dirige-se ao receptor como se ele estivesse fisicamente presente (In: ALEXANDRE JÚNIOR, (2015, p. 219). Na perspectiva da LT, Marcuschi (2005, p. 22-3) considera carta pessoal como um *gênero* textual, distinguindo-a de *tipo* textual, e afirma: é “uma noção propositamente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”. A discussão sobre tipo de texto, sobre gêneros de texto remete à classificação de *sequências tipológicas* no texto (idem, p. 25), as quais indicam os propósitos do autor, caracterizando os textos como de natureza predominantemente narrativa, argumentativa, descritiva, entre outras.

Análise linguística

A análise linguística do *corpus* trará resultados qualitativos ao estudo proposto, portanto considera-se a análise qualitativa como a opção metodológica. Selecionou-se um montante de 70 cartas, 30 cartões de felicitações e 20 postais.

E, como entendemos língua inserida em um contexto cultural, paralelamente a fatos linguísticos, a abrangência do *corpus*, de modo geral, inclui aspectos culturais importantes, os quais já constituíram objeto de nossa análise mais completa em outro espaço, ou seja,

conforme afirmamos, em obra de nossa autoria publicada anteriormente, não constando, portanto, do presente estudo.

As cartas manuscritas em papel amarelecido pelo tempo registram o uso de caneta tinteiro, com tinta preta, caligrafia cuidada, formas linguísticas padronizadas pelos autores. Os cartões postais apresentam mensagens comemorativas alusivas a eventos em família e trabalho: aniversário, casamento, viagens de lazer e a trabalho. Constituem-se raridade no acervo, na medida em que apresentam ilustrações, aplicações, brilhos e colagens em papeis. Em se tratando de manuscritos, por vezes, a caligrafia exige muita atenção do leitor e resulta em dificuldade ao pesquisador pela falta de clareza do traço no papel. Tal característica – entre outras - também é citada em Lajolo (2006, p. 11). Certamente alguns textos denotam o domínio de alguns de seus autores no que se refere à facilidade e à organização no manuseio da caneta e no uso e distribuição do espaço no papel. A criação do *layout* dos postais evidencia característica própria da época em que era moda² o seu uso, cujas cópias ainda vemos circular em correspondência hoje na Europa, por exemplo.

De fato, hoje a preferência para escrever mensagens parece ser o meio eletrônico, a forma digital, seja pela praticidade, seja pela economia de tempo no trâmite necessário a ser seguido do emissor ao receptor. E talvez possamos ainda acrescentar a falta de criatividade da grande maioria dos autores de hoje em se tornar único na forma de sua correspondência pessoal, no sentido que aqui tratamos, fugindo da tradição e construindo a atual nova – por assim dizer - “tradição epistolar eletrônica de massa”.

Os excertos de texto aqui analisados seguem um código de localização na organização do *corpus*, explicitado no quadro *Legenda* ao final do artigo, conforme a década em que cada um foi escrito, a numeração das cartas e a linha do texto em foco, entre outros aspectos. Quanto aos cartões postais, basta a sua numeração.

² “A *Belle Époque*, nos primórdios do século XX, foi considerada um período de esplendor, com desenvoltura de costumes e formas de pensar peculiares. Uma de suas manifestações foi a moda de intercambiar cartões-postais, com cenas coloridas e atraentes que denotavam uma visão de mundo otimista.” (GERODETTI; CORNEJO, 2004, p.13).

Verifiquemos a análise linguística conforme os aspectos abaixo numerados:

1. Léxico

Na perspectiva da LT, substituição lexical encontra-se no nível da coesão do texto, mais precisamente no nível das conexões sequenciais, na superfície do texto, estabelece as condições de contextualização e implica, em função das relações gramaticais, a formação sintática do texto. Além de incidir sobre a coesão sequencial, o léxico também torna o texto ou mais claro, ou mais específico, ou mais interessante – conforme a estrutura textual e o estilo criados pelo seu autor. E seu emprego inadequado, por outro lado, poderá causar anomalias ou incoerências, ou mesmo cacofonias, até repetições desnecessárias, entre outros fatores, podendo então repercutir na qualidade de boa formação do texto.

No exemplo *a*, os substantivos *fotografia* e *retrato*, portanto, alternam-se no texto, mantendo a mesma significação, denotando riqueza de vocabulário do autor e seu poder de escolha entre as palavras armazenadas em sua memória, fruto de leituras, fruto da vida em sociedade. A substituição lexical verificada enriqueceu o texto.

a) a palavra *retrato* é mais usada ao invés de *foto/fotografia*, chegando a constar no mesmo contexto:

“Com certeza a V. já te mostrou // a phothografia do meu guri mas não // pensa que ele é tão feio assim no // retrato ele ficou muito feio (...)” (D30 C05 L11-5) (*grifos nossos*)

Seguem outros excertos de texto, comprovando o mesmo fato linguístico:

b) o verbo *augurar* no sentido de fazer votos, embora de uso menos frequente, consta em lugar de *desejar*:

“(...) mil pro{s}peridades auguro-te/pela grandiosa data de teu natal{ício}...” (CP09) (*grifo nosso*)

Na “fala espontânea”, como denomina Perini (2001, p. 23) parece que o verbo *augurar*, como neste contexto, não é de uso do falante, pois frequentemente dá lugar à forma *desejar*, contrapondo-se então em um

uso mais formal da língua. As cartas refletem em sua maioria, na espontaneidade do seu autor, no entanto, a opção pelo que é usual e não formal na língua.

c) o substantivo *transpasse* em lugar de *passagem*:

”Pelo transpasse de seu aniversário natalício (...)” (CP15) (*grifo nosso*)
Neste excerto de texto, também se destaca a grafia da palavra aniversário.

d) o uso incomum do adjetivo *faustoso* no contexto considerado:

”Sendo hoje a faustosa data de teu aniversário natalício (...)” (CP25) (*grifo nosso*)

e) a substituição lexical para a palavra *prima* pelo pronome demonstrativo correspondente, denotando – via de regra – nível de escolaridade próprio de pessoas que demonstram ter o hábito da leitura: “(...) e tu aceitas desta prima que muito te quer e nunca te esquece... e um beijo da mesma” (C11) (*grifos nossos*)

No que se refere à grafia, como no próximo exemplo, destacam-se palavras que podem ocasionar alteração de significado, quando não grafadas conforme a norma, podendo ainda assim ter seu sentido recuperado pelo contexto. O fato somente é considerado de importância, contudo, quando a expressão da ideia do autor sofre alteração de sentido.

f) “...veio sim, mas não ouve/baile.” (CP22) (*grifo nosso*)

A grafia incorreta na forma verbal *ouve*, neste caso, correspondendo ao verbo ouvir, não acarretará prejuízo de sentido no texto, pois o contexto permitirá o resgate da ideia a ser comunicada. Deve ser entendido aqui que não aconteceu o baile, logo a forma verbal exigida é o verbo *haver*, grafado com *h*. Pode-se compreender a opção pela forma *ouve*, considerando-se que em alemão o *h*, dependendo do contexto, é ou não pronunciado, podendo gerar o equívoco.

Conforme Martens (1961, p. 26), a forma [h] é muda, “*bebauchter Vokaleinsatz*” (aspirada), como na palavra *Haus* (casa).

Dá-se a pronúncia antes de vogal, salvo *e*; antes de *e*, somente em posição inicial. Exemplos: *aha, Uhu, holen,gehören, erbellen*. É mudo antes do

sufixo *ung* e em outros casos. Exemplos: *Einweibung*, *ebe*, *sieb* (WELKER, 1998, p. 26) .

Ainda na perspectiva do léxico, destacamos também estrangeirismos : Palavras em alemão grafadas do seguinte modo: *pelsnikel* (C7); *Kerb* (C3); *tunnebut* (C4); *frau* (C13), como se verifica abaixo:

g)“(...) nos fizemos um pinheirinho ele [esta] bem bonito, ganhaste muito presente nós aqui ganhamos pouco porque o pelsnikel estava muito areado este ano”. (D30 C04 L14). (*grifo nosso*)

Em alemão, a grafia correta é Pelznickel (MÜLLER, 1978, p. 94).

h)“(...) no dia 15 vai dar Kerb aqui (...)”. (D20 C04 L 05). (*grifo nosso*)

Foi empregada a forma correta da palavra com inicial maiúscula.

i)“(...) tem festa todos os domingo no tunnebutt (...)” (D20 C04 L33) (*grifo nosso*)

A grafia correta da palavra *tunnebutt* é *Turnerbund*. (GRÜTZMANN, 2008, p.70) .

j)“(...) com vai a frau e a filha ainda esta muito levada” (D30 C13 L32) (*grifo nosso*)

A grafia correta da palavra *Frau* é com *F* maiúsculo.

h) Troca de *bem* por *bom*

“E todos os teus vam bons/aqui todos bons/lembranças/a todos” (*grifos nossos*)

Em alemão só há uma palavra para os dois sentidos em português (*bem* e *bom*), a qual apresenta inicial maiúscula ou minúscula em função do significado. Há várias possibilidades de compreensão em alemão. Por exemplo, inicial maiúscula *Gut* significa tanto o substantivo *bem* (*o bem*) quanto o substantivo *bom* (*o bom*) – esta última forma no sentido do emprego substantivado em português *o bom* (*por exemplo: o bom da situação é*); e a inicial minúscula *gut* indica a forma adverbial *bem*. Uma terceira forma, conforme o significado, pode ser considerada a palavra *wohl*, uma partícula enfática (LANGENSCHIEDT, 2002). Nos idiomas espanhol, francês e italiano ocorre o seguinte: em espanhol, como em francês, não há distinção na grafia, havendo uma só forma para os dois sentidos *bien* (em espanhol ainda há uma terceira possibilidade para *bien*, ou seja, como para o sentido de *wohl* em alemão); e, no italiano, a forma é *bene*. Já em inglês há duas formas distintas: *well* (advérbio, adjetivo) e *good* (substantivo, adjetivo e advérbio) (KLETT, 2001).

2. Expressões idiomáticas

Os autores das cartas enriquecem o texto com expressões incomuns em língua portuguesa, constatando-se então a transferência direta pela tradução da forma de dizer em alemão. Logo, podemos considerar tratar-se de expressões próprias do idioma alemão, ou seja, expressões idiomáticas. Também denominadas de **idiotismo** (do grego *ἰδιωτισμός*, do latim *idiotismu*), constituindo-se de duas ou mais palavras, cujo significado não se determina pelo sentido literal das palavras da expressão. Logo, a tradução literal de tais expressões não alcança o sentido do que deve ser dito. As expressões idiomáticas podem se restringir a grupos culturais específicos dada a classe social dos falantes ou a região, por exemplo, entre outros fatores.

A comunicação em sociedade pode ser facilitada pela compreensão do sentido de tais expressões, as quais estão presentes nos diálogos:

Seja na mídia, seja em cartas pessoais, seja na comunicação – em todos os âmbitos, no uso diário da língua, as expressões idiomáticas desempenham um papel significativo. Quanto mais as conhecemos, tanto mais rápido estamos informados, tanto mais facilmente se torna compreender integralmente ou um texto ou um simples diálogo. (HERZOG *et al.*, 1993, p. 5).³

a) “(...) e mesmo tem também festa aqui na igreja S Geraldo (...)” (D20 C04 L19-20) (*grifo nosso*)

O sentido de *mesmo* pode ser entendido como expressão enfática, como as expressões alemãs: *zwar* ou *ziemlich*, significando concordância, constatação.

b) “(...) e sempre há uma coisa, // parece qurenão suo {não sou para ir} (...)” (D30 C08a L12) (*grifo nosso*)

Literalmente considerada a construção *ser+para* em português não apresenta sentido. Em alemão, no contexto acima, significa: *não dever* ou *não ter o compromisso de fazer algo*.

³ “Sei es in der Presse, sei es im persönlichen Brief, sei es im Gespräch – überall im täglichen Sprachgebrauch spielen Redensarten eine grosse Rolle. Je mehr man davon kennt, desto schneller ist man im Bilde, desto leichter ist es, einen Text oder rein Gespräch von A bis Z zu verstehen”. (HERZOG *et al.*, 1993, p. 5).

c) “(...) como é a tua hóspede já foi ou ainda vai só me // imagino como voçes lá não estão contentes nã[o] é...(...)”. (D30 C18 L27-31) (*grifo nosso*)

Em alemão a expressão *ich kann es mir vorstellen* significa *eu imagino*. O verbo pronominal *sich vorstellen* exige complemento indireto neste contexto (caso dativo, objeto indireto de pessoa), por isto o pronome *mir* correspondendo ao pronome *me* em português, conforme entendimento do(a) autor(a) da carta.

d) “(...) a titia não precisa fazer pensa // mentos porque eu tem/ho muita // vontade de estudar, (...)” (D20 C9b L57) (*grifos nossos*)

A expressão acima destacada corresponde a *mach dir keine Gedanken!*, expressão alemã que significa *não te preocupes!* Traduzindo-se literalmente, no entanto, não é

3. Regência verbal

a) “Eu sonho seguido de ti” (D20 C02 L15) (*grifo nosso*)

Quanto à regência, o verbo sonhar é transitivo indireto em português, acompanhado da preposição com (sonhar com) ou transitivo direto (sonhar que em período composto por coordenação), dependendo da construção. Em alemão, a preposição exigida pela forma verbal é *de*, portanto o exemplo confirma a transferência da língua de origem para a língua estrangeira.

Quanto à ortografia da palavra *seguido*, grafada como *segido*, constata-se novamente a transferência da língua alemã. Em alemão o som /g/ é grafado somente com a letra g. E, como a pronúncia da sílaba *gui* na palavra em questão se aproxima da pronúncia em alemão, houve a transferência direta.

b) “Hoje falei com tia P. ela disse que se ´[n]te muito mas não pode // ir ao casamento, então resolvi // a –ir, se Deus quiser, porque tenho // pena da E.” (D30 C15 L12) (*grifo nosso*)

O verbo *resolver* em português é transitivo direto, logo a preposição *a* empregada acima é incorreta, desnecessária. Em alemão o verbo correspondente a este contexto poderá ser *decidir*, cuja classificação em alemão é pronominal, logo *decidir-se a: sich entscheiden für*.

Provavelmente tenha se dado a transferência da língua materna, resultando em português a construção errônea com complemento incorreto ao verbo *resolver a*.

c) verbo *ir* é TI no contexto, logo *ir ao Teatro* e não *no*:

”Se as Irmãs quiserem ir no Theatro mande-me dicer qu então eu comprarei as entradas antes (...)” (CP26) (*grifo nosso*)

Segundo a gramática normativa, o verbo *ir* é transitivo indireto *no contexto acima*, embora, em contrapartida, na linguagem falada, *ir + em* seja a tendência de uso. Logo, as cartas, primando pela linguagem informal, podem reproduzir o uso coloquial da língua, dependendo do nível cultural do autor – entre outros aspectos.

4. Uso de adjetivos

Ao tratar dos nomes, do uso do adjetivo, especificamente da sua posição na frase, Lapa (1998) afirma:

Muitas línguas como o inglês e o alemão, têm uniformemente o adjetivo antes do substantivo; outras, como o francês, têm regras mais ou menos fixas para a sua colocação. Só o português e o espanhol admitem liberdades que dão a quem fala e escreve riquíssimas possibilidades de expressão. (LAPA, 1987, p. 126)

Os cartões postais apresentam indistintamente o emprego do adjetivo anteposto ao substantivo, ou outra classe de palavra desempenhando a função de substantivo. Verifiquem-se os exemplos:

“A galante jovem” (CP02); “A galante senhorita” (CP05); “sympatica” (CP07); “Gentil senhorita” (CP04); “A distincta amiga” (CP07); “A graciosa Srta” (CP10); “A elegante jovem” (CP12); “Querida” (CP14); “P. A Jovem Senhorita” (CP18) . (*grifos nossos*)

Neste contexto também se destacou o uso de um termo em língua francesa, significando “senhorita”:

“A Mademoiselle” (CP11). (*grifo nosso*)

Abaixo, seguem outros exemplos de qualificativos aos substantivos em frases, compondo um único texto:

“Saudo-te pelo glorio/so dia de hoje, dia de/teu aniversario, em/que completas mais /uma risonha primavera/desejo-te milhares venturas./

Queira aceitar um apertado/ abraço, pelo mesmo. Tua affectuosa/prima e amiga/ A.E.” (CP27) (*grifos nossos*)

5. Uso de pronomes pessoais e de tratamento

A correspondência registra o emprego do pronome *vós* predominantemente. Na perspectiva do estilo, afirma Lapa (1998, p.140):

“Antigamente *vós* também se empregava como tratamento de cerimônia, substituindo a 2ª pessoa do singular. Um poeta dirigia-se a uma dama e desfechava-lhe este galanteio: *Vós* sois meu bem e meu mal. Hoje este modo de dizer está abolido”. (*grifos nossos*).

Em relação ao uso do referido pronome nos dias atuais, afirma:

Praticamente, na linguagem de todos os dias, já não existe em português o pronome *vós*, salvo no falar de algumas regiões portuguesas do Norte e da Beira. Aqui ainda se emprega na 2ª pessoa do plural. Ex.: “*Vós* não *tendes* juízo, rapazes”.

Nas outras regiões do país (i.é., em Portugal) sobretudo para o sul, este modo de dizer soa como arcaísmo e é geralmente substituído por: “Vocês não têm juízo rapazes”. (idem, p. 140) Logo, parece que atualmente esta forma de tratamento não vem sendo mais usada, passando a ser substituída em geral pela 3ª pessoa do plural.

Exemplos abaixo transcritos reproduzem textos de cartões de felicitações pela passagem de data natalícia:

a) 28.10.912

“Saudando, tão/ memorável data, eu saúdo-vos de/zejeando que o Omnipotente dê/todas as sorte de/prosperidades, de/ quanto sóis merecedora. W.” (CP16) (*grifos nossos*)

b) Muitas felicidades e/longos anos de vida vos deseja N. K.

Salve 28-1006 (CP18) (*grifo nosso*)

c) “Tomo a liberdade de/enviar-vos este postal/para figurar na/vossa coleção./ Muitas Saudades e/ Lembranças de/ C. K./ (*consta endereço*) / Porto Alegre. (CP21) (*grifos nossos*)

Além do pronome *vós*, surgiu o pronome *excelentíssimo(a)* nos textos, contudo em menor frequência de uso, conforme os exemplos a seguir:

d) “Exma Sra” (CP16) ; “A E{ma} Senhorita” (CP21) (*grifos nossos*)

Finalmente, cabe-nos ainda indicar um fato comprovável na correspondência pessoal analisada. Trata-se da preferência em grande escala pelo predomínio do uso da língua falada em detrimento da língua escrita. Em outras palavras, mesmo denotando um nível cultural, em certa medida elevado, registra-se a opção do autor por expressões marcadas pela oralidade. Em Perini (p.23), lemos que a “fala espontânea” pode apresentar diferenças em relação à variedade padrão de língua. Há variedades também referentes ao português falado, podendo representar, em nosso contexto de análise, a fala dos imigrantes alemães, contrapondo-se tanto à fala espontânea do nativo quanto às formas da língua portuguesa padrão. Um exemplo pode ser o uso dos dêiticos:

e) “...no Natal eu vou pra lá eu posso revormar aqui eu de mando a conta...” (D20 C04 L9-11)

O adjunto adverbial correto seria aí, já que o(a) autor(a) está se dirigindo ao(à) leitor(a) da carta diretamente. Trata-se da indicação do local onde se encontra (no caso) o(a) leitor(a), e não se trata de uma terceira localidade, como se verifica em Meibauer e Rothweiler (1999, p.158):⁴ “Advérbios de lugar, preposições e verbos (como vir e ir) referem-se a *local do ato de fala*, advérbios de tempo indicam uma relação de tempo do ato de fala, advérbios de pessoa referem-se respectivamente ao emissor e ao receptor.” (*grifo nosso*)

Considerações finais

Aspectos culturais e linguísticos são indissociáveis na análise aqui apresentada. Selecionamos para este capítulo, contudo, apenas alguns aspectos linguísticos observáveis na correspondência manuscrita.

⁴ “Lokaladverbien, Präpositionen und Verben (wie kommen und gehen) beziehen sich auf den *Sprechort*, Temporaladverbien weisen einen Bezug zur Sprechzeit auf, Personaladverbien sind auf den Sprecher bzw. Hörer bezogen”. (MEIBAUER; ROTHWEILER (Hrsg.), 1999, p. 158) (*grifo nosso*)

Em novo estudo, trabalharemos outros fatos de língua, os quais caracterizam singularmente a língua portuguesa escrita, reproduzindo tanto o conhecimento adquirido da norma linguística, quanto a língua falada dominante no meio familiar em questão. Logo, há ainda observações enriquecedoras a serem feitas também no que concerne à mencionada contraposição língua escrita – língua falada projetada nas cartas e cartões de felicitações, entre tantos outros aspectos.

As questões linguísticas passíveis de análise, na correspondência pessoal por nós brevemente analisada neste estudo, são consideradas tanto sob a perspectiva da micro quanto da macro linguística, isto é, tanto na perspectiva da descrição da língua (nível local) quanto na perspectiva das escolhas de construção do texto pelo autor (nível global), as quais podem tanto ser explicadas segundo a LT, como na perspectiva do processo de aquisição da LP como LE. Exemplificamos, nesta exposição, portanto, o uso dos adjetivos, dos pronomes pessoais e de tratamento, a regência verbal, bem como caracterizamos o léxico e as expressões idiomáticas presentes na correspondência pessoal.

Na perspectiva da psicolinguística, a fim de atingirmos nossos propósitos de análise, consideramos o português escrito por imigrantes alemães em *contexto de imersão*. A teoria preconiza que em condição de imersão no contexto real em que a língua é falada, é mais provável que a aprendizagem da língua se dê com grau de dificuldade menor, já que o *input* poderá ser frequente e de qualidade (KLEIN, 1992), se considerarmos o contato contínuo com o falante nativo. Sendo o processo de aquisição e de aprendizagem complexo, na medida em que encerra várias condições a serem respeitadas até que a língua seja efetivamente aprendida, ou seja, até que o aprendiz tenha desenvolvido as quatro habilidades de ouvir, falar, ler e escrever a língua, abarca o referido processo igualmente o problema da *transferência da língua materna*. Ao transferir conhecimentos da sua língua materna, poderá o aprendiz utilizar tanto as semelhanças entre a língua de partida (língua alemã no caso) e a língua alvo (língua portuguesa), como experiências de aprendizagem de língua anteriores, assim como a aquisição de uma segunda língua ou de uma LE adquirida recentemente (BICKES, PAULI ; 2009, p. 97). Igualmente nesta perspectiva, a *alternância de uso de dois idiomas* é outro ponto a ser levado em consideração, pois se trata da aquisição de línguas de origem distinta. Nas cartas, frequentemente o

texto inicia em alemão, como se lê em: “Geerhtes Fräulein/Sende Ihnen heute (...)” (CP28), podendo o mesmo texto encerrar em português: “Saudações de vosso C.S.A.” (CP28). Outro exemplo:

“Chá pra casa, treckicha chakuóore!
 Rasch nach Hause, dreckiger Jaguar!
 Já pra [para] casa, Jaguar suja!”
 (KLEINSCHMITT, 2006, p. 20)

Em relação ao ensino, sob o ponto de vista da *História* do Rio Grande do Sul, a obra de Wendling (2013) comprova as páginas da História, as quais nos revelam as condições de vida dos imigrantes chegados ao Brasil. O autor observa:

No início, a educação das crianças em Walachai era exclusivamente administrada na família. Como foi preciso dar duro no trabalho da roça, resolveu-se deixar as crianças em idade escolar aos cuidados de pessoas idosas ou daquelas pessoas que, por um motivo ou por outro não podiam trabalhar na roça. Ensinava-se a ler, a escrever, matemática prática e religião. Acontecia que todas as crianças de uma vizinhança, aptas ao ensino, se reuniam na casa da pessoa disposta para ensiná-las. Naquela época as condições de ensino eram precaríssimas, faltando livros e quase todo o material didático. (WENDLING, 2013, p. 161)

Sabe-se que as condições para o ensino desempenham um papel importante no desenvolvimento do processo de aprendizagem, a competência na língua só se obtém “através da compreensão e do trabalho com os materiais de língua. Não se deve tratar, contudo, de dados definitivos, mas do denominado *input compreensível*” (HARDEN, Theo, 2006, p. 188).

Finalmente, consideramos que a expressão oral e escrita em LE, além de refletir o estágio da aprendizagem em que se encontra o falante/autor, projeta a sua realidade, a sua cultura em uma forma de manifestação de identidade cultural. E, como a LE, o texto produzido tanto através do canal oral quanto do canal escrito, se vier a ser compreendido pelo ouvinte/leitor, o falante/autor terá atingido o seu propósito comunicativo. Tal texto, coerente ou não, poderá ser entendido em função do contexto da comunicação. Logo, sendo o

sentido do texto devidamente depreendido, há comunicação realizada. Em outras palavras, não bastará ao autor/falante produzir um texto conforme a expectativa do seu interlocutor, mas caberá também ao leitor/interlocutor demonstrar a sua capacidade de interpretação do contexto de comunicação. Maingueneau (2000, p. 194) afirma que

(...) os linguistas do texto estão cada vez mais próximos do consenso de que é possível que haja - semelhantemente às regras de sintaxe - regras para a formação do texto. Para que a coerência seja comprovada, tanto o leitor quanto o ouvinte devem interpretar o respectivo enunciado.

Hoje o contexto de imigração no sul do país mantém-se muito ativo e dinâmico, podendo-se exemplificar através da cultura presente nas festas populares, na gastronomia, na educação. Em relação à educação, o ensino de alemão tem seu espaço crescente nos diferentes níveis de ensino. Principalmente nas regiões da serra gaúcha destaca-se o ensino no nível fundamental e médio.⁵

Em nível superior, o ensino da língua alemã se dá nas instituições públicas e particulares, ampliando-se também a formação de professores deste idioma germânico, como se constata, a título de exemplificação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

O breve quadro aqui apresentado, abarcando mais de uma perspectiva, demonstra o quanto há a ser registrado na história linguística do Rio Grande do Sul, incluindo os processos de aquisição, ensino e de aprendizagem de línguas estrangeiras, como o caso do alemão aqui considerado.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE JUNIOR, Manuel. Argumentação retórica na literatura epistolar da Antiguidade. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*. Ilhéus: n.8, p. 166-187, jun.2015.

⁵ <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=18451:alemao-e-o-segundo-idioma-falado-em-municipio-da-serra-gaucha>> (Acesso em 15.03.2016).

BICKES, Hans; PAULI, Ute. *Erst- und Zweitspracherwerb*. Paderborn: Fink. Verlags-KG, 2009.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ensino Médio. Línguas Estrangeiras. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/seb/arquivos/pdf.14-24.pdf>>. Acesso em: 15.02.1916.

COUTO, Letícia Coroa do. Sobrevoos pela história do ensino de alemão-LE no Brasil. *Helb*. Brasília: Universidade de Brasília, 1/2012. Ano 6, nº6.

GERODETTI; CORNEJO. *Lembranças do Brasil*. As capitais brasileiras nos cartões-postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris, 2004.

GÖTZ, Dieter; HAENSCH, Günther; WELLMANN, Hans. *Langenscheidts Grosswörterbuch*. Deutsch als Fremdsprache. Berlin und München: Langenscheidt, 2001.

GRÜTZMANN, I.; DREHER, M.N.; FELDENS, J.A. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Recortes. São Leopoldo: OIKOS: UNISINOS, 2008.

HARDEN, Theo. *Angewandte Linguistik und Fremdsprachendidaktik*. Tübingen: Narr Verlag, 2006.

HERZOG, Annelies et al. *Idiomatische Redewendungen von A – Z*. Ein Übungsbuch für Anfänger und Fortgeschrittene. Leipzig, Berlin, München: Langenscheidt. Verlag Enzyklopädie, 1993.

KLEIN, Wolfgang. *Zweitspracherwerb*. Frankfurt a. M: Hain, 1992

KLEINSCHMITT, Sybille. *Deutsch in Lateinamerika-Hunsrückisch in Rio Grande do Sul*. Studienarbeit. Norderstedt: Grin, 2006.

LAJOLO, Marisa (Org.) *Monteiro Lobato*. Quando o carteiro chegou... Cartões-postais a Puzinhos. São Paulo: Moderna, 2006.

LANGENSCHIEDTS GROSSWÖRTERBUCH. Deutsch als Fremdsprache. Berlin, München, Wien, Zürich, New York: Langenscheidt, 2002.

LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. São Paulo: Fontes, 1988.

MAINGUENEAU, Dominique. *Linguistische Grundbegriffe zur Analyse literarischer Texte*. Tübingen: Narr Verlag, 2000. Título do original: *Eléments de*

Linguistique pour le texte Littéraire. Paris: Bordas, 1990. Tradutor: Jörn Albrecht.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A. *Gêneros textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19 – 36.

MARTENS, Carl und Peter. *Phonetik der deutschen Sprache*. München: Hueber, 1961.

MATTES, Marlene Gonçalves. *Alemão e português em cartas pessoais antigas de imigrantes alemães no sul do Brasil*. Sua língua, sua cultura. Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2013.

MEIBAUER, Jörg; ROTHWEILER, Monika (Hrsg). *Das Lexikon im Spracherwerb*. Tübingen u. Basel: Francke, 1999.

NAKASATO, Oscar Fussato. *Nibonjin*. São Paulo: Benvirá, 2011.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 2001.

PONS. *Wörterbuch für Schule und Studium, Englisch – Deutsch*. Klett: Stuttgart, Düsseldorf, Leipzig, 2001.

VAROLO, F.R.; RIBEIRO, A.I.M.; FELIX, J.L. *Trajetória Educacional dos Imigrantes alemães no Estado de São Paulo*. Uma escola alemã na colônia rio-grandense: 1922-1938 (Maracáí/ Cruzália – SP). São Paulo: Paco Editorial, 2015. WELKER, H. A. *Gramática alemã*. Brasília: EdUnb, 1998.

WENDLING, João Benno. *A história de Walachai*. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas. (CORAG), 2013.

WENDT, Heinz. *Sprachen*. Das Fischer Lexicon. Frankfurt a.M.: Fischer Taschenbuch Verlag, 1987.

ANEXOS**Legenda**

Sinal	Significado
/	Divisão na palavra
//	Divisão na construção
(XX)	Passagem ilegível
“ “	Transcrição de uma passagem
(...)	Parte não transcrita de um enunciado
A.B.	Inicial maiúscula = nome próprio
{ }	Complemento para compreensão do enunciado Com ou sem rasura
1.	Numeração seguida de ponto para fatores analisados
a)	Sequência de passagens de cartas sob a análise de um mesmo aspecto
CP	Cartão postal/ cartão social de felicitação
(D-C-L)	Década, Carta, Linha(s)
1,1 ^a ,1b,1c	Numeração das páginas das cartas
(CP00)	Cartão postal seguido de numeração conforme sequência no acervo

Do discurso à língua: a abordagem de Oswald Ducrot

Neiva Maria Tebaldi Gomes

Introdução

A argumentação está na língua¹.

A Teoria da Argumentação na Língua (TADL)² é uma vertente de estudos linguísticos criada por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre e atualmente desenvolvida por ele, Marion Carel e colaboradores. Também conhecida como Semântica Argumentativa, essa abordagem linguística procura explicar os sentidos dos discursos pelas relações que se constroem entre palavras, expressões e frases. Metodologicamente, a teoria prevê análises linguísticas que partem da descrição dos sentidos observáveis nos enunciados que compõem os discursos para explicar como funciona a língua, constituindo-se, dessa forma, em uma teoria explicativa.

Por ter como ponto de partida a descrição dos sentidos, a TADL é uma teoria que pode oferecer subsídios à elaboração de atividades e metodologias de leitura, a exemplo do trabalho em desenvolvimento na pesquisa interinstitucional “A interdiscursividade na linguagem”, coordenada por Leci Borges Barbisan³ (PUCRS). O projeto tem como tema o sentido construído pela relação entre discursos e desenvolve-se com o objetivo de verificar de que modo se constroem os sentidos em charges. Para isso procura identificar, nos enunciados que as constituem, as “pistas” linguísticas do(s) discurso(s) anterior(es), deixado(s) pelo

¹ Princípio incansavelmente repetido nos encontros de pesquisa pela professora Leci Barbisan, uma das pesquisadoras que, no Brasil, mais profundamente conhecem a Teoria da Argumentação na Língua.

² Esta é uma das abreviaturas encontradas para a teoria e remete ao título da obra em francês: *L'argumentation dans la langue*. Outra frequente, principalmente em textos traduzidos ou publicados no Brasil é ANL, que, para efeito de abreviação, contempla apenas Argumentação na Língua.

³ Integram a equipe de pesquisa Tânia Azevedo (UCS), Claudio Primo Delanoy (PUCRS) e Neiva M. T. Gomes (Uniritter).

locutor que organizou esses enunciados. A teoria prevê a existência de um locutor responsável pelo enunciado, embora outras vozes, entendidas como outros pontos de vista, possam nele ressoar.

Motivado pelos estudos que se desenvolvem nesse grupo de pesquisa, o presente texto procura, inicialmente, explicitar conceitos e princípios da TADL que possam instigar reflexões sobre como se constroem os sentidos nos discursos. Para ilustrar possibilidades de aplicação de fundamentos da teoria em atividades de leitura, ou seja, de compreensão desses sentidos, faz-se uma análise linguística de termos e de enunciados de uma crônica de Luís Fernando Veríssimo. A seção do texto que precede as considerações finais retoma e amplia aspectos teóricos.

Teoria da Argumentação na Língua: contexto e princípios básicos

A TADL foi inicialmente explicitada no livro *L'argumentation dans la langue*, publicado em Bruxelas, Éditions Mardaga, 1983. Em uma versão corrigida e aumentada, esse livro foi traduzido para o espanhol e publicado em Madrid (1994), pela editorial Gredos⁴, sob o título *La Argumentación en la Lengua*.

Ducrot define sua teoria, dizendo que é, em termos gerais, uma aplicação do estruturalismo saussuriano à semântica linguística, na medida em que para Saussure o significado de uma expressão reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua⁵. O percurso estruturalista de Ducrot evidencia-se já em *Le structuralisme en linguistique*, texto publicado como primeiro capítulo do livro *Qu'est-ce que le structuralisme?* (Paris, 1968).

Como toda teoria em construção, ao longo dos últimos trinta anos, algumas ideias da proposta inicial foram reformuladas e outras

⁴ Inúmeros artigos precederam a publicação da primeira versão da teoria e muitos outros foram publicados entre a primeira e a segunda versão. Em *Le Dire et le Dit* (1983, 3.ed.1984), livro composto de textos escritos desde 1968, Ducrot também apresenta as bases da teoria. No cap. III – A descrição semântica em Linguística – Ducrot discute o que chama de *O método de simulação*, focando a distinção entre hipóteses internas e externas. Em Anscombe e Ducrot (1994), o Capítulo I reapresenta um texto escrito em 1975 e publicado em 1976, no qual são formuladas as diretrizes da teoria.

⁵ Esta definição pode ser lida, entre outros textos, em CAREL; DUCROT, 2005, p. 11.

abandonadas. Mas isso só confirma o rigor científico e o *olhar do filósofo tornado linguista, que não esquece sua formação de origem*, nos termos de Barbisan (2014, p. 109). Entre as ideias abandonadas, estão as que configuram a teoria dos *topoi*⁶, que se embasa em *garantias* que permitem a passagem entre um argumento (A) e uma conclusão (C) e que se apresentam sob a seguinte forma: *quanto mais verdadeiro é o que se diz no argumento, mais verdadeiro é o que se diz na conclusão*. Assim, em enunciados como *O hotel está próximo* (A), portanto *é fácil chegar nele* (C), a passagem entre argumento e conclusão seria garantida pelo princípio argumentativo *quanto mais próximo está um lugar, mais fácil se chega nele*. O sentido do enunciado seria, então, explicado por algo extralinguístico. Como se verá mais adiante, na fase atual, o sentido desse mesmo enunciado se explica pela significação (argumentação) interna de “próximo”, termo que já contém em si a ideia de “fácil de chegar”. Para Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 12-13), o abandono da ideia de *topos* deveu-se justamente ao fato de que, apelando para princípios extralinguísticos, a teoria estaria se desviando da sua essência estruturalista. Foi Marion Carel, com sua tese⁷ defendida em 1992, a principal responsável por essa percepção. Em substituição à teoria dos *topoi*, Carel lança, então, a Teoria dos Blocos Semânticos⁸ (TBS), que vem sendo desenvolvida por ela e Ducrot, desde então.

Quando Ducrot afirma que se trata de uma teoria que se constitui da aplicação do estruturalismo saussuriano, deve-se ter presente que, entre outras, é a noção de *relação* que está em questão. A esse respeito, Barbisan (2014, p. 108) se pergunta *de que modo, finalmente, Saussure se faz presente na Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot?* A resposta da autora é a de que, a seu ver, *o pensamento de Saussure comparece na Teoria da Argumentação na Língua essencialmente pelas noções de valor, de relação e, conseqüentemente, pela rejeição da busca do sentido na exterioridade à linguagem*. A noção de relação constitui um princípio linguístico do funcionamento da

⁶ Plural de *tópos*: ETIM. gr. “lugar”. Nos estudos da argumentação, lugar-comum retórico.

⁷ A tese deu origem à publicação do livro *L'Entrelacement argumentatif: lexique, discours e blocs sémantiques* (CAREL, 2011).

⁸ O presente texto não contempla o estudo da TBS, uma vez que se propõe tratar de princípios básicos da teoria.

língua, cuja produção de sentidos se processa por meio de relações sintagmáticas ou paradigmáticas. Pelas relações sintagmáticas, um signo se combina com outro, transformando a língua em discurso. Nesse processo, o sentido resulta da relação que se estabelece entre palavras e expressões presentes no discurso. Pelas relações paradigmáticas, também ditas associativas, um signo pode estabelecer relações por associação mental com outros que não estão presentes no discurso, mas que estão presentes na memória dos falantes da língua, como ocorre com a palavra *ensino*⁹ que evoca ensinar, ensinamento, ensinemos e outras. Trata-se, neste caso, de uma relação semântica que se estabelece a partir de um elemento comum, o radical. Todavia, a palavra *ensino* pode também evocar aprendizagem, educação, instrução e outras, em que a relação se faz por analogia entre significados. Uma palavra também pode ser associada a outras que tenham um elemento comum, como um sufixo: *ensinamento*, *armamento*. Entre outras possibilidades, esses são diferentes tipos de séries associativas.

As relações das quais a Teoria da Argumentação na Língua se ocupa são as sintagmáticas, que são identificadas como *encadeamentos* argumentativos. Um encadeamento argumentativo constitui-se de dois segmentos unidos por um conector e pode ser representado pela fórmula X *CONNECTOR* Y. Interessa à teoria a identidade semântica de cada enunciado e a descrição de como o sentido se constrói por esses *encadeamentos*. Do ponto de vista metodológico, a TADL parte da descrição do sentido dos enunciados para explicar a língua. Ducrot (1987, p. 56) diz considerar *a descrição semântica de uma língua como uma máquina suscetível de fazer corresponder a cada enunciação* (isto é, a cada emprego de um enunciado em uma determinada situação) *o sentido que os sujeitos falantes, de fato, atribuem-lhe*. Em seguida, para explicitar essa descrição semântica, Ducrot subdivide a produção de sentido em *componente linguístico* e *componente retórico*. O primeiro faz corresponder à frase uma *significação*, a que está na língua; o segundo calcula, a partir da significação da frase e de uma descrição da situação, o *sentido* da enunciação. É preciso aqui lembrar que frase, na

⁹ Exemplo apresentado em SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012, p. 174-175.

teoria, representa uma entidade da língua concebida como sistema abstrato, e que o enunciado resulta do uso que o locutor faz da língua.

A distinção entre significação e sentido, que é assumida pela TADL, remete à concepção saussuriana de língua, um sistema. Da mesma forma, a distinção língua/discurso encontra correspondência na oposição língua/fala das lições saussurianas. O discurso se constitui de enunciados, que são realizações resultantes da atividade do falante. O *sentido* dos enunciados resulta das relações que se estabelecem entre as palavras e expressões que os constituem. Do ponto de vista do seu aparecimento, os sentidos são sempre singulares e irrepetíveis, como os enunciados que os comportam. As *frases*, por referirem entidades do sistema, são repetíveis e contêm significação. Em outras palavras, na abordagem de Ducrot, a *significação* está na língua, enquanto o *sentido* está no uso.

Em Carel; Ducrot (2005 p.11-12), Ducrot explica que, dado que a noção de “relação de um signo com outro” é relativamente vaga, a TADL propõe-se considerar somente as relações em *portanto* e em *no entanto*¹⁰, entre um signo e outro. Essas relações podem ser explicadas com o exemplo já referido: *meu hotel está próximo da faculdade*. Para o pesquisador, é a palavra *próximo* que contém em si mesma a ideia de *portanto é fácil chegar*. Da mesma forma que o signo *longe* contém em si mesmo a significação *acesso difícil*. O que prova que é o próprio signo que contém a significação *acesso difícil* é a impossibilidade de encadear é *longe* portanto é fácil chegar. Todavia, a língua também contém a possibilidade de transgressão a essa norma, permitindo é *longe* no entanto é fácil chegar. Ou seja, é o conector que vai estabelecer a coerência entre os dois segmentos. E são essas relações em *portanto* e em *no entanto* potencializadas pela língua que constituem os *encadeamentos argumentativos*. Dessa percepção decorre a proposição fundamental da teoria: *a argumentação está na língua*. Isso equivale a

¹⁰ Em francês DONC (portanto) e POURTANT (no entanto). Trata-se da abstração do sentido desses conectores, por isso se diz que são somente dois. No uso da língua, ou seja, nos enunciados, *portanto* encontra uma gama variada de possibilidades de realização: então, por isso, logo e outros. Pode inclusive não aparecer explicitamente como em “É inteligente; dará conta da tarefa.” O mesmo vale para o conector *no entanto*, que pode concretizar-se sob a forma de *todavia*, *contudo*, *entretanto* ou por outras palavras e expressões que possam evocar essa relação.

dizer que a argumentação de que trata a TADL é de ordem puramente linguística e não resultante de estratégias externas à língua, tema de que se ocupa a argumentação retórica.

É o próprio Ducrot (2009, 20-21) quem estabelece uma distinção clara entre argumentação retórica e argumentação linguística. Por *argumentação retórica*, o autor entende a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa. Essa atividade é um dos objetos de estudo da retórica clássica. Ele chama de *argumentação linguística* a que resulta do encadeamento de duas proposições A e C, ligadas implícita ou explicitamente por um conector. Trata-se de duas entidades abstratas que operam *encadeamentos normativos*, as relações construídas em *portanto*, e *encadeamentos transgressivos*, as construídas em *no entanto*.

Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 15) mostra que a distinção entre encadeamentos em *portanto* e *no entanto* se estende a toda língua, ou seja, a *argumentação linguística* resulta da relação que se constrói entre segmentos de diferentes extensões: palavras, expressões ou seqüências de proposições que constituem os parágrafos de um mesmo discurso.

Com o desenvolvimento da Teoria dos Blocos Semânticos, após 1992, amplia-se a possibilidade de explicar os sentidos sem precisar recorrer a dados extralingüísticos. Conforme exposição de Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005), na TBS mantém-se a essência da TADL de que o sentido de uma entidade linguística não se constitui de coisas, fatos, propriedades, crenças psicológicas, nem por ideias, mas dos discursos que essa entidade evoca, os *encadeamentos argumentativos*.

Outra noção relevante para a compreensão do sentido na teoria é a de *interdependência semântica*. Segundo Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 16), trata-se de um fenômeno segundo o qual cada um dos segmentos de um encadeamento somente assume seu sentido em relação ao outro. Para exemplificar essa interdependência na produção dos sentidos, basta observar os seguintes encadeamentos: *Faz calor, vamos sair*¹¹. O sentido de calor expresso por esse encadeamento é o de

¹¹ Esses exemplos de encadeamentos aparecem em diversos textos dos autores. Para explicar a ideia de interdependência semântica, durante uma conferência realizada em Buenos Aires e publicada em Carel; Ducrot (2005), Ducrot utilizou um enunciado ouvido por ele em uma reunião de professores na *École des Hautes Études em Sciences Sociales* e a

que o calor é propício à saída. Por outro encadeamento, *Faz calor, não vamos sair*, tem-se o sentido de que o calor não é propício à saída. Trata-se do mesmo fenômeno em ambos os enunciados, do calor, mas por serem encadeamentos diferentes o sentido de calor não é o mesmo. Tem-se aqui a *argumentação externa*, ou seja, o sentido resultante da relação entre dois segmentos.

Partindo dessa interdependência, Ducrot chama a atenção para o fato de que em um encadeamento como A PORTANTO B, em que A tem seu sentido definido em relação com PORTANTO B e que B tem seu sentido definido em relação com A PORTANTO, não há inferência, nem raciocínio, nem dedução. O potencial argumentativo está na própria língua que possibilita tais relações. Esses encadeamentos só têm realidade discursiva e, segundo Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 22), não há proposições que sejam incompatíveis entre si. Todas as proposições são compatíveis umas com as outras, desde que a escolha do conector seja adequada. O que determina a coerência de um encadeamento de discurso é, pois, o conector. Na obra citada acima (p.24), Ducrot é enfático: *Nós explicamos a língua pelo discurso, e o discurso para nós não está embasado nem nas coisas nem no pensamento*. Desse modo, ele e Carel explicam o encadeamento de segmentos do discurso sem fazer intervir as propriedades do mundo.

Em *Les mots du discours*, Oswald Ducrot (1980) diz que, quando um enunciado desfila diante de um ouvinte que procura compreendê-lo, as palavras que o compõem não descarregam uma após a outra seu conteúdo individual, que se somaria ao conteúdo veiculado pelas precedentes. Por isso, na semântica que ele propõe para explicar a produção dos sentidos, a hipótese é a de que a palavra, concebida como entidade linguística abstrata, só colabora no sentido do enunciado de uma maneira indireta ao se combinar com outras palavras para constituir a significação da frase. Em um discurso, ou seja, empregada em uma situação concreta, a frase se torna enunciado e produz sentido.

A título de ilustração do potencial de aplicação da teoria em atividades de leitura, na seqüência, apresenta-se a descrição (incipiente ainda) dos sentidos de enunciados que compõem a crônica *Estranho*, de

partir desse enunciado mostra as diferentes possibilidades de *encadear* os segmentos que o constituem.

Luís F. Veríssimo. A seleção da crônica deve-se ao título, termo já analisado por Ducrot em um fragmento de diálogo.

Contribuições da teoria para a leitura: análise linguística de enunciados de uma crônica

Para mostrar que sua abordagem teórica não é apenas uma teoria de duas palavras, em francês *pourtant* (no entanto) e *donc* (portanto), mas uma teoria do encadeamento argumentativo da língua, em Carel; Ducrot (2005, p. 15), Ducrot analisa um fragmento de diálogo de um filme antigo, *Drôle de drame*. Nesse diálogo, o emprego do termo *estranho*, que constitui a resposta a um enunciado de um dos interlocutores, torna-se revelador de uma realidade escondida. Ou seja, o termo *estranho*, por sua argumentação interna, instiga (ou *orienta*, para usar um termo próprio da teoria) o interlocutor a buscar a razão da estranheza. É essa orientação ou instrução de *procure o sentido na sequência do texto* que, em uma de suas crônicas, Luís Fernando Veríssimo fornece ao seu leitor com o título “Estranho¹²”. A seguir, apresenta-se a análise de termos e enunciados do discurso que constitui a crônica, visando à ilustração de possibilidades de aplicação de princípios da TADL em atividades de leitura.

O termo *estranho*, que intitula a crônica, por sua *argumentação interna* ou, em outras palavras, por sua própria significação lexical, poderia receber a seguinte paráfrase: *estranho*, portanto *algo diferente do que se conhece ou do que se espera*. Essa paráfrase encontra suporte na significação apresentada em dicionários da língua portuguesa, como o Houaiss. Ou seja, o termo *estranho* contém em si esse sentido e orienta o leitor para a busca do diferente e do não esperado no desenvolvimento da crônica, na qual se percebe que a estranheza decorre de estatísticas que revelam que a temporada teatral de 2014/2015 na Broadway foi a melhor de todos os tempos, com um público constituído, em primeiro lugar, de turistas ingleses e, em segundo lugar, de brasileiros. Essa estranheza é reafirmada em *As duas estatísticas intrigam* (intrigam,

¹² A crônica *Estranho*, de Luís Fernando Veríssimo, foi veiculada no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, em 15 de junho de 2015 e é apresentada na íntegra como anexo neste artigo.

portanto algo estranho). A sequência do discurso é construída por dois encadeamentos, a *argumentação externa*:

- (1) *Quase todos os grandes sucessos da Broadway têm versões inglesas, e ninguém precisa sair de Londres para vê-los. Em vez de terem que ir à Broadway, a Broadway vai até eles, geralmente em produções comparáveis, em qualidade, às americanas.*
- (2) *Mas que estranha potência é esse Brasil, devem se perguntar os produtores americanos ao contabilizar seus lucros, que pode mandar tantos dos seus cidadãos a Nova York para verem musicais, quando as notícias que se tem de lá são de privação econômica e panelaços contra o governo?*

Esses encadeamentos poderiam ser parafraseados da seguinte forma:

- (1) Quase todos os grandes sucessos da Broadway têm versões inglesas, PORTANTO é estranho que as estatísticas apontem o grande número de turistas ingleses como responsável pelo sucesso de público na Broadway.
- (2) As notícias que se tem de lá (do Brasil) são de privação econômica e panelaços contra o governo, PORTANTO é estranho que esse país possa mandar tantos cidadãos a Nova York para verem musicais.

A estranheza em relação ao número de turistas ingleses é minimizada em relação à de turistas brasileiros, no encadeamento seguinte:

Mas a Inglaterra é uma das potências econômicas do mundo, não surpreende que tantos ingleses cruzem o Atlântico só para dizer que viram a versão original dos espetáculos.

Assim: Não *surpreende*, PORTANTO não tão inesperado ou não tão estranho quanto à significativa presença de brasileiros.

A mudança de orientação argumentativa vem marcada linguisticamente, no enunciado, pelo conector *mas* que, pelo encadeamento que opera, *orienta* o leitor para outra possibilidade, a de justificar o fato, que no início parece *estranho*, pela condição econômica do país descrita como *uma das potências econômicas do mundo*. Uma possível paráfrase desse enunciado poderia ser expressa da seguinte forma:

Inicialmente poderia parecer estranho o fato de *que tantos ingleses cruzem o Atlântico só para dizer que viram a versão original dos espetáculos*, NO ENTANTO eles têm condições econômicas para isso.

Essa justificativa, todavia, não serve para explicar a presença de tantos turistas brasileiros em Nova York. Ao contrário, é justamente o fator de estranheza:

Há uma discrepância aí, em algum lugar, devem pensar os produtores¹³. Mas que continuem vindo os brasileiros e nos trazendo seus dólares, saiam de onde saírem.

A discrepância entre a situação econômica brasileira e o público brasileiro em Nova York é reforçada pela inserção de uma expressão da linguagem mais informal, própria da modalidade falada – *sério, deu no New York Times* –, que produz um *efeito de sentido contextual*¹⁴ de ironia que modifica o sentido global do enunciado. Esse tom irônico, ou debochado, que é comum nos escritos de Veríssimo, resulta da escolha lexical de “sério”, que contém um pressuposto (não estou brincando) com a indicação de uma fonte “deu no New York Times”, jornal a cujas matérias poderia ser assimilada uma certa credibilidade, que é

¹³ Haveria aqui a possibilidade de realizar uma análise pela teoria polifônica (Ducrot e Carel), no entanto, não é o objetivo deste texto. Pelo enfoque polifônico, a teoria nos diz que há, nos enunciados e/ou discursos, um locutor único responsável pelo agenciamento das vozes que são colocadas em cena no discurso. Em BOURMAYAN, Anouch; CAMPORA, Magdalena et.al. (2012) pode ser encontrada a explicitação de *La Théorie Argumentative de la Polyphonie* (TAP).

¹⁴ Ducrot (1987, p. 48) esclarece que o que chama de efeito de sentido contextual de uma palavra é somente a mudança produzida no contexto linguístico pela introdução dessa palavra, isto é, pela modificação que essa palavra produz no sentido global do enunciado.

desmentida no início do segundo parágrafo: *O fato é que hoje não são só as estatísticas que representam pouco, há uma crise de representatividade generalizada.* Ou seja, a divulgação no New York Times não garante credibilidade, porque as estatísticas, do ponto de vista do locutor, hoje, representam pouco em relação ao significado de seus dados.

Esse último enunciado contém *não só...*, que permite o encadeamento *há (também) uma crise de representatividade generalizada.* E é esse lexema implícito “também” que permite a mudança de foco – da crise das estatísticas para a crise de representatividade generalizada – especificada e justificada no enunciado seguinte: *Não é por nada que partidos políticos se reestruturam em toda parte, para salvarem algum tipo de coerência da confusão.* Ou seja, pode-se interpretar esse enunciado com a seguinte paráfrase: se há uma crise de representatividade, há, *portanto*, necessidade de reestruturação.

No último segmento do enunciado – *para salvarem algum tipo de coerência da confusão* –, o signo em destaque, por sua argumentação interna, pode ser parafraseado como: necessidade de *salvar* PORTANTO há *perigo*. Ou seja, é o próprio termo *salvar* que contém nele o sentido de *perigo*. Nesse contexto linguístico, o perigo é representado pela incoerência dos partidos, isto é, pela falta de representatividade, que é retomada, no texto, como (d)a *confusão*.

Os encadeamentos seguintes contextualizam essa *crise de representatividade generalizada*, explicitando a situação de partidos políticos do Brasil, França e Inglaterra. Pelos sucessivos encadeamentos, percebe-se um discurso em que o foco do locutor recai sobre a crise da falta de representatividade por que passam esses partidos políticos. O sentido que é depreendido desse ponto de vista do locutor é confirmado pelo enunciado que é introduzido pelo segmento *Não é por nada que*, cuja negação equivale a *é por isso que*.

Os dois enunciados que constituem o último parágrafo da crônica, em uma aparente quebra sequencial do discurso, retomam a ideia de brasileiros lotando teatros em Nova York para encaminhar um desfecho:

Brasileiros enchendo teatros em Nova York significaria que o Brasil vai muito bem. Mas isto se qualquer coisa significasse alguma coisa.

Percebe-se uma interdependência semântica entre esses dois últimos enunciados, que têm seu sentido definido somente na relação que se estabelece entre ambos por meio dos conectores: mas... se... Ou seja, *significaria algo se..., mas....*

O morfema lexical de futuro do pretérito – *significaria* – aponta para a negação da ideia de que encher teatros em Nova York signifique que o Brasil vai bem. A negação já apontada pelo morfema verbal se completa no segundo enunciado dessa última sequência, que contém *Mas*, indicador de mudança de orientação argumentativa: *Mas isto se....* Essa nova orientação vem alicerçada sobre um jogo de palavras – *se qualquer coisa significasse alguma coisa* –, por meio do qual *qualquer coisa* e *alguma coisa* remetem à ideia de que as estatísticas representam pouco, ou nada, participando da *crise de representatividade generalizada* da qual são acometidos também os partidos políticos.

Entre outras escolhas lexicais do locutor responsável pela enunciação, deixadas como *instruções* ao interlocutor (leitor), é relevante observar a função de *Mas* como conector que, na organização da crônica, fornece ao leitor sucessivas instruções de mudança de orientação argumentativa: *Mas* a Inglaterra é... . *Mas* que estranha potência é... . *Mas* isto *se...* . Na última ocorrência, a combinação de *mas* e *se*, ao mesmo tempo que indica mudança de orientação argumentativa, condiciona a possibilidade de estatísticas significarem alguma coisa à existência de algo improvável ou impossível: *qualquer coisa significar alguma coisa.*

Em síntese, a *instrução* fornecida pelo título da crônica em estudo – *Estranho* –, signo cuja argumentação interna contém “algo diferente do esperado”, orienta o leitor a buscar na sequência de enunciados a razão da estranheza. Essa estranheza se explicita na medida em que o esperado seria que estatísticas significassem alguma coisa (brasileiros lotando casas de espetáculos em Nova York poderia ser um indicativo de que o país vai bem) e que os partidos políticos tivessem uma representatividade, mas ambas as expectativas são frustradas.

Pela descrição semântica dos sentidos da crônica apresentada neste texto com objetivo ilustrativo de uma possibilidade de análise linguística, percebe-se que a TADL, por sua metodologia descritiva dos sentidos, pode ser considerada uma teoria de leitura. Melhor dizendo, uma teoria que pode fornecer subsídios metodológicos à leitura, mais especificamente, a atividades escolares de leitura, na medida em que postula que a interpretação de um texto deve resultar essencialmente da análise do material linguístico com o qual o discurso nele contido se organiza. Essa metodologia que leva à reflexão sobre o linguístico é, sem dúvida, a principal contribuição da teoria para o ensino da leitura. Com o intuito de ampliar as reflexões sobre essa contribuição e sobre o surgimento da própria teoria, a próxima seção retoma aspectos teóricos.

Retomando alguns aspectos da Teoria da Argumentação na Língua

Se le puede acusar (el estructuralismo lingüístico) de que se interesa sobremanera del aspecto fósil del lenguaje; pero la verdad es que nadie se había interesado antes por lo que significa estructura del lenguaje. Se puede decir que es más importante el aspecto creador del lenguaje; pero, ciertamente, antes de comprender el dinamismo creador del lenguaje, conviene conocer cuál es su fisonomía estructural.

(Alfonso López Martín)

Filiada à corrente estruturalista¹⁵, a exemplo de outras escolas, embora com objetivos distintos, a TADL olha para a língua pelo ponto

¹⁵ MARTÍN, Afonso López (2014) define o estruturalismo de que se trata em linguística, dizendo que “En síntesis, se puede decir que el estructuralismo lingüístico es una corriente de pensamiento que, arrancando de Ferdinand de Saussure, considera que el lenguaje es una estructura, esto es, una armazón de elementos solidarios. Se puede hablar de varias escuelas estructuralistas. Las principales son: la de Ginebra, la de Praga, la de París y la de Copenhague. Además existe una corriente estructuralista en los Estados Unidos y elementos aislados en otros países. La escuela de Ginebra está representada por Bally, por Sechehage y por Frey. La de Praga, que se conoce también con el nombre de escuela fonológica, la representan Jakobson, Trubetzkoy y Trnka. La de París tiene un eminente representante: Martinet. La de Copenhague la representan Hjemlev, Uldall, Brandal, Tøgeby y Holt. Entre los estructuralistas norteamericanos podemos citar a Bloomfield, a Sapir, a Bloch, a Harry y otros. Aparte mencionaremos a Chomsky, que se sitúa en el estructuralismo, pero como una superación del sistema.

de vista do sistema de signos que permite ao locutor produzir o discurso pelo estabelecimento de *relações sintagmáticas*, assumidas na teoria como *encadeamentos argumentativos*. Em *Escritos de Linguística Geral* (SAUSSURE, 2002), há várias passagens que fazem referência ao discurso e ao fato de que *a língua só é criada em vista do discurso* (p.237). Ducrot assume essa ideia e propõe uma metodologia de descrição dos enunciados que compõem o discurso para poder explicar a língua. Com o termo *enunciado* Ducrot (2008, p. 308) denomina um segmento de um discurso, uma entidade que aparece em um lugar e momento dados, sendo, portanto, não suscetível de se repetir. Para a TADL, a articulação entre língua e discurso se efetiva pela ideia de *instrução*.

A ideia de *instrução* decorre de um pressuposto fundamental da teoria: a argumentação está na língua. Orientada por esse pressuposto, a TADL postula que as palavras, expressões e frases da língua contêm possibilidades ou impossibilidades de encadeamentos. Assim, se a escolha lexical for, por exemplo, *previdente*, pode-se encadear segmentos como, *Foi previdente portanto tem recursos para sobreviver à crise*, mas *previdente* impossibilita *portanto não tem recursos para...* Para isso é preciso escolher o conector que marca a transgressão: *Foi previdente, no entanto não tem recursos para sobreviver à crise*. Isso porque o signo *previdente* contém em sua argumentação interna o significado *que vê antecipadamente*, portanto que pode prever o futuro antes que ele aconteça. Assim, na TADL diz-se que a língua disponibiliza tanto os recursos para a realização de encadeamentos normativos (no sentido de que seguem a norma), articulados pelo conector *portanto*, quanto os recursos para os encadeamentos transgressivos, isto é, os encadeamentos que se articulam em *no entanto*. Os dois segmentos de um *encadeamento argumentativo* não necessariamente vêm ligados por conjunções explícitas. Sua omissão, no entanto, não impede o reconhecimento da interdependência dos segmentos ligados implicitamente por *portanto* ou *no entanto*.

Outro pressuposto sobre o qual a TADL se ancora é o de que a realidade é acessível somente através da representação que a língua nos dá dela. Assim, a língua é concebida como um modo de apreensão da realidade. Ancorada nesse princípio, a teoria não leva em consideração a realidade e os fatos externos, mas a atividade linguística, quer dizer, as representações que o falante faz dos objetos de fala por sua fala. Decorre

disso a compreensão de que a linguagem ordinária não tem uma parte objetiva que descreve diretamente a realidade. Se a descreve, o faz pela atitude do locutor (atitude subjetiva) sobre o interlocutor (atitude intersubjetiva). Da articulação dos aspectos subjetivo (como determinadas escolhas linguísticas das quais resultam os *encadeamentos argumentativos*) e intersubjetivo (intenções do locutor em relação ao interlocutor) resulta o valor argumentativo do enunciado. Fica, assim, bem claro que a argumentação de que trata Ducrot não é a retórica, que tem por objetivo a persuasão, mas a argumentação que é entendida como o sentido que se atualiza no enunciado pela atividade linguística.

Por considerar a atividade linguística do locutor, a TADL apresenta-se como uma teoria da enunciação. Comparando a metodologia que utiliza com a de outras teorias enunciativas/discursivas, percebe-se que a teoria desenvolvida por Ducrot e colaboradores se diferencia das demais pelo retorno à língua. Em entrevista concedida a Antônio Carlos Xavier (2012), respondendo à pergunta sobre quais seriam os aspectos da linguagem sobre o quais os jovens linguistas deveriam voltar suas pesquisas atualmente, Ducrot responde: *Tudo o que concerne à enunciação deve ser atualmente objeto de atenção dos jovens linguistas*. E afirma que o progresso mais interessante atualmente é o que é realizado na Análise do Discurso, mas faz uma ressalva que remete ao próprio fazer da teoria, que é o de buscar na realidade da língua (no uso) a explicação da língua (do sistema). Na continuidade da resposta concedida a Xavier, diz que os jovens linguistas devem *continuar a estudar a matéria mesmo da língua, estudar a palavra, a gramática, estudar o modo como as palavras se organizam nas frases*. Para isso, Ducrot aconselha *entrar na realidade da língua e ver os problemas de sintaxe [...], não procurar fazer estudos aéreos, fora da realidade*. Pelo estudo realizado, percebe-se que rigor metodológico é, sem dúvida, um grande ensinamento que Ducrot deixa aos que se aventuram a tentar compreender seu percurso linguístico.

A metodologia apontada pela Teoria da Argumentação na Língua pressupõe a interpretação semântica que o locutor faz dos enunciados ordinários. Isso fica claro, no início do capítulo 11 da terceira edição de *Dire et ne pas dire. Principes de Sémantique Linguistique* (2008, p. 307-323), capítulo intitulado *L'interprétation en sémantique linguistique: un point de départ imaginaire*. Nesse capítulo, Ducrot

afirma que a interpretação é um meio, um instrumento para acessar a significação das frases, não um fim como o é em disciplinas que a tomam por objeto de estudo. Assim, a interpretação, na Teoria da Argumentação Linguística, assume um papel metodológico bem diferente, porque as interpretações que a palavra recebe na vida cotidiana são entendidas como meio suscetível de auxiliar a conhecer o objeto de estudo, a língua. Partindo das interpretações dadas aos enunciados endereçados por locutores a alocutários, Ducrot procura definir o valor semântico do material linguístico que intervém nos enunciados, a significação de cada frase. Sua busca consiste em tentar descobrir, por trás das múltiplas interpretações, um valor semântico ligado às palavras utilizadas. A busca é guiada pela seguinte questão: por que tais interpretações, e não outras, puderam ser dadas aos enunciados?

No desenvolvimento da discussão, Ducrot diz que o linguista não pode se contentar em definir por que uma frase tem a significação que tem, mas inicialmente será preciso determinar qual é, para cada frase, sua significação. Para o autor, se chamamos “fatos” ou “dados” àquilo que um pesquisador considera como o ponto de partida de sua pesquisa, será necessário admitir que os sentidos ou interpretações desempenham para o linguista o papel de fatos, dos quais ele se serve para construir seu objeto próprio, as significações.

O problema que interessa a Ducrot é o de mostrar que a atribuição de uma significação às frases não pode ser considerada pelo linguista como o produto de um trabalho já feito pelos “falantes nativos” da língua. O trabalho do linguista consiste essencialmente em estabelecer os valores dos elementos que constituem a frase (morfemas, construções sintáticas) e em descobrir as leis por meio das quais esses valores se combinam para constituir as significações das frases.

Considerações finais

Este texto organizou-se com a explicitação e exemplificação de conceitos e princípios básicos da Teoria da argumentação na Língua, uma vertente de estudos que, por focar a descrição linguística dos sentidos dos enunciados, encontra aplicação em atividades de leitura. Em relação à análise que ilustra a aplicação da teoria, poder-se-ia perguntar se com outro suporte teórico a compreensão dos sentidos da crônica não seria

a mesma. A resposta certamente é positiva, afinal o texto que foi objeto de análise não apresenta nenhuma complexidade. No entanto, entende-se que metodologias que derivam da TADL podem apontar caminhos mais seguros para a leitura, porque consideram a interpretação (e a intuição) do falante, mas buscam no material linguístico a explicação para as relações semânticas que se constroem entre diferentes segmentos de um discurso. Todavia, é preciso esclarecer que a TADL, no seu estágio atual, não tem se ocupado com questões referentes ao ensino da leitura. Essa é uma das tarefas de pesquisadores que se envolvem com linguística aplicada ao ensino, tarefa premente em um país com baixos índices de leitura.

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *La argumentación en la Lengua*. Madrid: Editorial Gredos, 1994.
- BARBISAN, L. B. A presença de Saussure na Teoria da Argumentação na Língua de Oswald Ducrot. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.21, n.34, jan/jun. 2014.
- BOURMAYAN, Anouch; CAMPORA, Magdalena et al. *Argumentation et Polyphonie, de Saint Augustin à Robbe-Grillet*. Paris: L´Harmattan, 2012.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semántica Argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Edición María M. G. Negroni Y Alfredo M. Lescano. 1. ed. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CAREL, Marion. *L´Entrelacement argumentatif: lexique, discours e blocs sémantiques*. Paris: Éditions Champion, 2011.
- Ducrot, Oswald. *O dizer e o dito*. Revisão téc. da trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. L´interprétation en sémantique linguistique: un point de depart imaginaire. In: _____. *Dire et ne pas dire*. 3. ed. Paris: Minuit, 2008.
- DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009.
- DUCROT, Oswald. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

DUCROT, Oswald. Le structuralisme en linguistique. In: DUCROT, Oswald et al. *Qu'est-ce que le structuralisme?* Paris: Seuil, 1968.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SAUSSURE, F. de. *Escritos de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2002.

VERÍSSIMO, L. F. Estranho. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15/6/2015.

XAVIER, Antônio Carlos. Trajetória e legado de um filósofo da linguagem: Oswald Ducrot. Entrevista realizada e trad. por Antônio Carlos Xavier. *Revista Investigações*, vol. 25, n.2, jul. 2012.

MARTÍN, Alfonso López. EL Estructuralismo Linguístico. Disponível em <http://linguisticaestructural2014.weebly.com/uploads/8/2/7/0/8270021/el_estructuralismo_linguistico.pdf>. Acesso em 12/7/2025.

Anexo Estranho

Luís Fernando Veríssimo

A temporada teatral de 2014/2015 na Broadway foi a melhor de todos os tempos, com o público lotando teatros, principalmente para ver musicais, como nunca. A maior parte do público foi de turistas, e entre os turistas estrangeiros, a maior parte foi de ingleses e, em segundo lugar – **sério**, deu no New York Times –, foi de brasileiros. **As duas estatísticas intrigam**. Quase todos os grandes sucessos da Broadway têm versões inglesas, e ninguém precisa sair de Londres para vê-los. Em vez de terem que ir à Broadway, a Broadway vai até eles, geralmente em produções comparáveis, em qualidade, às americanas. **Mas a Inglaterra** é uma das potências econômicas do mundo, não surpreende que tantos ingleses cruzem o Atlântico só para dizer que viram a versão original dos espetáculos. **Mas que estranha potência é esse Brasil**, devem se perguntar os produtores americanos ao contabilizar seus lucros, **que pode mandar tantos dos seus cidadãos a Nova York** para verem musicais, quando as notícias que se tem de lá são de privação econômica e panelaços contra o governo? Há uma discrepância aí, em algum lugar, devem pensar os produtores, mas que continuem vindo os brasileiros e nos trazendo seus dólares, saiam de onde saírem.

O fato é que hoje não são só as estatísticas que representam pouco, há uma crise de representatividade generalizada. Não é por nada que partidos políticos se reestruturam em toda parte, **para salvarem algum tipo de coerência da confusão.** Um exemplo é o PT, com suas várias correntes em luta para definir uma identidade para o partido, ou resgatar uma identidade perdida. Na França o partido do Sarkozy, a UMP, até mudou de nome, agora é Republicains, enquanto os socialistas tentam salvar seu PS do desastre François Hollande com outras lideranças e outros rumos. E na Inglaterra, os trabalhistas continuam tentando descobrir o que representam de diferente dos conservadores no poder, que, por sua vez, também não sabem mais exatamente o que são. Brasileiros enchendo teatros em Nova York significaria que o Brasil vai muito bem. **Mas isto** se qualquer coisa significasse alguma coisa. (Grifos acrescentados para fins de análise)

Legendagem e variação linguística: análise do filme *Bienvenue chez les ch'tis*

Patricia Ramos Reuillard
Joice Furtado

INTRODUÇÃO

A legendagem é o recurso utilizado para tornar um produto audiovisual acessível aos falantes de outras línguas. Legendar é, então, passar um texto da forma oral para a forma escrita, e de uma língua para outra, proporcionando uma leitura fácil, cômoda e rápida para o espectador. Com as novas tecnologias, as legendas popularizaram-se e tornaram-se presentes em outros meios além do cinema; hoje em dia, qualquer pessoa pode produzir seus próprios vídeos, baixar filmes da internet e legendá-los, disponibilizando-os para falantes de outras línguas inseridos em outras culturas. A legendagem é, portanto, um ramo em expansão, que cresce à medida que as tecnologias evoluem e que a necessidade da acessibilidade universal aumenta.

Apesar de representar um nicho de trabalho em expansão para os tradutores, ainda são poucos os estudos sistemáticos nessa área no Brasil e poucos os estudos voltados especificamente para a tradução de legendas. Para Díaz Cintas (2004), essa escassez de estudos sobre a Tradução Audiovisual em geral representa um paradoxo em relação a seu enorme impacto na sociedade, mas argumenta que essa carência pode advir da natureza polimórfica dos programas audiovisuais e da dificuldade de acesso às transcrições do áudio, entre outras dificuldades. Essa ausência de estudos acadêmicos cria, além disso, uma situação de amadorismo: os tradutores recebem das produtoras orientações gerais de ordem técnica, como o limite de caracteres por linha, e vão aprendendo com a prática. Trata-se, no entanto, de uma atividade profissional que requer especialização, ideia que espantosamente até hoje encontra resistência fora dos limites da academia. De fato, não basta

saber utilizar o *software* de legendagem e reproduzir na língua materna o que é dito no produto audiovisual; a boa legendagem exige também habilidade e capacidade de condensação, compensação e supressão (DÍAZ-CINTAS, 2008) específicas para cada língua, que podem ser consideradas como parte da competência tradutória (ALBIR, 2001) necessária para a legendagem.

No Brasil, começam a surgir dissertações e teses sobre a tradução para legendagem (CARVALHO, 2005; ARAÚJO, 2000) e também artigos acadêmicos, embora a maioria trate da tradução da língua inglesa e aborde apenas questões de ordem prática, como a análise de legendas, sem maior aprofundamento teórico. Por outro lado, encontra-se na *web* um grande número de trabalhos não acadêmicos sobre legendagem, como *blogs* e *sites* de entretenimento; alguns são escritos por especialistas, como no caso do *blog* da própria Carolina Alfaro, outros, escritos por espectadores comuns. Estes últimos oferecem geralmente uma abordagem limitada, para não dizer equivocada, e limitam-se a apontar “erros” nas legendas de programas de televisão.

Neste trabalho, a partir da análise da tradução de uma obra produzida em francês, estabelecemos os princípios norteadores dessa atividade no que diz respeito especificamente à variação linguística, visto que ela representa um problema de tradução (NORD, 2008). Tratamos especificamente da variação diatópica (COSERIU, 1980; 1982), partindo da análise das legendas do DVD do filme francês *Bienvenue chez les ch'tis* (no Brasil, *A Riviera não é aqui*)¹: história de um funcionário dos correios transferido por motivos disciplinares para o extremo norte da França, onde se fala o peculiar dialeto chamado *ch'ti*². A comédia tem seu humor baseado nos preconceitos linguísticos existentes entre o sul e o norte da França. Assim, o filme aborda a situação de contato entre unidades sintópicas da língua, configurando uma situação em que a diferenciação dessas duas unidades na legenda é imprescindível, em

¹ BOON, Dany. *Bienvenue chez les ch'tis*. Produção de Claude Berri e Jérôme Seydoux, direção de Dany Boon. França, Pathé, 2008.

² Trata-se de um dialeto derivado do *picard*. A palavra “ch’ti” foi inventada durante a Primeira Guerra Mundial para designar os habitantes da região Nord-Pas-de-Calais, a partir da expressão *ch'est ti, ch'est mi*, em francês padrão, *c'est ti, c'est mi* [é você, sou eu]. Disponível em: <<http://www.chti.org/cti/chansons/index.php>>. Acesso em novembro de 2012.

nossa opinião, para a perfeita compreensão do argumento do filme. Trata-se de questões culturais e linguísticas que acabam se tornando um desafio para o tradutor, que deve trabalhar dentro das limitações impostas pela técnica, particulares à legendagem, como, por exemplo, não poder recorrer a notas de rodapé ou a acréscimos explicativos no corpo da legenda.

A partir da análise desse produto audiovisual, pretendemos propor princípios norteadores para a legendagem do ponto de vista da tradução. Faremos, inicialmente, uma breve revisão teórica dos conceitos-chave envolvidos: tradução, legendagem, variação linguística e humor, temas-chave deste trabalho. A apresentação da metodologia do trabalho, de sua estruturação e elaboração, assim como do objeto de análise será feita no capítulo 2. Em seguida, apresentaremos a análise do filme no capítulo 3, com a compilação dos trechos e uma classificação das questões encontradas. Finalmente, nas considerações finais apresentaremos os resultados e uma proposta de classificação para o tratamento da questão da variação linguística na legenda.

1 REFERENCIAL TEÓRICO: TRADUÇÃO, LEGENDAGEM, VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E HUMOR

Antes de abordar especificamente a Legendagem, retomamos brevemente a teoria da Tradução, visto que a Legendagem é um dos tipos possíveis de Tradução. Dentre as teorias tradutórias existentes, algumas se adéquam melhor à prática da tradução para legendas, como as teorias funcionalistas.

1.1 Teorias funcionalistas da tradução

Para este trabalho, optei pela abordagem funcionalista para estudar o processo de legendagem, porque ela se opõe às teorias tradicionais da Tradução, que pressupõem, entre outros aspectos, que o sentido do texto original é estável, presente por completo na intenção consciente do autor, não sendo relevante a contribuição do leitor e da cultura de chegada. Tal concepção implica a possibilidade de uma tradução literal e sem interferência do tradutor (BRITTO, 2001). Para essas abordagens tradicionais, existiria apenas uma tradução possível e

“correta”. Seguindo esse raciocínio, não haveria diferença entre a tradução de um texto escrito e do mesmo texto em meio audiovisual, o que qualquer tradutor que legende rapidamente constata ser falso, pois o meio audiovisual tem exigências e limitações bem diferentes do meio escrito. A abordagem funcionalista, por outro lado, leva em conta essas diferenças e considera que um mesmo texto pode receber traduções diferentes conforme as funções que ele deve preencher na língua de chegada.

A *Skopostheorie* ou teoria do escopo, formulada e apresentada sistematicamente pela primeira vez por Hans Josef Vermeer em 1976, propõe que o princípio orientador para qualquer processo tradutório seja o escopo do texto, ou seja, a sua finalidade. Isso significa que ela leva em conta as condições situacionais da tradução (por que e para quem se está traduzindo), além das necessidades e expectativas dos seus receptores (NORD, 2008). Assim, passa-se a considerar que é possível existir mais de uma tradução para o mesmo texto, dependendo da situação comunicacional em que ele está inserido.

Mais tarde, essa teoria serviu de base para que Vermeer e Katharina Reiss elaborassem a teoria funcional da tradução (REISS E VERMEER, 1996), retomada mais recentemente por Christiane Nord. Na abordagem funcionalista, o texto-fonte tem seu *status* alterado. Ele sofre um “destronamento” (NORD, 2008), ou seja, deixa de ser considerado mais importante do que o texto de chegada para o tradutor, que deve decidir como vai traduzi-lo. O texto-fonte é uma “oferta de informação” (REISS E VERMEER, 1996) que se transforma em uma nova oferta de informação na cultura-alvo, a partir dos elementos julgados adequados à finalidade da tradução pelo tradutor, que nada mais é que um dos receptores do texto. Assim, o texto-alvo, mais especificamente, a sua finalidade, e a situação comunicativa em que ele será produzido, têm tanta relevância para o tradutor quanto o texto-fonte.

Contudo, como a situação cultural do texto-alvo pode ser distinta daquela do texto-fonte, o tradutor precisa saber qual será a função que o texto assumirá na cultura-alvo antes de traduzi-lo. Essa situação é definida pela orientação de tradução, estabelecida pelo cliente que encomenda a tradução. Mas, como nem sempre o cliente sabe que precisa definir um escopo para o texto antes de solicitar sua tradução, o tradutor pode optar por seguir a orientação convencional: se for traduzir

um artigo científico, por exemplo, pressuporá que o escopo do texto-alvo seja para especialistas.

A viabilidade da orientação de tradução dependerá das circunstâncias da cultura-alvo, e caberá ao tradutor adequar o texto-fonte a essas circunstâncias e às exigências da orientação de tradução. Aceitar que um texto pode ter mais de uma tradução dependendo do seu escopo pressupõe um conceito dinâmico do sentido; para orientar esse sentido é preciso que se respeitem as regras de coerência intratextual e intertextual (REISS E VERMEER, 1996).

Nord (2008) aponta dois aspectos não abordados naquilo que ela chama de funcionalismo radical: a noção de especificidade cultural dos modelos tradicionais e a relação entre o tradutor e o autor do texto-fonte. Segundo a autora, o funcionalismo tradicional pretende ser uma teoria universal, quando na verdade todo tradutor está condicionado ao seu meio. Ela afirma que o que se espera de uma tradução pode diferir em cada cultura, devendo o tradutor levar em conta essas expectativas devido à sua responsabilidade moral de não enganar o leitor. Essa responsabilidade é o que Nord chama de *lealdade*, uma ligação social entre pessoas, que não deve ser confundida com a *fidelidade*, uma relação entre os textos fonte e alvo.

Ao introduzir o princípio de lealdade, Nord aborda o segundo aspecto não tratado na teoria funcionalista tradicional, ou seja, a importância da relação entre tradutor e autor do texto-fonte, uma vez que a finalidade do texto-alvo deve ser compatível com as intenções do autor do texto-fonte. Sobre a lealdade às expectativas dos receptores, e levando em conta o tipo de tradução em estudo, pode-se pensar na questão dos palavrões nas legendas e sua aceitação ou não pelos espectadores: no Brasil, criou-se uma cultura de que palavrão e linguagem chula fica “feio” na legenda, mesmo que a fala original de um personagem contenha esses elementos. Assim, muitas vezes, o tradutor é obrigado a abrandar a linguagem do original ao transferi-la para a legenda, o que pode ser considerado um erro de tradução por um espectador que tenha algum conhecimento da língua do produto audiovisual; entretanto, dependendo da orientação da produtora, do canal e até do público-alvo, o tradutor pode alterar o nível da língua intencionalmente para melhor se adequar ao que lhe foi solicitado e ao que se espera da legenda.

Por fim, a partir de Vermeer, Nord propõe que se veja a tradução como uma interação intencional, interpessoal e intercultural baseada em um texto-fonte. Por interação, entende-se uma situação que envolva duas ou mais pessoas. Por intencionalidade, entende-se a existência da possibilidade de agir de várias maneiras; assim, uma interação intencional é entendida como uma ação que visa a uma mudança da situação atual (a compreensão por parte daqueles que não entendem a língua). Essa interação é interpessoal, pois envolve várias pessoas: o cliente ou “iniciador” do processo, o tradutor, o autor do texto-fonte, o receptor do texto-alvo e seu usuário. E é interação intercultural por se tratar, mais do que de duas línguas, de duas culturas diferentes.

1.1.1 Fidelidade e equivalência

Um conceito importante ao trabalharmos com tradução é o de *fidelidade*. Para o funcionalismo, a fidelidade é vista como coerência intertextual, o que, conforme já foi dito, tem tanta importância quanto a coerência intratextual. Esta coerência intratextual diz respeito à inteligibilidade do texto e sua adequação à situação comunicativa, ambas percebidas pelo receptor. Já a coerência intertextual ou fidelidade diz respeito à relação entre texto-alvo e texto-fonte, pois é preciso que haja uma ligação entre esses dois textos, independentemente da forma dessa ligação, que dependerá do escopo do texto. Assim, a coerência intertextual ou fidelidade é subordinada à coerência intratextual e ambas são subordinadas ao escopo do texto (cf. NORD, 2008).

No caso específico da legendagem, poderíamos acrescentar ainda mais um tipo de coerência: a coerência entre a imagem e o texto da legenda. Mais do que o esforço para produzir uma tradução que corresponda melhor ao texto-fonte, o tradutor precisa lembrar que o texto da legenda vai aparecer junto a uma imagem, que deve estar relacionada e até mesmo construir o sentido juntamente com o texto.

O conceito de *equivalência* é igualmente importante para este trabalho. Rabadán (1991) afirma que é possível notar claramente duas linhas de abordagem da Tradução, que têm consequências para a noção de equivalência: a visão da tradução como resultado e a visão da tradução como processo. Enquanto a primeira pressupõe uma visão estática da língua como estrutura, a segunda propõe uma concepção mais dinâmica

da língua inserida dentro de um polissistema. A visão estática da língua tem como consequências extremas a conclusão de que as línguas estão ordenadas em compartimentos equivalentes e que cada unidade linguística da língua de partida está em relação isomórfica com outra unidade no sistema da língua de chegada. Segundo essa concepção, a equivalência estaria estabelecida de antemão, sendo possível apenas um equivalente para cada unidade de língua. Em contrapartida, ao se considerar a visão dinâmica da tradução como processo, a equivalência passa a ser vista como uma relação global entre texto-fonte e texto-alvo, e a *aceitabilidade* por parte dos receptores do polissistema meta passa a ser levada em conta também. Trata-se de uma visão histórica e multidisciplinar, que leva em consideração, além do próprio tradutor, a situação espaço-temporal, os condicionamentos sociais e os fatores de recepção para a produção do texto-alvo. Nessa abordagem, a equivalência torna-se, portanto, uma noção funcional-relacional de caráter dinâmico que se constitui como propriedade definitiva de toda tradução. Rabadán faz uma revisão de diversas concepções teóricas da equivalência dentro dessas duas visões de língua, até chegar àquela que consideramos a mais abrangente, a de Toury (1980), que parte de uma abordagem multidisciplinar. Para este autor, é preciso pensar na equivalência segundo os três ramos da disciplina tradutória: teórico, descritivo e aplicado. A interdependência desses três ramos da disciplina evidencia a necessidade de estudos descritivos sistemáticos, que permitam ao ramo teórico fazer formulações válidas baseadas em dados empíricos, além de permitir o fim da clássica separação entre teoria e prática. Rabadán afirma que os dados obtidos nos estudos descritivos são muito mais confiáveis do que qualquer especulação *a priori* carente de base empírica.

Essa afirmativa embasa este capítulo, que busca, a partir da análise descritiva de um produto final, propor uma metodologia de trabalho. Rabadán afirma também que não cabe pensar que um texto-fonte é “inequivalente” a um texto-alvo; deve-se pensar em graus de equivalência, considerando-se um grau superior, aquele que não se pode ultrapassar, e um grau mínimo, abaixo do qual estão as limitações que dão lugar às zonas de inequivalência da Tradução.

Já Reiss (2009) distingue as noções de *equivalência* e *adequação*. Para ela, *adequação* diz respeito à relação entre fim e meios,

e *equivalência*, à relação entre o produto-fonte e o produto-alvo. Nord (2008) afirma que adequação é um conceito dinâmico, definido em relação a uma norma, nesse caso, adequação à orientação de tradução. Já equivalência diz respeito à relação com o escopo definido para o texto, sendo, portanto, um conceito estático, chamado mais especificamente de *equivalência funcional*.

Reiss (2009) aponta dois princípios seguidos pelo tradutor no momento da formulação dos critérios de equivalência: a *seleção* e a *hierarquização*. O princípio de seleção é aplicado quando o tradutor identifica os elementos característicos do texto a ser traduzido, e o princípio de hierarquização diz respeito à ordem de prioridades entre os elementos a serem conservados, já que dificilmente será possível manter todos os elementos na língua-alvo. Segundo a autora, é preciso determinar a função de cada um desses elementos na construção do sentido global do texto, além da função do próprio texto na comunicação.

A noção de equivalência dinâmica responde bem às características da tradução para legendas. Podemos facilmente aplicar os dois princípios de Reiss, *seleção e hierarquização*, ao objeto de análise deste capítulo. Pelo princípio de *seleção*, identificamos como aspectos característicos do filme *Bienvenue chez les ch'tis* os elementos fonológicos, culturais e lexicais que contribuem para a construção do sentido global do texto: a exploração cômica de uma situação de contato entre dois dialetos diferentes do francês, sendo um deles de maior prestígio na sociedade. Contudo, devido às limitações da legendagem, não é possível manter todos os elementos sempre, sendo necessária a aplicação do princípio de *hierarquização* para escolher quais elementos serão mantidos.

1.1.2 Inequivalência e problemas

Ao falarmos sobre equivalência, é inevitável que pensemos também no seu oposto, objeto de preocupação para os tradutores: a inequivalência. Rabadán (1991) trata dessa questão, considerando a inequivalência uma relação funcional-relacional, assim como a própria equivalência, sem realidade concreta, que surge da impossibilidade de submeter todos os traços do texto-fonte aos parâmetros de aceitabilidade

do polo meta. Conforme aponta a autora, do mesmo modo que não existe equivalência absoluta, também não existe inequivalência total (p. 110). Ela divide as limitações de inequivalência em três grandes áreas: a) as de caráter linguístico, b) as de caráter extralinguístico e c) as do tipo ontológico.

Pode-se dizer que as limitações de caráter linguístico são suscetíveis de aparecer em qualquer texto de tradução, independentemente do tipo e do meio. As citadas por Rabadán são: os limites metalinguísticos, a polissemia e a ambiguidade, os jogos de palavras, a oligossemia, a metáfora e a variação (geográfica, diacrônica, social), o foco da análise deste capítulo.

Já as limitações de caráter extralinguístico apontadas pela autora são aquelas causadas pelo meio (em que se tem a chamada tradução subordinada) e pelas áreas de conhecimento *overt*, que a autora define como os vazios referenciais. Este capítulo lida com um tipo de tradução subordinada, limitada pelo meio. E o último tipo de inequivalência citado pela autora diz respeito aos limites do conhecimento humano, uma limitação de caráter subjetivo e universal; em outras palavras, a ignorância do tradutor.

Correlacionada a essa reflexão sobre a inequivalência está a reflexão sobre os problemas de tradução, proposta por Nord (2008). A autora diferencia a noção de problema daquela de dificuldade de tradução, cuja natureza é subjetiva, pois resulta da falta de competência linguística, cultural ou tradutória do tradutor, podendo variar de um profissional para outro. Em contrapartida, os problemas de tradução, de natureza objetiva, constituem um obstáculo a ser transposto sempre que aparecem em um texto. Nord os classifica como pragmáticos, culturais, linguísticos ou próprios do texto a ser traduzido.

Os problemas pragmáticos dizem respeito aos fatores extratextuais (emissor, receptor, suporte, tempo, lugar, motivação, função do texto), quando a situação-fonte e a situação-alvo não correspondem uma à outra. Na legendagem, esse tipo de problema não ocorre com tanta frequência, se virmos a legenda como apenas um dos elementos de um produto final completo e, portanto, inalterável: mesmo que a legenda tente mudar ou mascarar algo presente na linguagem, a imagem correspondente não pode ser alterada.

Os problemas culturais decorrem das diferenças entre normas e convenções comportamentais das duas culturas. Isso também ocorre na legendagem, pois nem sempre o tradutor audiovisual consegue resolver bem essa questão; é o caso, por exemplo, dos costumes típicos de determinado país, já que o tradutor não pode recorrer às notas de rodapé e acaba tendo de confiar no conhecimento prévio do telespectador em relação ao programa a que está assistindo. Aqui entra em jogo outra questão particular à Tradução Audiovisual: um filme, por exemplo, além de ser um produto acabado e inalterável, é quase sempre feito para ser levado ao mundo todo; então, muitas vezes pode ser escolha do diretor/autor do filme acrescentar uma explicação cultural no começo do filme, ou até mesmo inserir explicações nos diálogos dos personagens. Outras vezes, a distribuidora do filme pode incluir explicações adicionais nos paratextos, como a sinopse do filme na capa do DVD, o cartaz, entre outros. Se nenhum dos dois tomar essa providência, o tradutor fica sem muitos recursos para esclarecer melhor a situação para o telespectador, já que não tem como incluir informações novas no produto final e tampouco tem poder de decisão com relação aos paratextos.

Os problemas linguísticos provêm de diferenças estruturais no vocabulário e na sintaxe das duas línguas. Para a legendagem, talvez o problema linguístico mais intimidante seja a falta de correspondente para uma expressão na língua-alvo. A paráfrase, recurso ao qual o tradutor pode recorrer no caso da tradução de texto escrito, pode não caber no tempo e espaço correspondente à legenda, exigindo do tradutor um esforço de síntese ou uma reformulação completa da frase.

Os problemas próprios do texto a ser traduzido citados por Nord são as figuras de retórica, os neologismos e os jogos de palavras. Também representam um problema para a legendagem e exigem do tradutor o mesmo esforço e criatividade exigidos por uma tradução de texto escrito.

Assim como Rabadán considera a variação um fator de inequivalência, podemos considerá-la também um problema de tradução, na medida em que ela amplifica ainda mais todos os limites técnicos impostos pela legendagem, uma vez que é representada na fala dos personagens através de uma série complexa de elementos, que dificilmente poderão ser reproduzidos integralmente nas legendas, devido aos princípios de legibilidade, sincronia e pertinência. Assim, podemos considerar a variação como um problema ao mesmo tempo

linguístico e cultural. Linguístico porque cada língua apresenta dialetos diferentes, que (provavelmente) não terão equivalentes na língua de chegada. Cultural porque, mais do que uma relação entre línguas, trata-se de uma relação entre culturas; de fato, além dos elementos fonológicos e lexicais, um dialeto encerra também elementos implícitos, como juízo de valor ou prestígio atribuído pelos falantes da língua. Pode-se dizer que a variação multiplica os elementos que devem aparecer na tradução, representando uma dificuldade maior para a legendagem do que para o texto escrito, pois o meio audiovisual, por definição, deve diminuir, condensar os elementos presentes.

1.1.3 Unidades de tradução

Conceito basilar para o entendimento do processo de tradução, a unidade de tradução, na abordagem funcionalista (NORD, 2008), é definida como vertical: o texto é uma hiperunidade que possui unidades funcionais que poderão se realizar sob formas linguísticas ou não linguísticas em qualquer lugar do texto, sendo a função uma unidade vertical que reúne os elementos presentes ao longo de todo o texto.

Em Tradução Audiovisual, é difícil falar de uma “unidade vertical”, uma vez que não trabalhamos apenas com o texto escrito sobre uma folha. Penso que, na legendagem, a unidade de tradução passa a abarcar também a imagem correspondente a determinado ponto de fala. Muitas vezes, o que não pode ser dito na legenda por falta de espaço pode ser inferido a partir da imagem e do som, reforçando a ideia de que os três – imagem, som e texto – formam a unidade nesse caso. Mais do que isso, podemos pensar que é a marcação de tempo (ou *timing*) que vai dividir o conjunto em várias unidades, pois, na legendagem, é preciso que cada legenda tenha um sentido completo ou ao menos a ancoragem necessária para passar para a próxima legenda, pois são muitas informações para o cérebro humano processar ao mesmo tempo (imagem, som, texto escrito na tela). Na legendagem, portanto, a delimitação das unidades de tradução não poderá ser tão “livre”, pois a tradução está rigorosamente dividida conforme o tempo e a limitação do espaço impostos pelo produto original. Além disso, muitas vezes, não é o tradutor que estabelece o *timing*: ele recebe da produtora um arquivo com o *timing* já definido, no qual ele deve encaixar a tradução,

respeitando os limites de tempo e de caracteres já prontos. Isso cria uma dificuldade maior e torna a legendagem um tipo de tradução ainda mais singular: se consideramos que o *timing* vai definir a divisão das unidades de tradução e que ele não é feito pelo tradutor, então este último deverá trabalhar com as unidades de tradução já divididas, perdendo um pouco da autonomia em seu trabalho.

1.2 Tradução audiovisual: legendagem

Esperamos ter deixado claro, pelo que vimos até agora, o quanto a tradução para legendas – um tipo de Tradução Audiovisual – difere da tradução de textos escritos.

Rabadán (1991) aponta como um dos fatores de inequivalência tradutória as limitações extralinguísticas geradas pelo meio, em que estão incluídas todas as modalidades de transferência interpolissistêmica em que intervêm outros códigos além do linguístico. É a chamada tradução subordinada, pois o código linguístico está subordinado aos outros códigos. Nessa categoria de tradução subordinada, inclui-se o que a autora chama de tradução no cinema, onde entram a legendagem e a dublagem, consideradas o caso mais complexo de tradução subordinada. Embora saibamos que a Tradução Audiovisual abarca outras possibilidades além da tradução para o cinema, a autora faz algumas observações interessantes sobre essa questão, extremamente relevantes para o objeto de estudo deste trabalho.

Rabadán (1991) discorre sobre a linguagem específica desse tipo de produto, a linguagem cinematográfica, formada pela união de dois códigos: imagem e som. Cada um dos dois códigos é decomposto em diversos elementos: a imagem é formada por planos, ângulos, ritmo, cor etc., e o som é formado por três faixas diferenciadas, o ruído, a música e a palavra. Os dois códigos são interdependentes; entretanto, o que ganha mais destaque é a sucessão de imagens, por compor um código universal, ao passo que o som, ou texto falado (palavra) tem um conteúdo restrito. A sincronia perfeita entre imagem e som é um fator fundamental da linguagem cinematográfica, que exige estratégias diferentes da tradução de texto escrito, pois é o suporte não verbal que guiará e determinará o trabalho do tradutor, com suas limitações de tempo, espaço e velocidade.

Albir (2001) segue a mesma linha de Rabadán e classifica a legendagem como uma *modalidade de tradução*, definindo-a como o tipo de Tradução Audiovisual na qual o código visual permanece invariável, sendo traduzido o código linguístico. Contudo, a tradução desse código linguístico está condicionada pelos outros códigos e por isso é classificada por Albir como *modo tradutor subordinado e complexo*, pois o meio muda em relação ao original.

Carvalho (2005) recorre a Gottlieb (1994) para delimitar seu objeto: este define a legendagem como uma *tradução diagonal*, justamente devido a essa mudança de meio, do oral para o escrito:

	Língua-Fonte	Língua-Meta
Código Oral	ÁUDIO	
Código Escrito		LEGENDAS

Figura 1 – A Tradução diagonal. Fonte: CARVALHO, 2005

Outro ponto importante a ser destacado nesse tipo de tradução é a composição semiótica do meio audiovisual. Para Gottlieb (1998 apud NOBRE, 2002), o tradutor de audiovisual deve considerar quatro canais: o canal auditivo verbal (diálogos, vozes em segundo plano e letras de canções); o canal auditivo não verbal (música, sons naturais, efeitos sonoros); o canal visual verbal (créditos, letreiros, cartazes, manchetes de jornal e outros textos escritos que apareçam na tela) e o canal visual não verbal (imagens).

Díaz Cintas (2008) define a legendagem como uma prática tradutória que consiste em apresentar, em geral na parte inferior da tela, um texto escrito que restitua: o diálogo original dos locutores, quer eles apareçam na tela ou não; os elementos discursivos que aparecem na imagem (cartas, placas, telas de computador etc.) e outros elementos discursivos que fazem parte da trilha sonora, como canções e vozes saindo de televisões e rádios etc.

Franco & Araújo (2011) recorrem a Díaz Cintas (2005), que limita o meio audiovisual a todos os espaços onde há um sinal acústico e um sinal visual, e reduzem as modalidades de Tradução Audiovisual a: legendagem para ouvintes, legendagem para surdos e ensurdecidos, legendagem eletrônica ou *surtitling*, dublagem, *voice-over* e

audiodescrição. Segundo essa taxonomia, esse trabalho se encaixa na categoria de legendagem para ouvintes. Podemos dizer, então, considerando essas duas últimas propostas de classificação, que este trabalho aborda a legendagem interlinguística para ouvintes.

Restam ainda alguns esclarecimentos terminológicos com relação ao tradutor. No Brasil, ao contrário do que acontece na Europa, o tradutor geralmente não é responsável por todo o processo de legendagem; outro profissional é encarregado de introduzir as legendas na fita. Por isso, Alvarenga (1998) propôs que se chamasse o processo de tradução de *legendação*, e o processo como um todo de *legendagem*. Do mesmo modo, propõe que o tradutor seja chamado de *legendista*, e o profissional que faz a gravação das legendas, de *legendador* (ARAÚJO, 2006), terminologia que adotamos neste trabalho.

1.2.1 Aspectos técnicos

Conforme já dissemos, a legendagem implica algumas limitações específicas de ordem técnica. Dentre as condições impostas pelos outros códigos linguísticos, Albir (2001) destaca a sincronização e o limite de caracteres, que exigem do tradutor o que ela chama de “esforço de síntese”. Carvalho (2005) acrescenta que elas “afetam sensivelmente as soluções tradutórias e levam à produção de textos traduzidos muito diferentes entre si”.

Gambier (2004) aponta três problemas cruciais com os quais se depara o tradutor no âmbito audiovisual: a relação entre imagem, sons e falas, a relação entre língua de partida e língua de chegada, e a relação entre código oral e código escrito. O autor indica também alguns princípios orientadores para a Tradução Audiovisual, que retomo conforme sua relevância apenas para a legendagem: a *acessibilidade*, definida pelas escolhas linguísticas; a *legibilidade*, definida como caracteres tipográficos, rapidez das legendas etc.; a *sincronia*, harmonia e correspondência entre falas e legendas; a *pertinência*, ou volume de informação a ser dada e/ou omitida para facilitar a compreensão; a *estranheza*, compreendida em termos culturais, relativa a questões de adaptação à cultura-alvo.

O princípio de legibilidade define um fator frequentemente ignorado pelos legendistas amadores: o tempo médio de caracteres por

segundo que um ser humano consegue ler. No Brasil, foi fixado o máximo de 15 caracteres por segundo. Isso significa que uma legenda com 30 caracteres, por exemplo, precisa aparecer por, pelo menos, 2 segundos na tela. A legibilidade também é o que influencia as limitações de caracteres por linha em cada legenda: para o cinema, o limite é maior (40 caracteres), porque o espaço físico é maior; para o DVD, o limite é de 36 caracteres por linha e o menor limite é na televisão (entre 32 e 34 caracteres por linha). O não cumprimento dessas limitações gera um desconforto para o espectador: ele não consegue ler a legenda a tempo, o que faz com que ele não compreenda parte do texto, e deixa incompleta a tarefa do tradutor. Isso demonstra a importância desse e de todos os outros princípios citados, que devem ser somados aos elementos implicados em qualquer tradução de texto escrito, o que torna a legendagem um novo tipo de tradução com consequências diferentes e que exige novas estratégias de trabalho do tradutor.

Para deixar mais claro em que implicam essas limitações técnicas da legendagem, podemos tomar como exemplo um trecho do filme que analisamos:

17	Le tchu? C'est terrible quand vous parlez. Vous ne voulez pas qu'on montre votre mâchoire à un médecin ?	A bunda? Está horrível quando você fala. Você não quer mostrar o queixo a um médico?	Deveria ir mostrar o queixo a um médico.
----	--	--	--

Quadro 1 – Aspectos técnicos (i)

No trecho apresentado no quadro 1, podemos ver uma demonstração da necessidade de condensação exigida pela legenda. Na segunda coluna, apresentamos uma tradução integral (de todas as palavras) do áudio e, na terceira, transcrevemos a legenda como aparece no DVD. Na legenda 17, a tradução integral do trecho possui 84 caracteres com espaço, o que significa, considerando o limite costumeiro de 15 caracteres por segundo, que essa legenda deveria ficar pouco mais de 5 segundos e meio na tela. Quando trabalhamos com legendagem, e passamos a lidar com milésimos de segundo, um tempo como esse é um tempo enorme, e, ainda mais em uma comédia, cujos diálogos são geralmente rápidos, dificilmente um tempo desse tamanho é preenchido

com tão poucas palavras. O resultado é o que vemos na legenda do DVD: é preciso inevitavelmente cortar partes da frase para que o espectador consiga ler a legenda ao mesmo tempo em que a fala é dita. O texto da legenda 17 ficou, então, com 39 caracteres com espaço, reduzindo em mais da metade o tempo necessário para que a legenda seja lida. O quadro 2 apresenta os dados acima comentados, para melhor visualização:

17	84 caracteres = 5 segundos e meio	39 caracteres = 2 segundos e meio
----	---	---

Quadro 2 – Aspectos Técnicos (ii)

Eis, então, o porquê de muitas vezes não aparecer na legenda tudo o que o personagem disse, ou exatamente o que ele disse. Não se trata de ignorância do tradutor ou preguiça, trata-se do limite temporal de leitura e de processamento por um ser humano. Quando faltam muitas falas na legenda, possivelmente a falta não é do tradutor, mas do ritmo das falas do filme, que é muito rápido.

1.2.2 Considerações sobre a legendagem

Um dos primeiros artigos escritos sobre legendagem, também retomado por Rabadán, com o curioso título de *Les sous-titres... un mal nécessaire* [Legendagem: um mal necessário] (MARLEAU, 1982), já ressaltava alguns dos problemas acarretados pela legendagem. Apesar de um tanto pessimistas, as observações feitas por Marleau são pertinentes. Ele lista quatro tipos de problemas criados pela inserção de legendas em filmes para o cinema: os problemas técnicos, os problemas fisiológicos, os problemas psicológicos e os problemas artísticos e estéticos.

Os problemas técnicos são aqueles sempre citados, referentes ao tempo e ao espaço destinados à legenda. Marleau cita também alguns imprevistos mais específicos, como os casos em que a legenda acaba ficando da mesma cor do fundo da imagem na tela, o que a torna impossível de ser lida; ele salienta que isso se deve ao fato de que o filme não foi pensado para ser legendado, não foi feito levando em conta as legendas. Outra observação feita pelo ator diz respeito à fragmentação

dos diálogos, necessária nas legendas, e que ele chama de “aberração”, pois dificulta ainda mais a compreensão. Isso leva aos problemas fisiológicos, decorrentes do fato de que o tempo de leitura visual de um texto escrito é maior do que o tempo de percepção auditiva do mesmo texto dito em voz alta; assim, o tamanho do texto na legenda é limitado pela duração do esforço visual e cerebral que o espectador consegue fazer para ler a legenda. Consequentemente, surge o terceiro tipo de problema, o psicológico, pois, segundo Marleau, o esforço exigido do espectador para apreender imagens, sons e legenda ao mesmo tempo acaba privando-o do prazer de assistir a um filme; a noção de entretenimento descompromissado fica prejudicada. E, por último, há os problemas artísticos e estéticos, que concernem à interpretação do filme; para Marleau, a palavra dita no filme só ganha valor completo em conjunto com a interpretação feita pelo autor, interpretação que a palavra meramente escrita na legenda jamais poderá substituir. Apesar de apontar todos esses problemas, o autor conclui o texto afirmando que a legendagem é “um mal necessário” para todos os cinéfilos que não entendem a língua do filme, mas querem mesmo assim ficar próximos do original.

Todos esses problemas apontados por Marleau são reais; porém, conforme ele mesmo afirma, não devem impedir que se legende ou que se assista a programas legendados; prova disso é o mercado de produtos legendados que continua em plena atividade desde 1982, ano em que ele escreveu seu artigo. Além disso, a constatação de tantos problemas mostra apenas que, como todo tipo de tradução, a legendagem tem seus desafios e suas perdas, assim como também tem suas vantagens e particularidades. Cabe a nós, pesquisadores e tradutores, trabalharmos para vencer os desafios e para lidar com as perdas da melhor maneira possível.

1.3 Variação linguística

Como o ponto central dos problemas de tradução analisados neste trabalho é a variação linguística, retomamos agora algumas questões sobre esse tema. Para tanto, recorreremos a outras disciplinas além dos estudos tradutórios.

Em Dialetoлогия, a classificação frequentemente retomada é aquela adotada por Coseriu (1980; 1982), que considera a língua como um diassistema. Para ele, a unidade padrão de língua é abstrata: assim, todos falam *um* português, correspondente à sua posição no diassistema. O português, é chamado de língua histórica. Já a língua falada no presente, em uma abordagem sincrônica, ele divide em três tipos de unidades diferentes, podendo ocorrer mais de uma unidade de cada tipo: *sintópicas*, ou dialetos, *sintráticas* ou níveis de língua, e *sinfásicas* ou estilos de línguas. Essas unidades se formam devido a diferenças *diatópicas*, referentes ao espaço geográfico, *diastráticas*, referentes ao estrato social, e *diafásicas*, referentes à modalidade expressiva. Uma língua sintópica, sintrática e sinfásica, ou seja, um ponto do diassistema, é chamada por Coseriu de língua funcional.

Apesar de essa classificação ser amplamente difundida na Dialetoлогия e em outras áreas, os estudiosos da Tradução costumam utilizar outros tipos de classificação, muitas vezes mais confusas (cf. ALBIR, 2001). Essa dificuldade de classificação é observada por Elefante (2004), ao analisar a divisão utilizada frequentemente na língua francesa, em que as palavras *registro* e *nível* são empregadas indiferentemente, sem a exatidão proposta por Coseriu, por exemplo. Segundo Elefante, a classificação é feita de forma difusa já nos dicionários de francês, pois não se distingue classificação diastrática e classificação diafásica. A presença desse tipo de incongruência nos dicionários pode explicar a dificuldade de algumas áreas em adotar uma classificação mais funcional.

Um ramo da Dialetoлогия que contribui também com conceitos interessantes para o tradutor é a Dialetoлогия Pluridimensional. Ela difere da Dialetoлогия tradicional ou Monodimensional por levar em conta informantes de diferentes tipos; em outras palavras, ela abrange outras variáveis (cf. THUN, 2010), que podem ser consideradas pelo tradutor ao analisar um texto a ser traduzido: a dimensão diageracional, relativa à faixa etária do falante, a dimensão diagenérica ou diasssexual, relativa ao sexo, e a dimensão dia-referencial (“metalíngua”; quando um falante explica o que significa ou como se diz alguma palavra ou conceito).

Se o tradutor considerar que todas essas variáveis exercem influência sobre a fala de um personagem, por exemplo, a tarefa tradutória torna-se ainda mais complexa: uma criança tem a fala diferente de um adulto, uma mulher tem a fala diferente de um homem. Isso tudo

considerado em correlação com as outras variáveis que já apresentamos, a diatópica, a diastrática e a diafásica.

A partir dos conceitos apresentados até agora, podemos definir dois eixos principais de análise da variação linguística: o eixo horizontal, referente à variedade geográfica/diaeto, e o eixo vertical, referente à variedade social, conforme a figura:

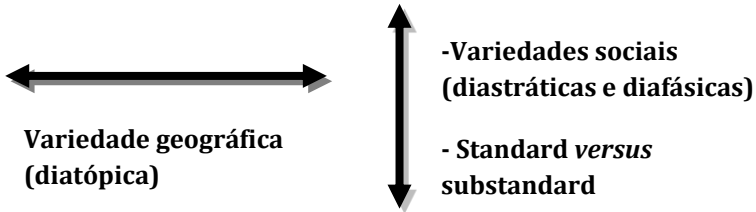


Figura 2 – Eixos de análise da variação linguística

Ambos estão presentes em maior ou menor medida em qualquer produto audiovisual, uma vez que a variação é inerente à realização concreta de qualquer língua, ou seja, a realização de uma língua implica variação. Dentro dessa perspectiva, cabe ressaltar que o objeto de análise deste trabalho não foge à regra: apresenta, igualmente, tanto variedade geográfica quanto variedades sociais. O que ocorre é que a situação de contato entre as variedades geográficas está em evidência, por diferentes motivos que serão abordados ao longo deste trabalho.

Dentre os estudiosos da Tradução que fazem uma revisão teórica da variação e propõem uma classificação, destacamos Albir (2001), que parte de Hatim e Mason (1990) e divide a variação em dois tipos: variação linguística de uso e variação linguística de usuário. O primeiro abarca a variação conforme o campo (atividade profissional – textos especializados), o modo (meio material – texto lido ou falado) e o tom (relação entre emissor e receptor – vulgar, informal, formal, solene); o segundo, a variação geográfica, a temporal, a social, a *standard* (ou não *standard*), e o idioleto. Albir denomina todas as variações do primeiro tipo, de uso, como variações de *registro*, e todas as variações do segundo tipo como variações de *dialetos*.

A principal diferença, porém, entre a classificação de Albir e a de Coseriu é o fato de Albir reunir sob o rótulo de *dialeto* tanto as variedades geográficas quanto as sociais. Para Coseriu, somente as

variedades geográficas devem ser chamadas de dialetos, sendo as sociais chamadas de níveis de língua. Ele argumenta que apenas variedades geográficas são sistemas completos, o que justifica o fato de um falante não conseguir falar uma variedade geográfica diferente da sua. De qualquer modo, para este capítulo está claro que a classificação relevante é a de variedade diatópica ou dialeto, referente ao ch'ti presente no filme, cujas legendas serão analisadas.

Além das diferenças de classificação, o texto de Albir traz algumas ponderações, obviamente não consideradas por Coseriu, que dizem respeito às soluções tradutórias para os problemas gerados pela variação. A autora cita algumas soluções em geral preconizadas: a solução limitada, sugerida por alguns, das aspas com o acréscimo “dito em dialeto”; também lembra a adaptação a dialetos próprios da língua de chegada. Podemos lembrar aqui também um tipo de solução proposta por Garcez (1999), que afirma que o tradutor não precisa indicar a variação linguística nos mesmos lugares e da mesma forma, mas deve manter o efeito comunicativo. Nenhuma dessas soluções, entretanto, é possível na legendagem: incluir uma nova informação, não dita pelos personagens, como “dito em dialeto”, em um espaço de tempo e caracteres limitado, está fora de cogitação; a solução de Garcez, trabalhar com a compensação em outro momento, também parece complicada na legendagem já que o texto está ligado a uma imagem e som que não podem ser mudados de lugar. E a solução de adaptar a dialetos já existentes na língua de chegada, muitas vezes adotada atualmente na legendagem, pode não ser a melhor por diversos fatores. Em primeiro lugar, conforme a própria Albir aponta, é preciso ter em mente a verossimilhança da tradução, de modo a não causar estranheza ou criar artificialidades; isso se torna difícil porque, em segundo lugar, é evidente para o espectador que o filme legendado é um produto estrangeiro porque ele ouve os diálogos originais (PETTIT, 2004): é estranho ler uma legenda com indicações de um sotaque mineiro, por exemplo, em um filme que se passa no oeste dos Estados Unidos. E em terceiro lugar, conforme Albir também afirma, cada língua possui a sua especificidade dialetal, algumas com mais dialetos, e outras, com menos. Supor que haja dialetos equivalentes em duas línguas seria o mesmo que voltar às teorias tradicionais da Tradução e acreditar no isomorfismo entre as línguas.

É justamente por tudo isso que Rabadán (1991) trata da variação ao abordar a questão das inequivalências tradutórias. Ela inclui nos limites de caráter linguístico as variações intralinguísticas, que divide em variedades geográficas, diacrônicas e sociais. Para as variedades geográficas, a autora arrola duas possibilidades de ocorrência: textos escritos totalmente em dialeto e textos escritos parcialmente em dialeto, quando este último tem a função de caracterizar social ou geograficamente determinados personagens. Uma observação interessante que ela faz é sobre os textos escritos totalmente em dialeto: para a autora, em termos de tradução, eles se comportam como e se comparam a qualquer texto em língua *standard*, pois obviamente seu autor considerava seu dialeto como forma *standard*, adaptando sua obra a ele. Tomado ao pé da letra, isso tem, na prática, consequências até então impensadas, em minha opinião, pelos tradutores.

Concluindo, esta seção, situemos a variação linguística presente no objeto de análise deste trabalho: a rigor, são duas as variedades presentes no filme *A Riviera não é aqui*. Na classificação de Albir, essas duas variedades dizem respeito ao usuário da língua e são diferenciadas de acordo com o espaço geográfico. Pela terminologia de Coseriu, essas duas variedades são diferenciadas dentro da dimensão diatópica da língua. São elas: o francês falado no extremo sul da França e o falado no extremo norte da França. Na prática, nenhuma dessas duas variedades é o francês padrão. Porém, sabemos que o “padrão” pode ser considerado uma abstração, na medida em que pressupõe um enfoque normatizador da língua. Isso implica também que, em qualquer língua, quem fala dentro do “padrão”, o “correto” acaba sendo visto com mais prestígio pelos outros falantes da língua. Assim, ao constatarmos que uma das duas variedades presentes no filme, a do norte, o ch’ti, carrega um estigma maior do que a do sul, que possui mais prestígio, acreditamos que é seguro dizer que esta última está muito mais próxima do padrão (pelo menos segundo a visão dos próprios falantes) do que a primeira. Essa é, inclusive, a premissa do humor do filme e do preconceito que sofrem os habitantes do norte: ninguém do resto da França entende o que eles falam porque eles estão muito distantes do padrão.

1.4 Humor

Como o objeto de estudo deste trabalho é uma comédia, julgamos igualmente interessante revisar algumas questões sobre o humor. Primeiramente, cabe notar que o humor só tem valor se o receptor o percebe como tal (cf. BRISSET, 2011). Entretanto, vemos o quanto a percepção do receptor pode ser comprometida quando nos damos conta de que o humor é um fenômeno universal, mas que se encontra ao mesmo tempo limitado a fronteiras culturais e linguísticas (TEJERINA, 2012). Essa limitação é uma das grandes dificuldades da tradução do humor, fenômeno ligado a questões linguísticas e culturais que acabam exigindo adaptações por parte do tradutor.

Tejerina postula três noções básicas do humor: a) todo texto humorístico se baseia no efeito perlocutório e seu propósito principal é provocar o riso; b) o humor pode fazer uso da própria linguagem como recurso de hilaridade; c) o humor tem um caráter subversivo e transgressor.

A mesma autora ressalta ainda que a ideia de que o humor não pode ser traduzido faz parte de um enfoque prescritivista da Tradução; para ela, o humor pode, sim, ser traduzido, desde que se considere que a prioridade da tradução seja transmitir o mesmo efeito. Isso se encaixa na perspectiva funcionalista explicitada anteriormente, pois geralmente uma tradução literal não dá conta de uma piada ao ser transposta para a cultura de chegada; é necessária uma adaptação, e, para isso, é preciso considerar o escopo, a função do texto de chegada. Infelizmente, a busca pelo mesmo efeito de sentido não é frequente nas traduções para legendas. No filme que é objeto de análise deste trabalho, por exemplo, temos algumas vezes a sensação de que o espectador brasileiro “perdeu a piada”: uma cena cômica, que faz uso de jogo de palavras, ao ser transposta para o português, talvez pela dificuldade de tradução desse tipo de inequivalência, acaba perdendo o traço cômico e deixa de provocar o riso.

Tejerina cita justamente os jogos de palavras como um recurso frequente do humor. No filme que analisamos, esse recurso é bastante utilizado, porém sempre dentro da perspectiva da variação linguística. Na verdade, todo o humor do filme é baseado na situação de contato de duas variedades geográficas francesas e nos mal-entendidos gerados por

essa situação. Isso se deve à questão do prestígio e do estigma ligados a determinados dialetos. Considerando a proposta de Coseriu, o que está num ponto baixo do diassistema geralmente é tido como mais engraçado ou caricato. A relevância de se considerar a língua como diassistema então se justifica, pois, bem mais do que ligado à região geográfica, o dialeto “caipira” também tem ligação com um estrato social. O mesmo vale para o dialeto considerado no objeto de estudo deste trabalho; o cômico do dialeto ch’i, na verdade, está ligado a um preconceito.

Além dos obstáculos habituais que a tradução do humor impõe, cabe lembrar novamente que estamos aqui falando de Tradução Audiovisual.

2 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Para analisar a questão da variação linguística no filme nos debruçamos apenas sobre as situações de contato do personagem do sul da França com os habitantes do norte. Esse contato ocorre 20 minutos após o início do filme, quando Philippe chega ao norte, e se estende até o final, com exceção de alguns breves trechos em que ele volta para o sul para visitar sua esposa. A partir disso, delimitamos os trechos em que ocorre variação no original, os recursos utilizados pelo tradutor para tornar visível para o espectador a variação linguística e os trechos em que percebemos problemas na legenda. Esse levantamento originou uma classificação dos problemas, classificados primeiramente em dois tipos: 1) problemas de tradução (NORD, 2008), que representam um problema inerente ao texto-fonte e serão um obstáculo em qualquer língua; e 2) falhas encontradas na legenda pronta, que dizem respeito à tradução e, portanto, ao resultado e às decisões tomadas pelo legendista.

Por fim, a partir do observado na Análise, apresentamos uma proposta metodológica para o tratamento da variação linguística em legendas³.

³ O realce cinza representa as falas dos personagens do sul. As legendas são apresentadas com a transcrição do áudio: a célula à esquerda indica a do áudio original; a célula à direita equivale a uma legenda. O travessão, tanto nas legendas quanto na transcrição, é representado por “—”, e não por “_”, sem espaço à direita, conforme o padrão das legendas. Conforme padrão em alguns programas de legendagem, quando apenas um personagem fala, a quebra de linha é representada por “/”.

Passamos, a seguir, para a apresentação dos problemas de tradução encontrados no filme.

2.1 Problemas de tradução

Os problemas de tradução são aqueles que o tradutor deve identificar antes de começar a traduzir, pois são inerentes ao texto-fonte. No filme *A Riviera não é aqui*, temos primeiramente a presença da variação intralingüística, que constitui um problema sempre que houver uma situação de contato entre duas variedades (no caso do filme em questão, variedades geográficas ou dialetos). Na variedade, os seguintes itens podem encerrar problemas de tradução: 1) elementos fonológicos; 2) elementos lexicais; 3) jogos de palavras; 4) expressões idiomáticas; 5) elementos culturais e 6) metalinguagem.

A seguir, apresentaremos alguns exemplos de cada um desses problemas no filme que analisamos.

2.1.1 Elementos fonológicos

Os elementos fonológicos dizem respeito à pronúncia diferenciada de certos fonemas no dialeto ch'ti com relação ao francês padrão, o que gera diversos mal-entendidos entre os personagens: em alguns momentos, geram incompreensão e, em outros, a alteração fonética gera outra palavra. Estes últimos estão classificados na categoria “jogos de palavras”.

O quadro 3 representa a variação fonológica do ch'ti em relação ao francês padrão e exemplos de palavras em que ela ocorre.

5	-M. Bailleul ? -Oui, ch'est mi.	-Sr. Bailleul? -Sim, shou eu.
3	Oh mon dieu! Ça va? Vous n'êtes pas mort?	Meu Deus! Você está bem?/ Você está morto?

Fonema no francês padrão	Fonema em ch'ti	Ocorrências (padrão → ch'ti)
[a]	[o]	livret A → livret O [caderneta de poupança]
[wa]	[i]	voir → vir [ver] moi → mi [mim] toi → ti [ti]
[e]	[o]	avez → avoz [tem] goutez → goutoz [prove]
[ɛ]	[o]	voudrait → voudraut [gostaria]
[s]	[ʃ]	sien → shien [seu]
[ʃ]	[k]	bouche → bouque [boca]
[o]	[io]	beau → biau [belo]

Quadro 3 – Variação fonológica do ch'ti

A seguir, a transcrição de alguns trechos em que ocorre essa variação, seguida da transcrição das legendas do DVD. As palavras com pronúncia diferenciada estão em **negrito** e *itálico* na transcrição do original. Como as legendas estão reproduzidas aqui exatamente como aparecem no DVD, não recebem nenhuma marca nas palavras com pronúncia diferenciada.

5	-M. Bailleul? -Oui, ch' est <i>mi</i> ⁴	-Sr. Bailleul? -Sim, shou eu.
115	Goutoz avant d'en dire du mal.	Prove, antesh/ de falar mal.
216	Je suis fort content de vir entre quat'yeux celui qui va s'occuper de mon compte en banque.	Eshtou feliz em ver/ o reshponsável por minha conta.

As legendas indicam que o tradutor optou por conservar nas legendas apenas uma das variações fonológicas do ch'ti: a variação de [s] para [ʃ]. Isso significa que a solução tradutória por que opta o tradutor é a criação pontual de um dialeto artificial em português, que corresponde ao dialeto ch'ti. Esta é, em geral, a solução a que recorrem os tradutores para dar conta da variação linguística.

Nas legendas 5, 115 e 216, podemos observar que há palavras que apresentam outros tipos de variação fonológica (*mi*, *goutoz*, *vir*) não

⁴ As palavras em ch'ti são representadas em **negrito** e *itálico*.

representadas nas legendas. Essa omissão pode ser considerada um exemplo da aplicação do princípio de hierarquização de Reiss (2009): por não ser possível manter tais quais todas as variações fonológicas do original, o tradutor optou por apenas uma, julgando provavelmente que assim já seria possível atingir o sentido global, ou seja, o fato de que se trata de uma variedade diferente da língua padrão. Para tanto, o tradutor procurou representar, mesmo nessas legendas com outros tipos de variações fonológicas, a variação fonológica escolhida para representar o ch'ti em português, como se vê nesses exemplos.

2.1.2 Elementos lexicais

Nessa categoria estão incluídas as legendas que apresentam o léxico diferenciado do dialeto ch'ti. A utilização de palavras que não estão no dicionário, além de palavras com significado diferente daquele consagrado é outra fonte de mal-entendidos no enredo e, portanto, também um recurso de humor.

Esse léxico diferenciado representa um grande problema para o tradutor justamente porque não existe um equivalente ao ch'ti em nenhuma outra língua, devido à ausência de isomorfismo entre as línguas, ou seja, não existem dialetos correspondentes em nenhum par de línguas.

A seguir, legendas com palavras no dialeto ch'ti e não dicionarizadas⁵.

16	Non, j'ai mal à la tchu , ch'est tout. Je shuis tombé shur la tchu , quoi.	Não, o queixo está bom.
18	Non, ch'est bon j'ai rien, vindiousse!	Não, estou bem.
132	Ch'est de l'faluche à l'cassonade. Vous n'avez presque rien mangé.	É o bolo com açúcar mashcavo./ Não comeu.

Na legenda 16, a palavra *tchu* corresponde, no francês padrão, a *cul* [bunda]. Na 18, *vindiousse* corresponde a *Mon dieu!* [Meu Deus!] e,

⁵O dicionário de referência é TLFi. DENDIEN, Jacques. *Le trésor de la langue française informatisé*. Disponível em: <<http://atilf.atilf.fr/>>. Acesso em novembro de 2012.

na 132, *faluche* corresponde, conforme o *Glossaire de Ch'ti*⁶, a *galette*, um tipo de bolo.

Podemos observar que o tradutor recorreu, nas legendas acima, às seguintes soluções tradutórias: ou à marca fonológica, para indicar de outra forma que se trata de uma fala em dialeto (legenda 132); ou à omissão, quando nenhuma indicação de léxico diferenciado foi apresentada na legenda (nas legendas 16, 18).

O ch'ti também comporta algumas palavras registradas no dicionário que, portanto, existem no francês padrão, mas apresentam um deslizamento de sentido nesse dialeto:

229	Je shuis pas venu ici pour <i>braire</i> , mais si vous pouviez me faire une petite avance.	Não quero abusar, mas preshiso/ de um adiantamento.
-----	---	---

Nessa legenda, o verbo *braire*, segundo o dicionário do TLFi, corresponde a gritar, mas somente em se tratando de um asno. Em ch'ti, entretanto, corresponde a *pleurer* [chorar].

2.1.3 Expressões idiomáticas

Conforme Xatara et al. (2001), uma expressão idiomática pode ser definida como “uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural” (p. 184). Essa definição implica três princípios básicos para que consideremos uma expressão como idiomática: a indecomponibilidade, a conotação e a cristalização da estrutura.

A seguir, as expressões idiomáticas encontradas nos trechos em ch'ti do filme, que analisaremos a partir dos princípios citados acima. A partir de agora, aparecerão nos exemplos também falas ditas pelo personagem que não fala ch'ti; elas serão indicadas pelo realce cinza.

177	Antoine, ferme ta bouque, ton nez va carrer d'dans!	Antoine, fecha a boca/ ou vai entrar uma moshca.
-----	---	--

⁶ GLOSSAIRE de ch'ti. Disponível em <<http://www.chti.org/cht/glossaire/index.php>>. Acesso em novembro de 2012.

Na legenda 177, tem-se a expressão *Ferme ta bouque, ton nez va carrer dedans*, que corresponde, em francês padrão, a *Ferme ta bouche, ton nez va tomber dedans*; literalmente traduzida, seria “feche a boca, seu nariz vai cair dentro dela”. Pruvost e Sablayrolles (2003 apud REUILLARD, 2007) chamam esse fenômeno de matriz pragmática: trata-se do desvio de uma locução “longa e complexa”, ou de uma sequência memorizada por inúmeros sujeitos falantes, que combina o que é fixo e o que é memorizado, inovando na modificação; significa, por exemplo, tomar uma expressão cristalizada e nela produzir uma modificação. Notamos de imediato o sentido conotativo da expressão e podemos deduzir sua indecomponibilidade e o fato de se tratar de uma estrutura cristalizada. Como toda expressão idiomática, ela não poderia ser traduzida literalmente. Uma expressão equivalente à da legenda 177 em português seria “em boca fechada não entra mosca”, exatamente a expressão que o legendista, como vemos acima, tentou recuperar, mas preservando a estrutura sintática da expressão em francês. No original, essa expressão parece ser utilizada apenas em ch’ti; em português, o tradutor faz referência à expressão utilizada no português padrão, e indica o dialeto através da variação fonológica em “moshka”. Assim, manteve a indicação do dialeto e uma expressão idiomática, apesar de tê-lo feito de maneira diferente do original. Mais uma demonstração da aplicação dos princípios do funcionalismo.

2.1.4 Jogos de palavras

Lembramos que Rabadán (1991) classifica os jogos de palavras como mais uma zona de inequivalência, derivada da relevância especial da função intratextual do signo. Já Tejerina (2012) aponta os jogos de palavras como um dos recursos do humor. Conforme a autora, os jogos de palavras consistem em contrastar estruturas linguísticas que diferem no plano semântico, mas coincidem no plano formal. No filme *A Riviera não é aqui*, esta é, de fato, uma das principais fontes de humor; uma expressão tem um sentido no ch’ti e outro no francês padrão, e isso gera mal-entendidos. A seguir, veremos exemplos da ocorrência desses jogos de palavras no filme. Novamente, aparecerão falas que não estão em ch’ti, representadas com o realce cinza.

31	Il ^s sont où les meubles? Hein? Comprends pas.	Onde está a mobília?/ Não entendo.
32	C'est pas meublé?	Não está mobiliado?
33	L'anch'ien directeur est parti avec, hein?	O último diretor levou com ele.
34	Pourquoi il est parti avec les meubles?	Por que ele levou os móveis?
35	Parce que ch'étaient les shiens.	Para o novo eshcritório.
36	-Quels chiens? -Les meubles!	-Que eshcritório? -Os móveis.
37	Je ne comprends pas là.	Não entendo.
38	Les meubles, ch'est les shiens.	As mobília ^{sh} do eshcritório.
39	Les meubles c'est les chiens? Qu'est-ce que les chiens font avec les meubles?	O novo eshcritório?/ Por que precisaria dos móveis?
40	Pourquoi donner ses meubles à des chiens?	Por que ele deu os móveis?
41	Mais non! Les shiens, pas les quiens! Il ne les a pas donnés à des quiens, shes meubles, il est parti avec.	Não! Ele não deu os móveish./ Levou com ele.

No trecho acima, o jogo de palavras se dá entre as palavras *siens* [seus] e *chiens* [cães]. Por causa das variações fonológicas do ch'ti ([s] → [ʃ]), o personagem do norte pronuncia *siens* como *shiens*, e a frase *Parce que c'étaient les siens* [Porque eles eram seus], na legenda 35, é pronunciada como *Parce que ch'étaient les shiens*, que soa como *Parce que c'étaient les chiens* [Porque eles eram cães]. A partir disso, segue-se todo o diálogo em que o personagem do sul pensa que o outro fala de cães: *Les meubles c'est les chiens? Qu'est-ce que les chiens font avec les meubles? Pourquoi donner ses meubles à des chiens?* [Os móveis são os cães? O que os cães fazem com os móveis? Por que dar seus móveis aos cães?]. Na legenda 41, o personagem do norte esclarece a diferença na pronúncia: *Les shiens, pas les quiens. Les quiens*, aqui, corresponde a *les chiens*, pronunciado dessa forma devido a outra variação fonológica do ch'ti ([ʃ] → [k]). Porém, o outro continua sem entender. A legenda, no entanto, não mostra nenhum jogo de palavras. Na legenda 35, a frase fonte do trocadilho é traduzida simplesmente como “Para o novo eshcritório”. O mal-entendido que se segue, em português, não tem muito sentido. O personagem do sul supostamente não deveria ter

entendido o que significa “eshcritório”, mas mesmo com a variação fonológica, o significado é transparente. A sequência do diálogo em português, portanto, não faz sentido. Não há mal-entendido, nem jogo de palavras. Portanto, não há humor. O que provoca o riso do espectador francês desaparece na legenda em português e, portanto, o espectador brasileiro perde a piada.

2.1.5 Elementos culturais

Nesta seção, consideramos apenas os elementos culturais contrastivos dentro da variação intralinguística que é o ch'ti, ou seja, aqueles que não são reconhecidos nem mesmo dentro da própria cultura francesa geral pelas outras regiões. Esses elementos são chamados de *realia*: por expressarem nuances locais e/ou históricas, não possuem equivalentes exatos em outras línguas (FLORIN, 1993, apud PAGANINI, 2007). Em outras palavras, ocorre um vazio referencial dentro da cultura de chegada; sua tradução, portanto, requer uma abordagem especial, uma negociação (PAGANINI, 2007).

Um exemplo clássico de *realia* são as comidas típicas de um país. E no filme *A Riviera não é aqui*, aparecem muitos nomes de pratos. Vejamos a seguir:

118	Qu'est-ce que vous mettez sur le pain, vous trempez là?	O que pôs na sua torrada?
119	Ah, cha?	Ishto?
120	Ch'est du Maroilles.	É maroillesh.
121	Du Maroilles? Qu'est-ce que c'est ça?	“Maroilles”?/ O que é isso?
122	Ch'est un fromage qui shent un petit peu fort. Comme le Vieux-Lille.	É um queijo, meio forte./ Como “Vieux-Lille”.

No primeiro trecho, nas legendas 120 e 122, temos dois nomes de queijos: Maroilles e Vieux-Lille. O tradutor optou por deixá-los em francês na legenda, acrescentando apenas a variação fonológica do ch'ti quando o personagem do norte fala (“Maroillesh”).

2.1.6 *Questões de metalinguagem*

Como o filme trata da situação de contato entre duas variedades geográficas da língua francesa, é esperado que haja algumas situações de metalinguagem, em que um personagem explica para o outro como se dizem algumas palavras. Trata-se de um grande problema de tradução, citado por Rabadán (1991) como um fator de inequivalência, a situação em que o próprio código linguístico se transforma em objeto de descrição.

A seguir, exemplos do filme.

361	Et ça veut dire quoi biloute?	Qual é o significado de “biloute”?
362	Biloute? Ça veut dire...	“Biloute”? Quer dizer...
363	Ça ne veut rien dire.	Quer dizer nada.
364	Cha veut dire petite quéquette.	Quer dizer, “salsichinha”.
365	Petite quéquette?	Salsichinha?
366	Oui... Non, ça n'a rien à voir avec une quéquette, c'est juste affectueux.	Na verdade não é isso./ É um termo afetivo.
374	J'ai remarqué aussi que... On dit pas “moi”, on dit “ti”...	Também notei que em vez de/ “me” dizem “yo”.
375	Non! On dit pas “moi”, on dit “mi”, et on dit pas “toi”, on dit “ti”.	Não, digo, “me” é “mo”.
376	-Voilà! C'est cha. -C'est comme “ce”, ça devient “che” et “che”, ça devient “que”.	Como “S” é “SH” /e “SH” é “SHKA”.
377	-Oui! -Par exemple, les chiens, c'est des qu'iens!	Como mosca e moshca.

Na legenda 361, o personagem do sul pergunta o significado da palavra *biloute*, uma palavra que só existe em ch'ti e que pode ser entendida como um apelido carinhoso para chamar qualquer pessoa. O tradutor não viu outra escolha a não ser deixar a referência à palavra igual ao francês na legenda, optando por traduzir somente a parte em que é explicado o significado da palavra, na legenda 364. Já nas legendas 374 e 375, o personagem deixa de fazer referência às mudanças lexicais e passa a fazer referência a variações fonológicas, nesse caso, à variação de

[wa] para [i]. Aqui a situação se complica para o tradutor, pois, conforme já falamos neste trabalho, a única variação fonológica mantida em português é a de [s] para [ʃ]. A confusão é tanta que a legenda não faz sentido, informando que “me” se diz “mo” (isso não aparece em nenhuma parte do filme). Já na legenda 376, faz-se referência às mudanças de [s] para [ʃ] e de [ʃ] para [k] e, na legenda seguinte, é retomado o primeiro jogo de palavras do filme, já citado aqui, de que *siens* vira *chiens* e *chiens* vira *quiens*. Porém, como nós já vimos, a legenda desta parte não fez nenhum trocadilho, o que prejudicou a referência a essa parte também. Falaremos mais sobre todas essas soluções, quando analisarmos as soluções tradutórias.

2.2 Falhas da legenda

O foco da segunda parte da análise se encontra na tradução propriamente dita. Assim como encontramos boas soluções tradutórias ao analisar as legendas, também encontramos algumas soluções sujeitas a discussão. Algumas dessas falhas nas legendas podem ser fruto de dificuldades de tradução (NORD, 2008): obstáculos enfrentados pelo tradutor em razão de sua subjetividade, que podem levá-lo a cometer enganos. Dividimos essas falhas em duas categorias: absolutas (omissão e erro) e relativas (incoerência e inadequação).

2.2.1 Absolutas

As falhas listadas como absolutas são aquelas situações em que indiscutivelmente o tradutor poderia ter apresentado uma melhor solução. Chegamos a essa conclusão a partir da perspectiva do espectador: são os casos em que ele é prejudicado, pois a compreensão é absolutamente impossível ou totalmente desviada do significado mais adequado ao contexto do filme. Em termos funcionalistas, podemos dizer que são problemas de coerência intertextual, que dizem respeito à relação entre texto-fonte e texto-alvo; mais especificamente, estão ligados à fidelidade.

2.2.1.1 OMISSÃO

Sabemos que a omissão é um procedimento de tradução válido (cf. AUBERT, 1998) e muitas vezes até necessário, ainda mais em se tratando da legendagem. Entretanto, nos trechos a seguir, não foi apenas parte do segmento textual que foi omitido, mas boa parte da fala da cena, resultando em muitos segundos de fala sem legenda. Contudo, cabe observar que os dois trechos sem legenda eram, na verdade, falas cantadas; devemos considerar a possibilidade de que a produtora tenha dado alguma orientação no sentido de não legendar as canções. Mesmo assim, tal critério ainda seria discutível, pois geralmente se refere a músicas mecânicas tocadas como parte da trilha sonora do filme; no caso da canção e do hino que ficaram sem legenda, eles são cantados pelos próprios personagens do filme, o que torna estranha a ausência de legendas, e sugere que eles têm relevância dentro do enredo do filme, conforme mostraremos a seguir.

	Transcrição	Legenda do DVD
461.	Au nord, c'étaient les corons La terre c'était le charbon Le ciel c'était l'horizon Les hommes des mineurs de fond. À Lens, allez! À Lens, allez! À Lens, allez!	

No primeiro trecho sem legenda, o já citado hino do clube de futebol Racing Club de Lens. Na cena, os personagens aparecem cantando esse trecho do hino no meio da torcida. Por mais que a produtora talvez tenha orientado o tradutor a não traduzir canções, como já foi dito, a sua tradução teria, sem dúvida, tornado o filme mais rico no âmbito histórico: “No norte, estavam as casas dos mineiros/A terra era o carvão/O céu era o horizonte/Os homens, os mineiros.”

O passado dos mineiros e sua herança cultural têm grande importância para os homens do norte, por isso provavelmente a inclusão de um trecho desse hino no filme. A cena mostra muitos chorando de emoção e, sem legenda, o espectador não entende o motivo do choro. Além disso, ao final do hino, os torcedores dão uma espécie de grito de

guerra, que já não é mais uma canção e poderia, portanto, ter sido traduzido, o que não aconteceu. O que nos leva à nossa segunda hipótese: o tradutor não traduziu porque é muito difícil entender o que esses torcedores estão dizendo e cantando. Se for esse o motivo, isso revela uma falha grave, pois uma rápida pesquisa na internet leva ao *site* oficial do time, com o hino completo e muitas outras informações. Como sabemos, para ser tradutor não basta saber consultar um dicionário, é preciso também saber pesquisar (o que nem é tão difícil nos dias de hoje).

2.2.1.2 ERRO LINGUÍSTICO

Nord (2008) cita Sigrid Kupsch-Losereit, para o qual o erro de tradução representa uma infração 1) à funcionalidade da tradução; 2) à coerência do texto; 3) ao tipo ou à forma do texto; 4) às convenções linguísticas; 5) às convenções e condições próprias à cultura ou à situação e 6) ao sistema linguístico (p. 92). Sendo assim, o erro de tradução seria uma questão de ponto de vista. Entretanto, os erros listados nessa categoria representam especificamente infrações às convenções e ao sistema linguístico, sendo, portanto, falhas, por assim dizer, inadmissíveis, uma vez que dificilmente encontramos uma desculpa verossímil para as escolhas do tradutor. São as falhas mais graves, e que portanto podem e devem ser evitadas. São os casos de “gato por lebre”, como aponta Aubert (1998, p. 109).

156	Bonjour M. Tizaute	Bom dia, Sr. Rapash.
157	“Bonjour M. Tizaute”!	Bom dia, Sr. Rapash?
158	Elle est bonne celle-là!	Esse é dos bons.

Na legenda 158, a frase está toda no feminino, e a tradução correta seria “Essa é boa”, fazendo referência à declaração do personagem. O masculino “esse” leva o espectador a concluir que a referência é ao personagem.

225	Ch'est qu'il avaut fort draché. Un berdouille.	Porque eshtá muito feio./ Um horror.
-----	--	--------------------------------------

Temos na legenda 225 dois elementos lexicais específicos do ch'ti: *dracher* e *berdoulle*. Essas palavras não se encontram no dicionário de francês padrão, mas estão em glossários de ch'ti na internet. *Dracher* significa “chover” e *berdoulle*, “lama”. A tradução seria algo como “Porque choveu demais. Uma lama só.” Provavelmente, o tradutor não encontrou as palavras no dicionário e desistiu de procurar.

382	Oui ch'est une bonne idée! Vas-y saque ed'dans !	Shim, boa ideia./ Verifique le dedans.
383	Saque quoi?	O quê?
384	Saque ed'dans.	Verifique le dedans.
385	Saque ed'dans? Ça veut dire quoi?	O que é que quer dizer?
386	Ça veut dire: “Allez y M. le directeur, n'ayez pas peur.”	Quer dizer “não tenha medo”.

A partir da legenda 382 aparece uma expressão idiomática do ch'ti. Trata-se de um diálogo composto por metalinguagem, conforme já vimos na primeira parte da análise, e o tradutor vinha optando por deixar em francês as palavras em ch'ti na legenda. Mas quando ele chega a essa expressão *Saque ed'dans*, não sabemos o que acontece, pois na legenda ela se transformou em “Verifique le dedans”. Trata-se de uma expressão ainda em francês, mas que não corresponde à expressão dita pelo personagem, o que deixa o diálogo confuso, uma vez que o espectador há de notar que a expressão na legenda não é a mesma dita pelo personagem.

2.2.2 *Relativas*

As falhas relativas não são erros propriamente ditos, mas, ao analisarmos o produto final, parecem deixar a desejar, pois revelam desvios que dão origem a significados que não se encaixam totalmente no contexto do filme. Em alguns casos, entravam o entendimento do filme; de modo geral, prejudicam, mas não impossibilitam a compreensão por parte do espectador. Em termos funcionalistas, essas falhas dizem respeito à coerência intratextual.

2.2.2.1 INCOERÊNCIA

As falhas devido à incoerência concernem à relação das legendas entre si, como um todo. Dentro da perspectiva da coerência intratextual, elas prejudicam a inteligibilidade do texto. São fruto, geralmente, da falta de revisão do trabalho.

Um dos grandes problemas de incoerência nas legendas do filme *A Riviera não é aqui* é a questão da variação fonológica indicativa do ch'ti. Conforme já foi dito na primeira parte desta análise, o tradutor optou por retratar apenas uma variação fonológica do ch'ti na legenda em português, de [s] para [ʃ], o que consideramos aceitável. Contudo, o que ocorre é que nem sempre ele marca essa mudança na legenda: às vezes, temos o mesmo personagem falando a mesma palavra com a variação fonológica em uma legenda e sem em outra.

7	Bougez pas, bougez pas! Il vaut mieux appeler les secours!	Não se mova, vou pedir socorro.
8	Non, non, ch'a va, ch'a va.	Não, eshtou bem.
18	Non, ch'est bon j'ai rien, vindiousse!	Não, estou bem.

As legendas 8 e 18 são ditas pelo mesmo personagem e, como podemos ver, a variação fonológica aparece na 8 e na 18 não, mesmo se tratando da mesma frase em português. Isso prejudica a compreensão e até a caracterização do personagem como falante do ch'ti. Curiosamente, esse tipo de problema parece ser recorrente em filmes que abordam a variação linguística⁷.

O recomendável, para garantir a coerência intratextual, seria que o tradutor criasse diretrizes para representar a variação em determinado produto e se ativesse a elas, como no caso dessa variação fonológica. Se em cada legenda for representado um tipo de variação fonológica, o

⁷ Podemos citar como exemplo o filme *My fair lady*, de 1964. Na legenda do DVD, as falas de Eliza Doolittle aparecem ora marcadas, ora no português padrão, como no caso da concordância nominal, que ora é representada dentro da norma padrão (“Dois **maços** de violeta num banho de lama), ora fora (“Dois **maço** de violeta **cheio** de lama”), além de algumas palavras que são representadas de modo inconstante: o advérbio “não” (“**não** ia deixar ele estragar as flores de uma coitada” e “**num** fiz nada de errado”) e até o substantivo “flores” (“as **flores** de uma coitada” e “estou no meu direito de vender **flô**”).

espectador, além de não entender, vai ter que fazer um esforço maior para processar cada fala separadamente, o que é inviável na legendagem, uma vez que o tempo que o cérebro tem para processar o que lê é muito reduzido.

2.2.2.2 INADEQUAÇÃO

A seguir serão listados os casos de inadequação, ou seja, quando em termos de coerência intertextual a solução proposta não está errada, mas, mesmo assim, ela entrava a compreensão do filme. Geralmente, o tradutor poderia ter usado uma solução mais adequada ao contexto e que deixasse o significado mais evidente. Dentro da perspectiva da coerência intratextual, essas soluções revelam inadequação à situação comunicativa do trecho em questão.

364.	Et ça veut dire quoi biloute?	Qual é o significado de “biloute”?
365.	Biloute? Ça veut dire...	“Biloute”? Quer dizer...
367.	Ça ne veut rien dire.	Quer dizer nada.
368.	Cha veut dire petite quéquette.	Quer dizer, “salsichinha”.
369.	Petite quéquette?	Salsichinha?
370.	Oui... Non, ça n'a rien à voir avec une quéquette, c'est juste affectueux.	Na verdade não é isso./ É um termo afetivo.

No trecho acima, os personagens discutem o significado da palavra ch'ti *biloute*, que é um vocativo, uma maneira de chamar os conhecidos. A tradução da palavra em francês é *petite quéquette* [pênis, em linguagem infantil], que na legenda em português ficou como “salsichinha”. Apesar de aceitável, acreditamos que essa solução revela uma inadequação diafásica e até diageracional: sugeriríamos algo como “tiquinho” ou “pintinho”, que parece se encaixar mais com a fala informal de uma criança.

2.2.2.3 EMPRÉSTIMO

Alves (1994) lista o estrangeirismo e o decalque como formas de criação lexical ou neologia. Já Aubert (1998), em sua revisão do modelo de Vinay e Darbelnet, chama de empréstimo o que Alves denomina

estrangeirismo e o elenca, juntamente com o decalque, como uma modalidade de tradução.

O empréstimo, ou estrangeirismo, segundo Aubert, é “um segmento textual do Texto Fonte reproduzido no Texto Meta com ou sem marcadores específicos de empréstimo” (p. 106), mais comumente utilizado para nomes próprios. Na verdade, são expressões que o tradutor acaba não traduzindo. No filme *A Riviera não é aqui*, o empréstimo foi utilizado como recurso nos trechos em que havia metalinguagem, conforme veremos a seguir.

	Transcrição	Legenda do DVD
358	Bravo, biloute!	Demais, “biloute”.
359	-Bravo qui? -Euh...biloute.	-O quê? -”Biloute”.
360	Tout le monde s'appelle biloute, ichi c'est le surnom de tout le monde.	Todos she chamam ashim,/ é um apelido.
361	Et ça veut dire quoi biloute?	Qual é o significado de “biloute”?
362	Biloute? Ça veut dire...	“Biloute”? Quer dizer...
363	Ça ne veut rien dire.	Quer dizer nada.
370	On dit pas “un con”, on dit “un boubourse”.	Babaca é “boubourse”.
371	-Boubourse! Chez nous, on dit “couillosti”! -C'est joli!	-No sul, nós dizemos “couillosti”. -Que interessante.
372	On dit pas “bordel”, on dit “millard”.	Maldição é “millard”.

Nos trechos acima, aparecem como empréstimo as palavras *biloute*, *boubourse*, *couillosti* e *millard*. Trata-se de itens lexicais específicos do ch'ti, com exceção de *couillosti*, que se refere a *con* [babaca] no linguajar sulista. Apesar de causar estranhamento tantas palavras sem tradução no meio do texto, infelizmente, parece ser a melhor solução para casos de metalinguagem como esse. Uma possibilidade, para diminuir o estranhamento, seria que o tradutor adaptasse as palavras para a grafia do português: por exemplo, algo como “bilute”, “buburse”, “culhosti”, “milhar”. Na verdade, isso transformaria os empréstimos em um tipo de decalque (sobre o qual falaremos mais no próximo item). Um fator positivo, apesar disso, é que o tradutor

manteve a coerência ao longo do resto do filme e utilizou a mesma modalidade de tradução sempre que essas palavras apareceram, mas sem nenhuma marcação, como se elas já tivessem se incorporado ao léxico do português da legenda do filme, posição justificada pelo fato de os personagens já terem explicado o significado dessas palavras no filme.

Porém, o tradutor também usou o recurso do empréstimo quando aparentemente não sabia o significado da frase, conforme já abordamos anteriormente nesta análise:

437	-Ça va. C'est couvert aujourd'hui... -Je crois même qu'il va dracher, hein?	-Eshtá nublado hoje. -Sim, eu vou “dracher”, hã?
-----	---	---

A palavra *dracher* não tem seu significado explicado em nenhum momento do filme, e mesmo assim o tradutor a deixou em francês na legenda 437, e além do mais conjugando-a de maneira inaceitável (já que significa “chover”). Além do estranhamento que uma palavra em francês no meio do texto causa, o erro linguístico (conjugação inapropriada para o verbo “chover”) prejudicou completamente a compreensão do espectador.

2.2.2.4 *DECALQUE*

Segundo Aubert, o decalque é utilizado quando “uma palavra ou expressão é emprestada da Língua Fonte” e “submetida a certas adaptações gráficas e/ou morfológicas para conformar-se às convenções da Língua Fonte” (1998, p. 106). Observemos as legendas a seguir:

356	Non. On ne dit pas “putain” comme chez vous. Chez nous, on dit “vindediousse”.	Não. Nós não dizemos “caramba”,/ dizemos “vandeus”.
-----	--	--

369	On dit pas “merde”, on dit du brun.	Nós não dizemos “merda”,/ dizemos “da braun”.
-----	--	--

Parece difícil classificar com exatidão as duas soluções acima. Na legenda 356, “vandeus” se encaixa bem na concepção de Alves (1994), que classifica o decalque como uma forma de neologia. Essa autora o

define como uma “versão literal do item léxico estrangeiro para a língua receptora” (p. 79), definição que não parece explicar o que o tradutor fez ao traduzir *vindediousse* por “vandeus”. Uma classificação mais próxima parece ser a de um decalque fonológico, já que a primeira parte da palavra, “van-” tem o mesmo som da primeira parte da palavra em francês, *vin-*. E a segunda parte da palavra parece ser uma tentativa de tradução, entendendo *diousse* como uma corruptela de *Dieu* [Deus]. Já a legenda 369 traz um tipo de empréstimo ainda mais curioso: “braun” é uma palavra do alemão, que significa “marrom”. Esse tipo de solução tradutória, apesar de ser criativa, no final das contas corre o risco de deixar o texto mais truncado, o que pode ser um problema maior na legenda, quando o cérebro tem pouco tempo para ler e processar o que foi lido.

3 Sobre as soluções tradutórias

Após a análise dos problemas encontrados no filme *A Riviera não é aqui*, julgamos ser possível propor uma classificação específica para as soluções tradutórias utilizadas pelo tradutor, como o primeiro passo de uma proposta metodológica para o tratamento da variação linguística.

Incluímos o erro na lista não por considerá-lo uma solução válida, mas apenas para representar em que tipo de problemas ele ocorreu.

Tomamos o termo *Adaptação* de Aubert (1998, p. 108), que o define como uma “assimilação cultural”, isto é, adaptação da expressão ou conceito para alguma expressão ou conceito usual na cultura de chegada. Por exemplo, a solução tradutória de “loja de usados” para *Braderie de Lille* (legenda 320), ou a adaptação da expressão *ferme ta bouche, ton nez va tomber dedans* [feche a boca, seu nariz vai cair para dentro] para “fecha a boca ou vai entrar uma mosca” (legenda 177). Ampliamos essa definição e consideramos também a situação de adaptação fonológica ao sistema da língua portuguesa, recurso a que o legendista do filme *A Riviera Não é Aqui* recorreu ao representar, ao invés de todas as variações fonológicas do ch’ti, apenas a variação fonológica de [s] para [ʃ]. Isso se mostra necessário porque um par de línguas dificilmente compartilhará todos os fonemas, o que torna

impossível uma transferência fonológica de uma língua para outra tal e qual.

O termo *Neutralização* foi tomado emprestado de Tejerina (2012); aqui é utilizado para classificar aquelas soluções que não se encaixam na mesma classificação do original, sendo transposto apenas o significado, como no caso do jogo de palavras entre *sien* e *chien*, cujas legendas (31-50) não apresentam nenhum tipo de jogo de palavras. Diferenciamos a *Neutralização* da *Omissão* porque nesta não foi feita nenhuma tradução, ou seja, o segmento não recebeu legenda, ao contrário da primeira.

Consideramos *Compensação* quando, apesar de o traço do original ter sido apagado, o tradutor utilizou outro traço na sua solução; geralmente, a variação fonológica. Por exemplo, no caso da ausência do jogo de palavras, a representação da variação fonológica do ch'ti, na legenda 36, *Parce que ch'étaient les chiens* [Porque eles eram seus/cães] recebeu a tradução “Para o novo eshcritório”.

O *Empréstimo* e o *Decalque* já apareceram na nossa análise das legendas na seção anterior. Segundo Aubert (1998), empréstimo é “um segmento textual do Texto Fonte reproduzido no Texto Meta com ou sem marcadores específicos de empréstimo” (p. 106), sendo mais comumente utilizado para nomes próprios. Como exemplo, lembramos as palavras que apareceram na legenda sem tradução, como *biloute*, (legenda 358) e *dracher* (legenda 437). Já o decalque é empregado quando “uma palavra ou expressão é emprestada da Língua Fonte” e “submetida a certas adaptações gráficas e/ou morfológicas para conformar-se às convenções da Língua Fonte” (AUBERT, 1998, p. 106). Como exemplo, citamos a tradução de “vandeus” para *vindediousse* (legenda 356).

No caso da *Tradução literal*, desviamo-nos um pouco da definição de Aubert, que a define como muito ligada à forma, “tradução palavra-por-palavra”. Consideramos a tradução literal como aquela em que não houve nenhuma adaptação cultural ou linguística; por exemplo, a tradução da expressão *dire quoi* por “dizer o quê” (legenda 441).

Notamos que, quanto aos *Elementos fonológicos*, só foi possível recorrer à Adaptação: o tradutor manteve somente uma das variações fonológicas do ch'ti, aplicando-a a palavras do português.

No que diz respeito aos *Elementos lexicais*, foram utilizados a Neutralização, a Compensação, o Empréstimo, a Tradução literal, e até um Erro; ou seja, foram empregados todos os recursos disponíveis, com exceção da Adaptação e da Omissão. Isso pode ter ocorrido porque a utilização de elementos lexicais como forma da diferenciação de dialetos é um dos recursos mais difíceis de se transpor para outra língua, devido à não existência de dialetos equivalentes em um par de línguas. Assim, o tradutor acaba tendo de recorrer a outros recursos para conseguir alcançar o mesmo sentido do texto de partida. O recurso mais utilizado acabou sendo o da Neutralização, seguido da Compensação. As soluções que estão classificadas tanto como Neutralização quanto como Compensação são os casos em que, apesar de no texto de partida a variação ser indicada por um elemento lexical diferenciado, o tradutor fez uso da variação fonológica para indicá-la, por exemplo, a tradução de *Cha va, ti'z'aute?* [Como vai, meu rapaz?], em que *ti'z'aute* é um item lexical específico do ch'ti, por “Olá, rapash”, em que a variação foi indicada através da marca fonológica diferenciada do ch'ti (legenda 154). Nos casos que estão listados apenas como Neutralização, nenhuma indicação do dialeto aparece, como a tradução de *Non, j'ai mal à la tchu, ch'est tout. Je sbuis tombé sbur la tchu, quoi* [Não, estou com dor na bunda só. Caí em cima da bunda], em que *tchu* é um item lexical do ch'ti, por “Não, o queixo está bom” (legenda 16). Nesse caso, consideramos que há uma falha, pois seria possível indicar a variação linguística através da palavras “eshtá”. Em outros casos, o legendista recorreu ao Empréstimo e ao Decalque, como na legenda 621, em que *Je me suis conduit comme un babache* [Comportei-me como um babaca] foi traduzido por “Comportei-me como um ‘babache””, e na 482, em que *Vindediousse! 26 kilos!* recebeu a tradução de “Vandeus, 26 quilos”. A Tradução literal foi empregada na legenda 132, em que *Ch'est de l'faluche à l'cassonade* foi traduzido como “É o bolo com açúcar mashcavo”, novamente fazendo uso da variação fonológica para compensar a ausência de item lexical indicando a variação.

No que tange às *Expressões idiomáticas*, foram utilizadas a Adaptação, a Neutralização, a Compensação e a Tradução literal. Tanto a Adaptação quanto a Neutralização foram combinadas à Compensação: na legenda 177, a expressão *ferme ta bouque, ton nez va carrer dedans* [feche a boca, seu nariz vai cair dentro] recebeu a tradução de “fecha a

boca, ou vai entrar uma moshca”, adaptando a expressão francesa a uma expressão brasileira e indicando a variação através da compensação fonológica (moshca). Já em casos como o da legenda 196, que apresenta a expressão *Ferme le guif! T'langue va être tout usée et tes bras sont encore tout neufs* [Feche a boca! Sua língua vai ficar gasta e seus braços ainda são muito novos], o legendista serviu-se de uma Neutralização da expressão idiomática, e a sua substituição pela compensação fonológica: “Você fala demaish e tem experiência de menosh”. A Tradução literal foi a solução escolhida para a legenda 441, em que *Je vous appelle et je vous dis quoi* recebeu a tradução “Eu ligarei e digo o quê”. Não foram empregados o Empréstimo, o Decalque e a Omissão. Isso ocorre porque se o tradutor utilizasse um Empréstimo, no caso da expressão idiomática, teria de deixar toda a expressão em francês, o que certamente impossibilitaria a compreensão por parte do espectador.

Concernente aos *Jogos de palavras*, foram utilizadas a Adaptação, a Neutralização, a Compensação e a Tradução literal. Foi novamente empregada a combinação da Neutralização e da Compensação: neutralização porque o jogo de palavras se perdeu completamente, e compensação porque, apesar disso, a variação fonológica foi utilizada para indicar o dialeto. Isso resultou em soluções como, por exemplo, a da legenda 38, em que *Les meubles, ch'est les sbiens* [Os móveis eram dele/ Os móveis eram cães] é traduzido como “As mobiliash do escritório”, e a da legenda 184, em que *Je vais lui rappeler que SUD, ch'est aushi un sbyndicat!* foi traduzido como “Ele vai ver shó onde fica o shul”. A Tradução literal foi utilizada no mesmo caso citado anteriormente, da legenda 441. Semelhantemente à categoria anterior, o legendista não recorreu ao Empréstimo porque o uso de alguma palavra em francês no meio do jogo de palavras tornaria impossível sua compreensão, especialmente por se tratar de um tipo de segmento em que o significante é tão ou mais importante do que o significado.

No caso dos *Elementos culturais*, os tipos de soluções foram variados: a Adaptação foi empregada no caso de eventos tradicionais do norte da França, como *carnaval de Dunkerque*, traduzido simplesmente como “carnaval” (legenda 296) e *Braderie de Lille*, traduzido como “loja de usados” (legenda 320); a Neutralização foi utilizada para nomes de bebidas, como a tradução “um pingo de álcool” para *Genièvre* (legenda

646) e “uma boa cerveja” para *Picon bière* (legenda 708); Empréstimos para nomes de comidas, como os nomes de queijo, Maroilles e Vieux-Lille, que aparecem tais quais na legenda (121 e 122), e pratos típicos como as *fricadelles* na legenda 253; e o tradutor fez uso da Omissão para o hino do clube de futebol e a canção de ninar, sendo esses os únicos casos em que esse recurso ocorre no filme. Podemos dizer que o empréstimo foi utilizado somente nos nomes de comidas por se tratar de *realia* (FLORIN, 1993, apud PAGANINI, 2007), sem correspondentes em outras línguas.

Por fim, em todas as legendas em que houve *Metalinguagem* foi utilizado o mesmo tipo de recurso: o Empréstimo para a palavra em ch’ti e a Tradução literal da tradução em francês, como na legenda 370, *on dit pas “un con”, on dit “un boubourse”*, cuja tradução foi “Babaca é ‘boubourse’”.

Em nossa opinião, as soluções em geral foram eficazes, com exceção das utilizadas para os Jogos de palavras. Ressalte-se que a categoria em si já é um pouco diferente das outras: apesar de ocorrerem nos segmentos com variação linguística, os jogos de palavras não são utilizados para indicar a variação, são sobretudo uma *consequência* dela. Na verdade, os Jogos de palavras são utilizados como um recurso do humor. Por isso, acreditamos que a Neutralização não seja funcional nesse caso, pois o jogo de palavras precisa ser representado ou, pelo menos, substituído por algum outro recurso de humor. Após a análise, ficou evidente para nós que, nos Jogos de palavras, a prioridade não é a indicação de variação, mas sim, o humor.

Após a análise das estratégias empregadas pelo legendista, elaboramos o seguinte quadro, inspirado no quadro proposto por Tejerina (2012, p. 34), para tentar delimitar a eficácia de cada uma delas. Essa eficácia, a nosso ver, baseia-se em duas premissas: a marcação da variação no segmento, e a compreensão inferida por parte do espectador.

	Marcação da variação	Compreensão
Adaptação	X parcial	X
Neutralização		X
Compensação	X	X
Empréstimo	X	
Decalque	X	
Omissão		
Tradução literal		X parcial

Quadro 4 – Eficácia das estratégias tradutórias

A partir do quadro 4, fica claro que a solução mais abrangente é a Compensação, seguida da Adaptação. O Empréstimo e o Decalque evidenciam a variação, mas dificultam a compreensão por parte do espectador; já a Neutralização e a Tradução literal possibilitam a compreensão mas não apresentam nenhuma marca de variação. Propomos que esses tipos de soluções incompletas sejam combinados com uma das estratégias completas, uma diretriz que vimos o legendista do filme *A Riviera não é aqui* aplicar em muitos casos. Deste modo, a estratégia-modelo de legendação seria a seguinte:

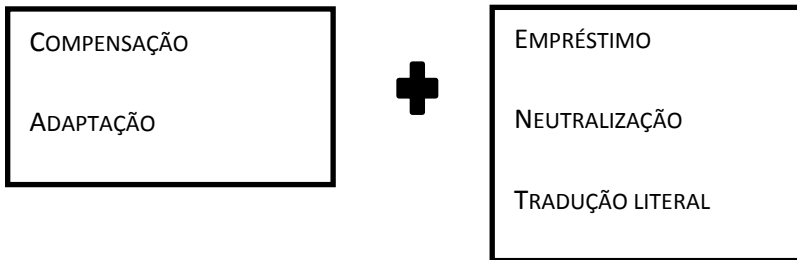


Figura 3 – Estratégia-modelo

Essa estratégia foi seguida em muitos casos ao longo do filme *A Riviera não é aqui*. O modelo representado na figura 3 é uma proposta geral, mas sabemos, é claro, que cada caso é um caso, e o tradutor deve analisar e refletir sobre cada um deles.

Por fim, a Omissão, que não mostra a variação e tampouco possibilita a compreensão por parte do espectador, foi excluída do esquema da figura 3 porque não é recomendada por nós, uma vez que, na legendagem, como o texto-fonte aparece junto com o texto-alvo,

julgamos inaceitável a ausência de uma proposta de tradução para um dos segmentos, a não ser que o próprio cliente da tradução tenha assim indicado na *orientação de tradução*.

Considerações finais

Com este capítulo pudemos ver que nada é intransponível, nem mesmo intraduzível. Apesar de o tradutor ter cometido falhas, ele também teve muitos acertos. Do ponto de vista do tradutor, seus maiores deslizos parecem ter sido dois: a falta de revisão, que gerou uma inconsistência em suas decisões e algumas falhas na coerência intratextual, e a falta de pesquisa, em alguns pontos referentes ao dialeto ch'ti, como em relação a palavras específicas do dialeto e canções típicas. Achamos importante lembrar que o trabalho de pesquisa do tradutor vai além do dicionário, especialmente quando algumas informações necessárias para a tradução não se encontram nele. É importante buscar outras fontes de pesquisa, o que, com o advento da Internet, não é nada difícil.

Um ponto interessante a ser observado é a suposta inexistência desse tradutor cujo trabalho analisamos: em parte alguma, nem nas legendas, nem em qualquer outro lugar do DVD, aparece o nome de quem fez essa tradução. Isso leva a invisibilidade do tradutor a um nível extremo, fazendo com que a nossa análise seja sobre o trabalho de um ser invisível. Cabe ressaltar, contudo, que isso não é mais a regra hoje em dia: frequentemente, ao final do filme, é inserida uma legenda com o nome do tradutor e da produtora das legendas. Nenhum dos dois, entretanto, aparece nesse filme. A título de comparação, chamamos a atenção para o fato de que, após os créditos do filme, surge uma tela com o título “Crédito de dublagem”, que lista o nome dos dubladores de cada personagem. Porém, o nome do tradutor que realizou a tradução para a dublagem tampouco aparece. Achamos curioso que o nome dos dubladores seja importante a ponto de ser incluído nos créditos do filme, e que o dos tradutores, os responsáveis primordiais pelo próprio entendimento do filme, não o seja.

Isso nos leva a uma outra questão, tão ou mais urgente do que todas as tratadas neste capítulo: a ignorância de muitos sobre a importância da profissão do tradutor, e a necessidade de uma

especialização na área e, no caso da legendagem, um descaso também para com a importância de um conhecimento e habilidades específicos. Esperamos ter mostrado, com nosso trabalho, o quanto a legendagem difere da tradução de textos escritos, devido a suas limitações, que impõem ao legendista uma capacidade de síntese e reflexão sobre que informações devem ser incluídas na legenda e que informações podem ficar de fora. A própria unidade de tradução torna-se diferente, muitas vezes estando pré-definida pelo *spotting*, e sempre devendo ser considerada em conjunto com a cena correspondente. Esse é outro ponto que muitas vezes parece ser ignorado pelos clientes que desejam que um tradutor faça uma legendagem: a exigência de que um tradutor faça a legendagem de um filme tendo acesso apenas à transcrição, sem ter acesso ao vídeo, é, na nossa opinião, inaceitável. É uma afronta ao próprio conceito de legendagem, pois trata-se de uma modalidade de Tradução Audiovisual. Sem o áudio e sem o visual, a tradução passa a ser de texto para texto, o que vai contra tudo o que mostramos neste trabalho, de que a legendagem é um tipo distinto de tradução.

Curiosamente, aqueles que se deparam com a legendagem pela primeira vez e se veem obrigados a eliminar tantas informações e reformular tanto as frases para caberem nos caracteres e no tempo da legenda, chamam a prática, em um primeiro momento, de “pobre”. Mas bastam algumas horas de trabalho de legendagem para que se entenda que não é questão de uma escrita “pobre”; pelo contrário, condensar as informações e falar todo o necessário, ainda por cima de forma coerente com a imagem e o som, exige um esforço muito maior do tradutor do que apenas traduzir tudo o que está no texto, e às vezes até inserir uma nota de rodapé em um trecho muito complicado. Isso prova que a legendagem pode ser, até mesmo, considerada um tipo de prática tradutória mais difícil, e corrobora a nossa afirmação de que ela gera uma demanda diferenciada de competência tradutória e de profissionais que se encaixem nesse perfil.

No que tange à variação linguística, após a análise dos problemas e soluções realizados nas legendas, percebemos que, no que diz respeito a esse filme especificamente, a questão do humor era tão ou mais importante do que a variação. Por isso, consideramos uma falha os momentos em que o tradutor eliminou jogos de palavras sem substituí-los por outro recurso cômico. O legendista parece ter dado prioridade à

variação, pois ela aparece nas legendas, mas o diálogo fica sem sentido, e nenhuma piada é feita, e o efeito cômico, prioridade do filme, se perde. Mais uma vez, isso evidencia a importância de profissionais bem preparados para lidar com esse tipo de obstáculo, para refletir sobre o que está em jogo e apresentar soluções aceitáveis dentro das possibilidades e limitações da legenda.

Por fim, destacamos que não são responsabilidade somente do tradutor os erros que apareceram nas legendas do filme *A Riviera não é aqui*. O problema vem de uma posição mais alta na hierarquia de trabalho do tradutor, da própria empresa que encomenda a tradução. Não sabemos em que condições esse trabalho foi realizado, nem mesmo sabemos se ele foi feito com acesso ao vídeo, se foi feito só a partir da transcrição, tampouco sabemos a partir de que língua ele foi feito (pelo que sabemos, o tradutor pode até tê-lo feito a partir do inglês; nada nos prova o contrário). Temos acesso apenas ao produto final e não é revelado nem o nome do profissional que o traduziu; isso comprova o descaso com a importância do tradutor enquanto profissional que tem conhecimento da língua e especialização na área da legendagem, além de capacidade de refletir sobre a tradução e não só realizar a (quase impossível) transferência de significados de uma cultura para outra. Sabemos que existe ainda uma distância entre a Academia e a prática tradutória, mas esperamos que este capítulo contribua para a reflexão sobre a legendação por parte do tradutor que atua nessa área, enriquecendo a sua prática e encorajando outros tradutores a refletirem e se especializarem nessa área tão diferenciada e intrigante que é a legendagem.

Bibliografia

- ALBIR, Amparo Hurtado. *Traducción y traductología: introducción a la traductología*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.
- ALVARENGA, Lina. Subtíter: legendador ou legendista. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO (CIATI): TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E CULTURA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO, 1., 1998, São Paulo. *Anais...* São Paulo: UNIBERO, 1998. p. 214-216.
- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

- ALVES, Fábio. Unidades de Tradução : o que são e como operá-las. In: PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fábio. *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-38.
- ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. *To be or not to be natural, eis a questão dos clichês da emoção na tradução audiovisual*. 2000. Tese (Doutorado em Letras). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. O processo de legendagem no Brasil. *Revista do GELNE*, Fortaleza, v. 1/2, n. 1, p. 11-323, 2006.
- AUBERT, Francis Henrik. Modalidades de tradução: teoria e resultados. *TradTerm*, v. 5, n. 1, p. 99-128, 1998.
- BRISSET, Frédérique. Woody et les bons mots: l'humour dans les versions françaises de Annie Hall et Manhattan. TRAN-GERVAT, Yen-Mai (Org.). *Humoresques*, Paris: 2011. p. 131-144.
- BRITTO, Paulo Henriques. Desconstruir para quê? *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 2, n. 8, 2001.
- CARVALHO, Carolina Alfaro. *A tradução para legendas: dos polissistemas à singularidade do tradutor*. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- COSERIU, Eugenio. *Lições de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- _____. *Sentido y tareas de la dialectología*. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.
- DÍAZ-CINTAS, Jorge. Subtitling: the long journey to academic acknowledgement. *The Journal of Specialised Translation*, jan. 2004. Disponível em: <http://www.jostrans.org/issue01/art_diaz_cintas.php>. Acesso em dezembro de 2011.
- _____. Audiovisual translation today: a question of accessibility for all. *Translating Today*, v. 4, p. 3-5, 2005.
- _____. Pour une classification des sous-titres à l'époque du numérique. In: LAVAU, J.;
- ELEFANTE, Chiara. Arg. et pop., ces abréviations qui donnent les jetons aux traducteurs-dialogistes. *Meta*, Montréal, v. 49, n. 1, p. 193-207, abril 2004.

- FLORIN, Sider. *Realia in translation*. In: ZLATEVA, Palma (Org.). *Translation as social action*. Londres : Routledge, 1993.
- FRANCO, Eliana; ARAÚJO, Vera Lucia Santiago. Questões terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual. *Tradução em Revista*, n. 11, p. 1-22, 2011.
- GAMBIER, Yves. La traduction audiovisuelle: un genre en expansion. *Meta*, Montréal, v. 49, n. 1, p. 1-11, abril 2004.
- GARCEZ, Pedro. Diversidade linguística: considerações para a tradução. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, n. 33, p. 59-70, Jan./Jun. 1999.
- GOTTLIEB, Henrik. Subtitling: diagonal translation. *Perspectives: Studies in translatology*, v. 2, n. 1, p. 101-121, 1994.
- _____. Subtitling. In: BAKER, Mona (Org.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Londres: Routledge, 1998. p. 244-248.
- MARLEAU, Lucien. Les sous-titres... un mal nécessaire. *Meta*, Montréal, v. 27, n. 3, p. 271-285, 1982. Disponível em <<http://www.erudit.org/revue/meta/1982/v27/n3/003577ar.pdf>>. Acesso em outubro de 2011.
- NOBRE, Antonia Célia Ribeiro. A influência do ambiente audiovisual na legendação de filmes. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 75-82, 2002.
- NORD, Christiane. *La traduction: une activité ciblée*. Arras: Artois Presses Université, 2008.
- PAGANINI, Carolina. Comentários sobre a tradução de “The Gipsy’s Baby” de Rosamond Lehmann. *Revista Fragmentos*, Florianópolis, v. 33, p. 51-62, jul./dez. 2007.
- PETTIT, Zoë. The Audio-Visual Text: Subtitling and Dubbing Different Genres. *Meta*, Montréal, v. 49, n. 1, p. 25-37, abril 2004.
- PRUVOST, Jean; SABLAYROLLES, Jean-François. *Les néologismes*. Paris: PUF, 2003.
- RABADAN, Rosa. *Equivalencia y traducción*. Léon : Universidade, Secretariado de Publicaciones, 1991.
- REISS, Katharina. *Problématiques de la traduction*. Paris: Economica, 2009.

- REISS, Katharina; VERMEER, Hans J. *Fundamentos para uma teoria funcional de la traducción*. Madrid: Ediciones Akal, 1996.
- REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. *Neologismos lacanianos e equivalências tradutórias*. 2007. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- TEJERINA, Anjana Martínez. Estrategias traductoras frente a los juegos de palabras: el doblaje de los hermanos Marx en España. In: MORA, Miguel Ángel Candel; ARJONILLA, Emilio Ortega (Orgs.). *Interculturalidad y traducción en cine, televisión y teatro*. Valencia: Tirant Humanidades, 2012. p. 9-36.
- THUN, Harald. Pluridimensional Cartography. In: LAMELI, Alfred; KEHREIN, Roland; RABANUS, Christian (Orgs.). *Language mapping*. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010. p. 507-525.
- TOURY, Gideon. *In search of a theory of translation*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1980.
- XATARA, Claudia; RIVA, Huelinton; RIOS, Tatiana Helena. As dificuldades na tradução de idiomatismos. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 2, n. 8, p. 183-194, 2001.

Por uma antropologia da enunciação: contornos de sentido, saberes do falante¹

Valdir do Nascimento Flores

*Talvez uma coisa não valha senão pela sua força metafórica.
(Roland Barthes, A música, a voz, a língua)*

Para começar

Este trabalho é sobre o fato, aparentemente banal, de o falante usar a língua para falar da língua, o que, segundo o linguista Roman Jakobson, diz respeito à função metalinguística do discurso: “[quando] o remetente e/ou o destinatário têm necessidade de verificar se estão usando o mesmo código, o discurso focaliza o Código; desempenha uma função METALINGUÍSTICA” (JAKOBSON, 1974, p. 126) [destaques do autor].

Muitos, além de Jakobson, são os especialistas que se dedicam ao estudo das inúmeras abordagens “meta” no campo da linguagem – Louis Hjelmslev (1975), Zellig Harris (1971), Josette Rey-Debove (1978 e 1998), Jacqueline Authier-Revuz (1995) –, também das abordagens do fenômeno geral da reflexividade das línguas – François Récanati (1979) – e da distinção entre uso e menção – John Lyons (1980) –, entre outros. Não é menor a diversidade de termos que circunscrevem fenômenos linguísticos vizinhos, distintos e mesmo opostos: metalinguagem (natural *vs* lógica); glosa (metalinguística *vs* metaenunciativa);

¹ Este texto retoma outro trabalho (cf. FLORES, 2015) e foi escrito para integrar uma coletânea em justa homenagem à professora Leci Borges Barbisan. Sinto-me honrado com a oportunidade de homenageá-la Nela, reconheço uma inspiração que me acompanha em toda a minha trajetória acadêmica, inclusive recentemente. Trabalho há anos em companhia da professora Leci. De tudo o que disse e escrevi, nos últimos quase trinta anos, não sei bem o quanto é meu e o quanto é dela, mas tenho clareza de que é a pessoa a quem mais devo na minha vida acadêmica. Aqui, as palavras faltam para tudo dizer!

reflexividade (transparência *vs* opacidade); autonomia (conotação autonímica *vs* modalização autonímica), apenas para lembrar esses.

Como é possível ver, o campo que amplamente identifico como da ordem “do uso da língua para falar da língua” – que considero parte da ampla dimensão reflexiva da linguagem – é vasto, heterogêneo e até contraditório. Ele recobre disciplinas bastante diferentes entre si – semiótica, filosofia, linguística, lógica etc. – e perspectivas teóricas igualmente singulares no interior de tais disciplinas.

De minha parte, gostaria, aqui, de evocar um autor pouco lembrado quando o que está em discussão é essa dimensão reflexiva da linguagem: Émile Benveniste. Segundo penso, a questão da reflexividade da língua é transversal a todo o pensamento de Benveniste acerca da linguagem. Em sua terminologia, trata-se do que chama de “relação de interpretância”. Para ele,

O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar **um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância**. É nesta faculdade **metalinguística** que encontramos a origem da relação de **interpretância** pela qual a língua engloba os outros sistemas (BENVENISTE, 1989, p. 66) [grifos meus].

Benveniste é claro ao considerar a relação de interpretância algo específico da língua:

Do ponto de vista da língua, é a relação fundamental, aquela que divide os sistemas em sistemas que articulam, porque manifestam sua própria semiótica, e sistemas que são articulados e cuja semiótica não aparece senão através da matriz de um outro modo de expressão (BENVENISTE, 1989, p. 62).

Com isso, pode-se defender o princípio segundo o qual *a língua é o interpretante de si e de todos os sistemas semióticos*: “Nenhum outro sistema dispõe de uma ‘língua’ na qual possa se categorizar e se interpretar segundo suas distinções semióticas, enquanto que **a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma**” (BENVENISTE, 1989, p. 62) [grifos meus].

A passagem que destaquei nessa citação é essencial para a construção de meu ponto de vista. Vale parafrasear: a língua, em função da relação de interpretância que a caracteriza, pode interpretar todos os sistemas, inclusive a si mesma. E como a língua interpreta a si mesma?

Na 12ª aula que ministra no *Collège de France*, no ano de 1969, Benveniste fala na “autossemiotização da língua”, que é quando “o falante se detém sobre a língua em vez de se deter sobre as coisas enunciadas” (BENVENISTE, 2014, p. 155). A resposta, portanto, à pergunta feita no parágrafo anterior parece, então, se esboçar: é uma atitude do falante sobre a língua e não sobre um certo conteúdo.

Essa relação de interpretância que, na formulação benvenistiana, daria origem a uma *semiologia de segunda geração*, de base discursiva, coloca em destaque, em minha opinião, um elemento que não está pensado nos outros tratamentos dados à dita “função metalinguística”: o falante.

Da perspectiva que estou querendo fundamentar, o fato de o locutor, o falante, poder falar da língua com a língua confere-lhe um estatuto muito singular: ele é uma espécie de comentador do que ouve e mesmo do que diz. E não se trata de um comentário qualquer, mas de um recurso do qual o falante se vale para dizer algo que a língua fora da propriedade “meta” não permite.

Mas ainda cabe uma delimitação maior para que se entenda o que estou buscando formular com apoio nas ideias de Benveniste: o comentário pelo qual tenho interesse é o que toma a materialidade da língua como elemento a ser comentado e não algum suposto conteúdo enunciado. Esse comentário que o falante faz, acredito, permite-lhe ocupar uma posição que instancia um sentido para a materialidade significativa da língua. De certa maneira, o falante, ao falar da face significativa da língua, produz uma interpretação, uma espécie de tradução, um segundo nível de enunciação, nas palavras de Benveniste, que, por sua vez, constitui um nível de percepção ainda não contemplado pela linguística.

Esse nível de percepção, que do ponto de vista fenomenológico é um comentário sobre a face significativa da língua, eu gostaria de chamar de *contorno de sentido*. O falante, ao *contornar* semanticamente a materialidade da língua, explicita um saber, o seu saber, acerca dela. Esse saber cumpre uma função quase etnográfica na economia – no

arranjo ou modo de funcionar de diversos elementos de um conjunto maior – do uso da língua.

A tese defendida aqui, portanto, é: o falante, ao falar da materialidade da língua, é um etnógrafo da própria língua. Essa etnografia é parte de sua inscrição na ordem simbólica que é a cultura. Essa inscrição, por sua vez, se apresenta na interpretação que faz da língua, através dos comentários feitos a propósito do significante.

Evidentemente, não desconheço o que implica, tecnicamente, usar a palavra etnografia – transcrever textos, selecionar informantes, mapear campos, elaborar diários de campos, etc. –, e se a utilizo aqui é menos para defender a ideia, absurda, de que o falante é um etnógrafo no sentido *stricto* e mais para sublinhar que há a produção de um saber nos contornos de sentido operados por um falante na língua.

O antropólogo norte-americano Clifford Geertz, em quem, quanto a esse tema, me inspiro livremente, diz que a etnografia é uma descrição densa. Para ele, o adjetivo define, nesse contexto, menos as técnicas envolvidas na prática etnográfica e mais o “esforço intelectual e os processos determinados, que definem o empreendimento” (GEERTZ, 1989, p. 4). Com isso, Geertz pode defender a etnografia como um objeto no qual os fenômenos sejam vistos como “uma hierarquia estratificada de estruturas significantes” (p. 5) em termos das quais tais fenômenos “... são produzidos, percebidos e interpretados” (p. 5). Em síntese, para ele,

fazer uma etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1989, p. 7).

Em que essa concepção de Geertz pode ser útil para sustentar a ideia de que o falante, ao usar a língua para falar da língua, produz um contorno de sentido, o que o torna um etnógrafo de sua própria língua?

O falante ao comentar a língua – e, muito especialmente, a materialidade significativa dela – constrói um saber sobre essa língua, um saber que simultaneamente coloca língua e falante – o intérprete – em destaque. Nos termos de Geertz, seria como supor que o falante constrói uma “hierarquia de estruturas significantes” acerca da língua,

determinando-a como um fenômeno produzido, percebido e interpretado a partir das lentes de quem, no caso do falante, está “por dentro” do fenômeno.

Essa formulação um pouco abstrata encontra ilustração em um fenômeno muito familiar que é o comentário feito pelo falante acerca da voz – sua ou a de um outro –, materialidade significante por excelência. Vou dar um exemplo relativo à voz cantada, ou ao que Roland Barthes chamou, em *O grão da voz*, de o “espaço (gênero) muito preciso onde uma *língua encontra uma voz*” (BARTHES, 2009, p. 257) [destaques do autor]. Trata-se do comentário feito pelo cantor Caetano Veloso a respeito da voz da cantora Gal Costa, presente no *Documentário* anexo ao *CD Recanto*, de Gal Costa, que veio a público em 2013.

O som da voz da Gal leva a gente pra fora, você se sente deixar levar por aquele som, entendeu, que sai assim quase sobrenaturalmente então você vai pra outras dimensões. Então eu percebi isso na voz de Gal desde que a conheci e vi acontecer diversas vezes ao longo da carreira dela. Ela tá cantando e você parece que sai do tempo. Não é explicado o canto, é acontecido (RECANTO, 2013).

Observe-se, em detalhe, o comentário feito por Caetano Veloso: há uma série de expressões em torno das quais a “voz da Gal” encontra interpretação: “leva a gente pra fora”, “você vai pra outras dimensões”, “você parece que sai do tempo”, “não é explicado”, “é acontecido”.

Tem-se, aqui, uma situação interessante: as expressões utilizadas pelo cantor para “falar” da voz da cantora são, de maneira mais evidente, uma forma “do uso da língua para falar da língua” – o que, em minha opinião, garante a propriedade “meta” do comentário – e, de maneira menos óbvia, uma tentativa de falar da materialidade significante da língua – nesse caso, a voz – atribuindo-lhe um sentido.

É esta segunda maneira que me interessa sobremaneira aqui. Tal atribuição de sentido é, segundo penso, um *contorno* que o falante faz acerca de algo que não é evidente na língua, a sua materialidade, e sobre o que ele parece não ter a mesma familiaridade que tem quando o que está em causa é o signo em sua função de signo.

Para fazer aparecer com mais clareza o que estou tentando apresentar, é preciso tentar responder à seguinte questão: como o falante procede para falar da língua, tomada em sua materialidade

significante? Ou ainda: como procede o falante para falar de elementos da língua que não significam à moda do signo, ou seja, em que significante e significado não estão intimamente, ou desde sempre, ligados?

Explico-me melhor. Considere-se o comentário que o falante faz sobre uma palavra, a exemplo do que é estudado por Josette Rey-Debove, através da sua célebre fórmula *tome um signo, fale dele e você terá uma autonomia*.

Rey-Debove (2003) entende que o fato autonímico, que constitui um subsistema de uma dada língua que serve para falar dessa língua, se manifesta em dois sistemas semióticos: a *autonímia* (a metalinguagem) e a *conotação autonímica* (mundo e metalinguagem).

De um lado, tem-se a autonomia, isto é, a menção de um signo como autodesignação. O exemplo é de Dubois (1998): caso da reflexão que o locutor produz sobre seu próprio discurso: *Eu disse “talvez”, não disse “sim”*. As palavras “talvez” e “sim” são usadas autonimicamente. O signo tem, na autonomia, uma semiótica complexa, como se fosse formado por “dois andares”: o significante /talvez/ e o significado constituído por um significante /talvez/ e um significado “talvez”.

De outro lado, a conotação autonímica, isto é, o uso e a menção simultâneos de um signo. Fala-se da “coisa” ao mesmo tempo em que se usa a palavra: conjuga-se a semiótica denotativa (falar do mundo) e a semiótica metalinguística (menção ao signo via autonomia). O exemplo está no *Dicionário de linguística da enunciação* (2009, p. 167): “é uma ‘barbaridade’ como diriam os gaúchos”. Usa-se a palavra “barbaridade” e, em seguida, menciona-se a palavra.

Em ambos os casos, autonomia e conotação autonímica, o que se vê é o falante valendo-se da consideração da estrutura semiótica da língua para jogar com a maior ou menor opacificação – o termo é de Récenati – das unidades lexicais vistas na sua qualidade de unidades semióticas, ou seja, constituídas de significante e significado, para usar os termos saussurianos, ou de forma e sentido, para usar os termos benvenistianos. É isso que chamo de significação à moda do signo: o ponto de partida do falante para fazer autonomia ou conotação autonímica é supor a unidade semiótica.

No fenômeno em que o falante utiliza a língua para falar da materialidade significante da língua, o que é colocado em destaque é a

falta do “significado” que permitiria advir a unidade semiótica. Em outras palavras, o falante reconhece que uma dada forma significante tem significado, em uma dada instância enunciativa, no entanto, esse significado não sendo dado pelo semiótico do sistema, resta ser atribuído pelo falante que reconhece seu valor em uma dada situação. Essa atribuição é o que considero um *contorno de sentido* que o falante produz, o que o alça à condição de um etnógrafo da própria língua, já que o contorno nada mais é que um testemunho da experiência do falante enquanto falante-ouvinte.

Cabe voltar, agora, à passagem em que Caetano Veloso comenta a voz de Gal Costa. “O som da voz da Gal”, a materialidade significante destacada pelo falante, é significado no discurso do locutor, de maneira simples e única. O falante fala da língua, de uma parte que reconhece como sendo de natureza linguística – a materialidade significante “o som da voz da Gal” –, e reconhece a falta de atribuição de sentido semiótico dessa materialidade, embora a reconheça, de imediato, como pertencente à língua. Essa falta de sentido é “contornada” pelas expressões que seguem: “não é explicado” e “é acontecido” são apenas as mais bonitas.

Ora, a materialidade significante da língua é destacada pelo falante como algo de extrema relevância para o conjunto do que está acontecendo em uma dada situação, no entanto, falta-lhe um sentido semiótico. O sentido advém do falante, no discurso, ao produzir o contorno de sentido. Com certa liberdade de uso de termos, poder-se-ia dizer que o significante é desde sempre reconhecido pelo falante, mas o significado é atribuído ao elemento dentro de um contexto singular.

E a materialidade significante? Que espécie de fenômeno é esse? Considero pertencente à materialidade significante tudo o que é da ordem do *vocal* na língua.

Tenho consciência que essa definição não é suficientemente autoexplicativa. O fato é que o que é da ordem do vocal na língua liga-se a campos muitos distintos – religiosos, patológicos, poéticos, entre outros – sem que algo, aparentemente, os ligue entre si. Além disso, minha definição de materialidade significante parece excluir, em princípio, a escrita. Não haveria materialidade significante na escrita?

As respostas que posso ensaiar, neste momento, circunscrevem-se à natureza vocal da linguagem humana. É inegável que o homem fala

e que sua fala vale-se da voz. Como a voz toma corpo na língua? Como se ligam o som e o sentido? Tais perguntas tocam, ao menos de leve, dois aspectos que, em minha opinião, devem ser enfrentados por uma teoria da linguagem que inclua a materialidade significativa: de um lado, os termos do compartilhamento – o que, de imediato, impõe consideração à figura do interlocutor e da categoria da escuta – de algo que é único e singular; de outro lado, a natureza sónica de tudo que diz respeito à língua – o que toca a relação entre o que é da ordem do único com o que é da ordem da possibilidade de haver comunicação (o social, o signo). O contorno de sentido é uma maneira de manter a natureza sónica da materialidade significativa.

Como é possível ver, acredito que se pode estudar o contorno de sentido que o falante dá, na língua e pela língua, à voz de si e/ou à do outro. Esse contorno, essencialmente da ordem do sentido, cabe reiterar, tem um correlato no plano formal, qual seja, a localização do sentido, e mesmo a distribuição, em algo entendido pelo falante como unidades linguísticas construídas no agenciamento da linguagem. Essa localização pode se distribuir linearmente em um determinado nível linguístico ou transversalmente aos níveis linguísticos.

Para que fique bem claro: o contorno de sentido é algo que o falante faz sobre uma unidade que é localizada pelo falante como tal. Não interessa se isso corresponderia, ou não, à verdade científica. O que está em questão é o saber que o falante articula. Em outras palavras: o falante pode produzir uma interpretação sobre um elemento X que, na verdade, em um exame acurado, não estaria implicado no que está sendo dito. O contorno de sentido situa o homem na sua condição de falante, interlocutiva em sua essência.

Pela natureza metalinguística da linguagem, o homem coloca em prática a capacidade de delimitar mecanismos necessários e suficientes para que, cotidianamente, a propriedade da linguagem de se autointerpretar se efetive. É como se o falante, através do contorno de sentido dado à face significativa, respondesse simultaneamente a dois implícitos contidos em uma só pergunta: que sentido tem X? Em outras palavras: há sentido e esse sentido localiza-se em X, sendo X algo que advém pela materialidade significativa, pela voz.

Assim, não se trata mais de fazer uma fonologia, uma sintaxe, uma morfologia, mas de ver que elementos integrados a essas realidades

da língua permitem ao falante localizar uma interpretação que diz respeito ao que chamo de contorno de sentido. Corrobora-se, assim, a ideia, quase comum, de que o homem fala para dizer algo; há na fala do homem um propósito dependente da interpretação do outro.

Isso não implica nem simetria nem garantia de comunicabilidade, mas garante ao falante a sua condição de falante e ao outro falante a condição de quem pode dizer algo sobre o que foi dito. Chega-se, então, a uma linguística do homem falante. A linguística do homem falante interessar-se-ia pelo que o homem diz da língua, sobre a língua, a respeito da língua. É tempo de dar lugar a essa etnografia. O falante é etnógrafo da própria língua.

Para terminar

O primeiro ponto que cabe chamar a atenção é que a expressão “*contorno de sentido*” não é usual no campo da linguística geral. Além disso, é importante ressaltar que, apesar de ser um termo que, na minha formulação, está ligado ao campo da voz, ele não deve ser tomado como algo exclusivo da materialidade acústico-articulatória ou mesmo apenas de natureza fonológica. *Contorno de sentido* é um termo, cunhado para os fins deste trabalho, utilizado para nomear o comentário construído pelo falante, um saber, sobre a materialidade significativa da língua.

Parte-se, também da proposição geral de que a propriedade das línguas de produzir sentido está fortemente vinculada à forma que serve de invólucro ao sentido. Tem-se, assim, de um lado, o *contorno* como o que releva da interpretância operada pelo falante, o que implica uma relação específica de forma e sentido.

O *contorno* é uma espécie de acabamento de conjunto que o locutor dá, em seu discurso, à face reconhecida como significativa da língua – a sua e a do outro. Em linhas gerais, ele desempenha uma função modal constitutiva do discurso. Logo, o estudo do *contorno de sentido* é de natureza semântico-interpretativa.

Esse contorno – que, por vezes, também gostaria de chamar de “narrativo” porque, de certa forma, o falante constantemente “conta coisas sobre si e sobre sua língua” – que o falante dá à sua enunciação e/ou à enunciação do outro diz respeito à natureza metalinguística da linguagem, à capacidade que esta tem de conter os mecanismos

necessários para que o homem coloque em prática, cotidianamente, a propriedade da autointerpretação. É nesse aspecto que considero o falante um etnógrafo da própria língua.

A partir do que apresentei em linhas gerais, acredito que se chega a fazer uma linguística do homem falante, uma linguística que se interessa pelo que o homem diz da língua, sobre a língua, a respeito da língua, com a língua. Chega-se, assim, a uma antropologia – no sentido mais literal possível de “conhecimento do homem”, como lembra Todorov (2014) – que não prescindiria da enunciação, da presença do homem na língua, para lembrar Benveniste.

O que há de tangível na face significante da língua, no que habita a voz? Apenas o que o ouvido diz dela. A proposta que este texto não faz mais que esboçar diz respeito a isto: o efeito que a face significante produz ao ouvido. Esse efeito é uma espécie de acabamento de sentido apenas perceptível a uma orelha que devolve o que ouve sob a forma de um sentido, de algo que se poderia considerar uma narrativa. A voz e a orelha são as duas faces de um mesmo fenômeno. Portanto, a voz somente tem existência para o outro, lugar do ouvido, tanto de quem fala como de quem escuta.

O leitor deve ter percebido: equiparo a materialidade significante à voz. Esse tema mereceria maior desenvolvimento, o que não farei aqui. No entanto, advirto: voz, para mim, tem um sentido muito especial que não recobre a mera emissão acústico-articulatória. De certa maneira, a voz tem uma essência paradoxal: ela é, ao mesmo tempo, algo que se impõe imperceptivelmente e algo que não se pode deixar de perceber. Explico-me: a voz deve ser suficientemente transparente para que, através dela, com ela, veicule o sentido, e a autoridade maior que delinea o próprio de cada um, mas deve também conter uma certa opacidade sobre a qual se volta em casos muito particulares, não generalizáveis. A voz é, assim, simultaneamente, transparente e opaca.

Cabe olhar para o contorno de sentido que o falante dá, na linguagem e pela linguagem, à voz de si e à do outro. Esse olhar pode fundamentar uma antropologia da enunciação que está por vir.

Essa antropologia da enunciação é menos um estudo antropológico no sentido em que comumente se atribui e mais uma perspectiva que não prescinde do fato de o homem falar. A propriedade

loquens do homem permite reconhecer outra linguística, que admite o falante, logo, o homem, no seu interior.

A linguística – até mesmo a linguística da enunciação – não raras vezes rejeita o falante sob o argumento de que ao linguista cabe apenas a admissão da representação propriamente linguística. Não é assim que penso. Creio que a antropologia da enunciação seria, antes de tudo, um estudo da natureza *loquens* do homem, o que tem um interesse humano geral e não apenas disciplinar.

Claude Hagège (1985), em seu livro *L'homme de paroles*, formula a questão central que, aos meus olhos, dá consistência ao que chamo de antropologia da enunciação. Tomo-a emprestado para os meus fins: que lugar cabe à linguagem na definição de homem?

Se entendi bem a ideia de Benveniste de que a língua é interpretante de si e de todos os demais sistemas semióticos, é possível, nessa interpretação de si, situar o falante como etnógrafo da própria língua. A antropologia da enunciação quem faz é o falante. E uma forma de fazê-la, ao menos no que tange à parte da ideia que professa a autosemiotização (o termo é de Benveniste), é produzindo interpretações sobre a própria língua, contornando-a de sentidos. Nessa formulação, há uma possibilidade de simultaneidade entre o objeto e o estudo do objeto: é o fato de o homem poder falar sobre sua língua.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Ces mots qui ne vont pas de soi, boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse, 1995 (Tome 1 e Tome 2).
- BARTHES, Roland. O grão da voz. In: _____. *O óbvio e o obtuso*. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 255-264.
- BENVENISTE, Émile. Semiologia da Língua. In: _____. *Problemas de linguística geral*. Campinas: Pontes, 1989. p. 43-67.
- _____. *Últimas aulas no Collège de France 1968-1969*. São Paulo: Unesp, 2014.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- FLORES, Valdir et al. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

- FLORES, Valdir do Nascimento. O falante como etnógrafo da própria língua: uma antropologia da enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 50, n. esp. (supl.), p. s90-s95, 2015.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- HAGÈGE, Claude. *L'Homme de Paroles*. Paris : Librairie Arthème Fayard, 1985.
- HARRIS, Zellig. *Structures mathématiques du langage*. Paris: Dunod, 1971.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1975.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: _____. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 118-162.
- LYONS, John. *Semântica I*. Lisboa: Presença, 1980.
- RÉCANATI, François. *La transparence et l'énonciation, pour introduire a la pragmatique*. Paris: Seuil, 1979.
- RECANTO Gal ao vivo. Direção: Dora Jobin e Gabriela Gastal. Universal Music, 2013, 1 DVD, 130 min.
- REY-DEBOVE, Josette. *Le métalangage, étude linguistique du discours sur le langage*. Paris: Le Robert, 1978.
- _____. *La linguistique du signe, une approche sémiotique du langage*. Paris : Armand Colin, 1998.
- _____. Réflexions en forme de postface. In: AUTHIER-REVUZ, J.; DOURY, M.; REBOUL-TOURÉ, S. *Parler des mots, le fait autonymique en discours*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2013. p. 335-341.
- TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum, ensaio de antropologia geral*. São Paulo: Unesp, 2014.

Bakhtin e Benveniste: a comunicação entre intersubjetividade e dialogismo para uma teoria antropológica da língua/gem

Vera Lúcia Pires

“À Professora Doutora Leci Borges Barbisan, palavra segura de orientação. Exemplo intelectual a ser seguido.”
(Agradecimentos: Tese de doutorado desta autora, PUCRS, 1999)

“Qui dit homme, dit langage et qui dit langage, dit société.”
(Lévi-Strauss)

1 Introduzindo o tema

O problema da significação na língua/gem¹ é dos mais significativos nos estudos linguísticos. Como já enfatizaram dois grandes estudiosos da linguagem, Mikhail Bakhtin (1986 [1929]) e Émile Benveniste (1989 [1974]), essa é uma das questões mais complexas na história da Linguística.

Neste capítulo, farei uma releitura, relacionando novamente² os dois autores e estabelecendo uma composição entre as unidades operacionais que integram seus aportes teóricos sobre a significância. Ambos, ao reformularem alguns preceitos saussurianos, promoveram uma superação nas relações entre os signos linguísticos. Por considerarem a linguagem uma prática social e semiótica, que tem na língua a sua realidade material, Bakhtin e Benveniste investem na

¹ Optou-se pelo uso da forma língua/gem por nos permitir trabalhar o fato de forma integrada em sua relação dinâmica e dialética de componente de um sistema complexo. Além disso, é constante a referência, na obra do Círculo, de um ou de outro termo, recobrando conceitos similares.

² Conferir a respeito: Sobral (2013), Pires (2012) e Pires e Dias (2009), entre outros.

Linguística da Enunciação³, evidenciando a discussão de questões como a subjetividade e a alteridade na linguagem, além de examinarem o lugar do social, visivelmente marcado no processo de construção de enunciados, via intersubjetividade.

A complexidade da significação é enfatizada, por ambos, de duas maneiras: ligada, por um lado, à língua; por outro, à atividade linguageira – ou à enunciação/enunciado⁴. Assim sendo, Benveniste (1989 [1974]) propõe dois níveis de significação, “nível semiótico” e “nível semântico”, enquanto Bakhtin (1986 [1929]) reflete sobre a situação em termos dos elementos “tema” e “significação”. É possível assegurar que os estratos semiótico e o de significação relacionam-se à materialidade linguística, enquanto o nível semântico e o tema estão ligados ao contexto, ou seja, ao uso da linguagem; entretanto a fronteira traçada entre esses dois estratos é relativamente estável.

O mais importante em relação à significância nos dois autores, porém, é uma *Weltanschauung* compartilhada por ambos: a visão humanista de mundo que torna inseparáveis o ser humano, sua linguagem e a sociedade.

Seguindo a trilha aberta por Faraco (2001, p. 36), que defende uma “*linhagem de pensamento*” comum a determinados pensadores, a qual preconizava um modo de pensar díspar da visão de mundo hegemônica em sua época, tentarei refletir sobre as teorias enunciativas de Bakhtin e de Benveniste. Acredito que existe em comum nas teorias desses dois estudiosos, fundamentalmente, um ponto de vista dialético e dialógico a respeito da língua/gem. Tal aspecto revela uma abordagem epistemológica estreitamente vinculada a uma visão humanista das ciências sociais, concepção que também assumo para abordar as questões aqui relacionadas.

³ O sintagma Linguística da Enunciação não aparece na obra dos autores; entretanto, é consensual entre os pesquisadores contemporâneos que estudam as teorias enunciativas.

⁴ É pertinente realizar um adendo, nesta ocasião, em relação ao emprego dos termos enunciação e enunciado: na obra de Bakhtin e seus companheiros, não são utilizadas as duas palavras, mas apenas uma, a qual dá conta tanto do ato de emissão (enunciação), quanto do produto de tal ato (enunciado). Conferir a esse respeito Bezerra (2010); em relação a Benveniste, ambos os termos dão conta do processo de colocar a língua em funcionamento e do produto da enunciação – o enunciado.

2 Da Linguística e da Linguística da Enunciação

A Linguística moderna, como é sabido, assumiu a dicotomia saussuriana língua/fala e instituiu como objeto de estudo a língua, considerada um sistema social de signos. A partir dessa cisão, tornou-se a ciência piloto dos estudos das humanidades, dando início à problemática ligada à significação/sentido, visto que F. de Saussure (1974 [1916], p. 22) priorizou a língua, “parte social da linguagem, exterior ao indivíduo”, em detrimento da fala, em seu entender, domínio individual do sujeito e de seu exterior sócio-histórico. Com tal exclusão, a significação ficou à mercê das relações internas entre os signos no sistema linguístico.

O filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin, juntamente com seu Círculo, foi o primeiro estudioso a propor a superação das dicotomias saussurianas, privilegiando as determinações sociais, as históricas e as ideológicas no uso dos discursos. No entanto, o trabalho do Círculo, realizado ainda na década de 1920, somente veio a ser conhecido, na Europa ocidental, em meados dos anos sessenta.

A partir da década de 1940, estudiosos da linguagem, como Roman Jakobson e Émile Benveniste, ao observarem alguns elementos linguísticos que remetem tanto a instâncias interiores quanto às exteriores da língua – os *shifters* ou *embrayeurs* (dêiticos) – respectivamente, centraram a figura do sujeito produtor de enunciados, ampliando o escopo das pesquisas linguísticas para o processo de enunciação. A partir de então, o papel dos falantes no processo da produção de enunciados vai constituir a investigação nas teorias da enunciação.

O interesse do presente estudo é propor uma busca das interfaces enunciativas em relação à significação, discutindo determinadas conceituações ligadas aos aportes teóricos de M. Bakhtin e seu grupo e aos do linguista francês É. Benveniste, os quais, ao abrirem a análise linguística para a enunciação, centralizaram o caráter subjetivo/intersubjetivo e de alteridade da linguagem.

Na esteira do que Santos (2004) preconizou – uma superação da dicotomia ciências naturais/ciências sociais, em prol da revalorização dos estudos humanistas – assume-se o compromisso de uma posição

conveniente ao processo de intervenção do sujeito humano criador de linguagem.

A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalizador da progressiva fusão das ciências naturais e sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, ao contrário das humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. (SANTOS, 2004, p. 71/2).

Tendo em mente que a investigação do ser humano e de suas práticas discursivas e sociais tem sido uma opção de pesquisadores da língua/gem, tributários de uma filosofia humanista, tais como Bakhtin e Benveniste, abordam-se textos dos autores que expressam as considerações expostas acima, no caso de Benveniste, a certeza de que o homem está na língua e de que não há possibilidade de humanidade ou de sociedade sem a linguagem, enquanto que em Bakhtin, também a firme convicção de que a linguagem é uma realidade definidora da própria condição humana.

Os textos eleitos para discorrer a respeito dessa compreensão antropológica na obra desses dois grandes estudiosos da linguagem foram publicados nas obras *Marxismo e filosofia da linguagem*, *Problemas da poética de Dostoiévski* e *Estética da criação verbal* (Bakhtin/Volochinov; Bakhtin), assim como em *Problemas de linguística geral* I e II (Benveniste). Além desse aspecto, articula-se a aplicação de tal concepção nos discursos da vida cotidiana, por meio de dois mecanismos de organização linguageira: em Benveniste, o aparelho formal de enunciação e, em Bakhtin, os gêneros discursivos.

Nos textos, “Tema e significação na língua” (Bakhtin/Volochinov, 1986 [1929]) e em “A forma e o sentido na linguagem” (Benveniste, 1989 [1974]), os autores, já de início, questionaram o que consideravam um dos problemas mais polêmicos dos estudos lingüísticos, a saber, a significação. Bakhtin/Volochinov afirmava, então, que “O problema da significação é um dos mais difíceis da lingüística. As tentativas de resolução desse problema têm revelado o estreito solilóquio da ciência lingüística com particular clareza.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1986 [1929], p. 128). Por seu lado, Benveniste postulava, dialeticamente, a “integração” e “reinterpretação

da oposição” *forma e sentido* como uma maneira de iluminar o cerne da questão mais importante da linguagem, ou seja, “o problema da significação”, nos seguintes termos:

[...] bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*. Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar. (BENVENISTE, 1989 [1974], p. 222).

Para ambos os autores, a significação é uma propriedade intrínseca da língua/gem, fazendo parte de sua natureza. Começamos, pois, pela significação.

3 Da significância na língua/gem

De forma geral, pode-se afirmar que tanto para Benveniste quanto para Bakhtin a significação faz parte da natureza da língua/gem, sendo “um destes problemas imensos que por concernirem a muitas ciências, não são tomados em si por nenhuma delas.” (BENVENISTE, 1989 [1974], p. 222). Assim sendo, Benveniste (1989 [1974]) abordou a significação do seu ponto de vista próprio, afirmando, além disso, que não havia um “ponto de vista que seja comum” aos linguistas no que se refere ao estudo da significação.

Ainda de acordo com o autor, “antes de qualquer coisa a linguagem significa, tal é o seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções no meio humano” (BENVENISTE, 1989 [1974], p. 222). No texto que abre o primeiro volume do *Problemas de linguística geral I*, Benveniste afirma que “a linguagem é um fato humano; é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural” (BENVENISTE, 1988 [1966], p. 17), colocando em voga, desde muito cedo, seu pertencimento àquela linhagem de pensamento humanista, o qual desembocará na visão antropológica de seus estudos, assumida por ele ao projetar “uma grande antropologia (no sentido de ‘ciência geral do homem’). (BENVENISTE, 1989 [1974], p. 38). E, ainda seguindo seu pensamento, seria no nível do mecanismo de significação “que o estudo da língua pode tornar-se

uma ciência piloto esclarecendo-nos sobre a organização mental que resulta da experiência do mundo” (BENVENISTE, 1989 [1974], p. 24).

Do mesmo modo, anteriormente, desde a década de 1920, Bakhtin e seu grupo filiavam-se a tal linhagem antropológica, “uma antropologia filosófica”, cujo centro era a concepção dialógica do mundo, ou, como explica Faraco (2001), “uma *Weltanschauung*, como um olhar compreensivo e abrangente do ser do homem e de seu fazer cultural.” (FARACO, 2001, p. 118)⁵.

Em seu primeiro texto, *Para uma filosofia do ato responsável*, datado de 1919/1921, Bakhtin asseverou que, historicamente, a linguagem “desenvolveu-se a serviço do pensamento participante e do ato” (BAKHTIN, 2010, p. 84). Um ato participativo e responsável, baseado na existência do ser humano concreto e singular, compelido a agir e a responder, visto que não existe álibi para a sua existência (BAKHTIN, 2010).

A experiência da existência no mundo está no âmago do pensamento e da linguagem humana, tanto na obra de Bakhtin quanto na de Benveniste e é a partir desse prisma que será abordada a significação. Diante disso, considera-se que a questão da significação pode ser encarada, nos textos de Bakhtin e Benveniste, anteriormente referidos, de dois modos: em sentido estrito, vinculada à língua enquanto materialidade linguística de um sistema formal de signos; em sentido amplo, à atividade languageira – à linguagem em uso ou enunciação.

Em sentido estrito, por um lado, observam-se as unidades verbais no interior do sistema formal – língua, imanente ao indivíduo. Aqui, concebem-se os elementos benvenistianos, “nível semiótico”, ligados à forma, bem como a noção bakhtiniana de “significação”. Por outro lado, no sentido mais amplo, vinculados ao contexto socioideológico de uso interativo da linguagem, via enunciação, ressaltam-se, em Benveniste (1989 [1974]), a noção de “nível semântico”, relacionado ao sentido; do mesmo modo que em Bakhtin/Volochinov (1986 [1929]), a noção de “tema”.

⁵ Conferir, a respeito das filosofias em Bakhtin, o texto de Sobral (2005): “Filosofia e (filosofias) em Bakhtin”.

Indispensável é, neste momento, enfatizar a integração dialética em relação a todos os elementos envolvidos na questão da significância para ambos os autores. De acordo com Benveniste (1989 [1974]), na “dupla significância” da língua/gem, a oposição forma/sentido deveria ser integrada e esclarecida. Assim, ele se manifesta:

Opor a forma ao sentido é uma convenção banal e os próprios termos parecem assim usados; mas se nós tentarmos reinterpretar esta oposição no funcionamento da língua integrando-a e esclarecendo-a, ela retoma toda sua força e sua necessidade; vemos então que ela contém em sua antítese o ser mesmo da linguagem, pois eis que de um só golpe ela nos coloca no centro do problema mais importante, o problema da significação. (BENVENISTE, 1989 [1974], p. 222).

Com isso, parece que, para Benveniste, a forma e o sentido podem ser definidos no interior de um sistema de signos convencionalmente empregados, tanto quanto, exteriormente, no uso da língua, em determinadas condições de enunciação.

Já em Bakhtin/Volochinov, a questão adquire outra compreensão. A investigação do significado de uma palavra leva a direções diversas: a “significação” examina a palavra como em estado de dicionário, ou seja, no sistema linguístico; enquanto o “tema” abrange seu significado contextual nas situações enunciativas específicas.

Entretanto, ainda que possam ser diferenciados, tema e significação estão intrinsecamente relacionados, como afirma Bakhtin/Volochinov (1986 [1929], p. 129):

[...] é impossível traçar uma fronteira mecânica absoluta entre a significação e o tema. Não há tema sem significação, e vice-versa. Além disso, é impossível designar a significação de uma palavra isolada (...) sem fazer dela o elemento de um tema, isto é, sem constituir uma enunciação, um “exemplo”. Por outro lado, o tema deve apoiar-se sobre uma certa estabilidade da significação; caso contrário, ele perderia, em suma, o seu sentido.

Para os autores, portanto, os elementos “significação” e “tema” integram o sentido da língua/gem como um todo, da mesma maneira que, para Benveniste, os elementos “forma” e “sentido” o fazem. De que modo, entretanto, o sujeito falante se relaciona com esses componentes

linguísticos/discursivos? Tanto Bakhtin quanto Benveniste estudaram a relação dos sujeitos com a língua/gem, relação esta que determina a enunciação/enunciado e marca a presença da subjetividade e da intersubjetividade no uso do discurso.

4 Diálogos entre a intersubjetividade, a subjetividade e o dialogismo

Ao considerar a linguagem uma prática social e semiótica, cuja realidade material é a língua, é necessário que se debata uma outra questão: a da subjetividade e a da alteridade, visivelmente marcadas na enunciação/enunciado, via intersubjetividade. Para Benveniste, em princípio, importava a presença do homem na língua (subjetividade); enquanto para Bakhtin, o foco foi a intersubjetividade por meio do dialogismo.

Além do que já está posto, propõe-se uma releitura desse assunto, refletindo em termos de um “aparelho formal da enunciação” que, nos moldes de Benveniste (1989 [1974]), deixa índices da presença do locutor e do interlocutor em seus enunciados, confirmando a intersubjetividade ligada à subjetividade; e de um “dispositivo contextual dialógico” (PIRES, 2013) da enunciação/enunciado, seguindo o pensamento de Bakhtin, que dialeticamente evidencia as condições da enunciação/enunciado e a intersubjetividade ligada à presença dos outros (alteridade) no discurso. É a partir da investigação desses mecanismos operantes da língua/gem que se pode estabelecer um vínculo, entre as teorias, que dê suporte às manifestações da concepção antropológica na atividade linguageira.

4.1 Da subjetividade e da intersubjetividade: o aparelho formal de enunciação

[...] “o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto na dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura nele.”
(BENVENISTE)

As teorias enunciativas priorizam a ordem da língua/gem, porém sob diferentes perspectivas (“o ponto de vista cria o objeto”, já afirmara

Saussure (1974 [1916], p. 15), partindo da relação estabelecida pelo falante com a língua/gem.

Com Benveniste, são privilegiadas as marcas linguísticas deixadas no enunciado pelo sujeito da enunciação, as quais evidenciam a subjetividade na linguagem. Para o autor, a subjetividade é um movimento enunciativo fundado pela língua/gem. Ele afirmava: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (BENVENISTE, 1988 [1966], p. 286) ou, ainda, adiante, “a ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade de o locutor se propor como ‘sujeito’”. No momento da enunciação, o sujeito falante assume a língua/gem e ali se mostra.

Essa assunção é sustentada como uma “estrutura de diálogo”, quando o autor afirma: “O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo (...) Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação” (BENVENISTE, 1989 [1974], p. 87). Destarte, a condição de diálogo é constitutiva da pessoa, pois implica reciprocidade: que eu me dirija a um tu e que, ato contínuo, esse interlocutor transforme-se no eu, dirigindo-se a mim como um tu. A consciência de si, entretanto, para Benveniste, é intersubjetiva, pois, no momento em que a enunciação institui a subjetividade, institui, também, o outro, isto é, a relação com o parceiro. Sendo assim, para Benveniste, o alicerce da subjetividade sustenta a intersubjetividade na linguagem. Em um movimento dialógico de superação dialética, o estudioso assegurou:

Caem assim as velhas antinomias do “eu” e do “outro”, do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do “próximo”, ou seja, ao contrário, a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo (...). É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento lingüístico da subjetividade. (BENVENISTE, 1988 [1966], p. 287).

Materialmente, “os títulos da linguagem para fundar a subjetividade” são as próprias formas linguísticas que indicam a pessoa,

a saber, *eu* e *tu*. É inconcebível uma língua sem expressão da pessoa, mesmo sem os pronomes pessoais. Esses pronomes são, porém, vazios de referência, sendo somente preenchidos no exercício da língua (discurso). São “signos vazios”, “indicadores da *déixis*”. (BENVENISTE, 1988 [1966], p. 288). Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio linguístico (e languageiro) da subjetividade. Em torno deles, organizam-se outros elementos: os *indicadores da déixis*, advérbios de tempo e lugar, demonstrativos, adjetivos, entre outros. Esses indicadores somente podem ser definidos na instância de um discurso enunciado por um *eu*. Tais elementos materiais, concernentes ao aparelho formal da enunciação, foram definidos por Benveniste (1989 [1974], p. 83) ao “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza”. Há, aqui, outra maneira de descrever e de interpretar essas formas, partindo de mecanismos discursivos interativos que afetam a linguagem inteira, fundamentando a intersubjetividade.

Tão essencial é a expressão linguística de pessoa que, muitos anos após os ensinamentos de Benveniste, o filósofo, sociólogo e antropólogo E. Morin, teorizando sobre o conceito de sujeito, asseverou: “O ‘Eu’ é o pronome que qualquer um pode dizer, mas ninguém pode dizê-lo em meu lugar.” (MORIN, 2010, p. 120).

Decorrente de sua filiação, mas também de sua transposição a Saussure, Benveniste demarcou uma fronteira entre os níveis de significância da língua/gem: ao *nível semiótico* pertence o sistema fechado da estrutura linguística, enquanto que ao *nível semântico* pertencem os elementos que se identificam ao “mundo da enunciação e ao universo do discurso” (BENVENISTE, 1989 [1974], p. 66).

Ao instituir o nível semântico, o linguista francês “superou” seu mestre, propondo um novo modo de significação: o do sentido na linguagem. O sentido está ligado, essencialmente, à ordem do discurso, para Benveniste (1988 [1966], p. 293), ou seja, “a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade* única que torna possível a comunicação lingüística.”

Dessa forma há, para Benveniste (1988 [1966]), duas maneiras de ser língua/gem, dois universos diferentes, no sentido e na forma: a língua como semiótica, significa; como semântica, comunica. A semântica coloca-nos no domínio da língua/gem em uso, em ação, com uma

“função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, [...] transmitindo a informação, comunicando a experiência (BENVENISTE, 1988 [1966], p. 229). É nesse domínio que a língua/gem organiza toda a vida dos indivíduos.

O caminho aberto por Benveniste, em sua teoria da enunciação, para a discussão de questões como o sujeito, a significação e a sociedade na linguagem, despertou um sentido maior na investigação linguística: aquele que situa “sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura” (BENVENISTE, 1989 [1974], p. 23), ou, como sustenta Dessons (2006), corroborando um viés antropológico na teoria do linguista francês, o humano é definido na relação com a linguagem tanto quanto a linguagem é definida na relação com o humano.

Distinta é a concepção de Bakhtin, que focalizaremos a seguir, a qual postula a intersubjetividade dialógica atrelada à alteridade.

4.2 Da intersubjetividade e da alteridade: o dispositivo contextual sócio-histórico da enunciação

[...]“estamos interessados na especificidade do pensamento das ciências humanas, voltado para pensamentos, sentidos e significados dos outros”. (BAKHTIN)

A “heteroglossia cultural”, ou pluralidade cultural, está impressa nas interpretações que são feitas a respeito da obra de Bakhtin por todos aqueles que o têm estudado. Esse fator é muito positivo e produtivo, uma vez que o seu legado pôde chegar ao nosso tempo como “função de múltiplas articulações históricas” de um “pensador em trânsito, um teórico sujeito ao diálogo.” (TIHANOV, 2013, p. 26).

A concepção dialógica bakhtiniana para a investigação discursiva, nos termos de Sobral (2013), não pode prescindir de analisar, concomitantemente, os elementos sócio-históricos e ideológicos de seu objeto, tampouco seus elementos linguísticos textuais (materialidade verbal do texto). Os enunciados devem ser investigados como uma unidade coesa de enunciação e situação de enunciação/enunciado, sem perder de vista a tensão natural existente entre sujeitos falantes, decorrente das diferenças existentes entre suas visões de mundo.

Assim, a enunciação/enunciado apresenta uma estrutura dialógica. Para Bakhtin (1987 [1963], p. 293), “A vida é dialógica por

natureza. Viver significa participar de um diálogo”. Conviver com os outros é participar do fundamento da linguagem, que é o dialogismo, essa relação entre o eu e o tu/outro, tornando a intersubjetividade anterior à subjetividade. O princípio dialógico funda a alteridade constitutiva dos seres humanos e de seus discursos, além de nos fazer encarar a diferença, pois,

Nossa fala, isto é, nossos enunciados (...) estão repletos de palavras **dos outros**. (Elas) introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos. (...) Em todo o enunciado, contanto que o examinemos com apuro, (...) descobriremos as palavras do outro ocultas ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade. (BAKHTIN, 1997 [1979], p. 314 e 318).

Por se viver em “um mundo de palavras do outro.” (BAKHTIN, 1997 [1979], p. 379), a identidade passa a ser um movimento em direção ao outro e um reconhecimento de si pelo outro.

Diferentemente de Benveniste, cujo interesse era o sistema linguístico, para Bakhtin e seu grupo importava a linguagem enquanto uso e em interação social. Eles viam na enunciação/enunciado um processo de união entre a presença física dos participantes, como também o tempo histórico e o espaço social de interação. A crítica do grupo à Linguística tradicional se deu apontando para o fato de que faltava uma abordagem da enunciação/enunciado, que desse conta do discurso, ou seja, “a linguagem em sua totalidade concreta e viva” (BAKHTIN, 1981 [1963], p. 181).

O pensamento dialético de Bakhtin/Volochinov ponderava em favor da integração língua/fala, base interativa dialógica da enunciação, afirmando (1986 [1929], p. 179) não haver “ruptura metodológica entre as formas lingüísticas e as figuras de pensamento”, entre a língua e a fala: elas estão intrinsecamente ligadas na “realidade viva da língua”.

Tendo em vista essa perspectiva, Bakhtin/Volochinov abordou os princípios da significância – *tema* e *significação*. O *tema*, por um lado, formado por elementos dinâmicos e não reiteráveis, é a dimensão concreta, “tão concreto como o instante histórico ao qual ele pertence. Somente a enunciação tomada em toda a sua amplitude concreta, como fenômeno histórico, possui tema” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1986 [1929], p. 129). De outro lado, temos a *significação*, a qual “refere-se

aos elementos da enunciação que são reiteráveis, únicos e idênticos a si mesmos toda vez que são repetidos” (PIRES; DIAS, 2009, p. 5). Tais elementos são atrelados às formas linguísticas e ocorrem como um constructo descritivo para a realização do tema.

Sobral (2009) assegura, a respeito desse tópico que, partindo dos enunciados/discursos concretos, o Círculo leva em conta, ao mesmo tempo, as formas fixas da língua:

[...] a enunciação envolve tanto o tema como a significação: as formas da língua são o plano da significação, dos significados convencionalmente estabelecidos, fixados, cristalizados, e a interação é o plano dos elementos concretos que surgem do contexto em que essas formas da língua, incluindo palavras, são usadas, o plano do tema. (SOBRAL, 2009, p. 74).

Vê-se, como já afirmado anteriormente, que ambos os elementos estão indissociavelmente integrados: o tema não existe sem a significação e vice-versa. Desse modo, em Bakhtin/Volochinov, o tema é uma “*reação da consciência em devir ao ser em devir*”; enquanto a significação constitui-se em “*um aparato técnico para a realização do tema*” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1986 [1929], p. 129). Destaca-se, fundamentalmente, que, no uso da língua/gem, as formas linguísticas da *significação* compõem, ao lado de outros elementos, o *tema* da enunciação.

Nos moldes do que Benveniste (1989 [1974]) definiu como o “aparelho formal de enunciação”, vinculando estruturas linguísticas formais e elementos semânticos, propõe-se estabelecer a base do que se poderia nomear o *dispositivo contextual sócio-histórico da enunciação*⁶. O dispositivo contextual, afinado com a concepção dialógica de linguagem de Bakhtin – guardando, porém, o vínculo entre os elementos linguísticos e os semânticos –, vai além do aparelho formal de Benveniste, dando conta da relação ser humano – linguagem – história e sociedade.

Sobre a opção pela palavra dispositivo, segue-se a atualização do termo proposta por Agamben (2006). O filósofo italiano sugere seu uso

⁶ Em projeto de estágio de pós-doutoramento, em 2013, propus a denominação de dispositivo contextual da enunciação.

para tratar de um conjunto, ou uma rede, de práticas e mecanismos subjetivadores com o objetivo de obter um efeito imediato. Para o autor, a linguagem é, talvez, o mais antigo dos dispositivos. Acredita-se, assim, que dispositivo é o termo mais adequado para esta ocasião.

Uma análise via dispositivo contextual dialógico da enunciação pode ser realizada, seguindo a categorização bakhtiniana de tema e significação, em dois patamares, associando ainda os passos metodológicos propostos por Bakhtin/Volochinov (1986 [1929], p. 124): inicialmente, vinculado ao ato enunciativo, o tema evidenciaria os aspectos dinâmicos ligados ao contexto histórico dos enunciados, momento em que seriam abordadas as formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realizam, ou seja, seriam examinadas as esferas sociais e as situações de interação. Ato contínuo, seriam contempladas as diversas formas dos enunciados, juntamente com as valorações ideologicamente fundadas; por fim, atrelada às formas linguísticas, a significação seria abordada dentro dos padrões habituais de análise linguística, evidenciando os componentes “idênticos e reiteráveis” a cada enunciação.

Ao criticarem a abordagem formal e enrijecida conferida aos gêneros discursivos nos livros didáticos, Sobral e Giacomelli (2014) apontam para os gêneros discursivos desempenhando essa função de dispositivo enunciativo. Seguindo esse posicionamento, integram-se ambas as proposições, a fim de se construir uma nova proposta de análise discursiva.

Tema e significação são, portanto, elementos de um dispositivo discursivo, há muito já conhecido pelo Círculo e por seus estudiosos, que são os gêneros discursivos. Concebido por Bakhtin (1997 [1979]) como “tipos **relativamente** estáveis de enunciado” (grifo meu), o conceito de gêneros evoluiu, contemporaneamente, podendo-se defini-lo, nos moldes de Sobral (2009), como

[...] recortes sócio-ideológicos do mundo no âmbito dos enunciados. (...) sua concretização se dá a partir da escolha da forma de composição, do tema e do estilo, que são mobilizados e determinados pelo projeto enunciativo, o “endereçamento” do enunciado, que é assim o principal elemento definidor do gênero.” (SOBRAL, 2009, p. 128, 129).

A análise de tal dispositivo será efetuada, tendo em vista o tema do enunciado, que atinge um nível extraverbal de sentido do discurso, bem como a sua forma composicional; e seu estilo, direcionado, este, para o nível dos meios linguísticos que compõem o enunciado.

Esta é uma proposta de análise ainda em construção; por isso não se desenvolverá, aqui, nenhum exemplo prático.

Acompanhando as palavras de Faraco (2001), quanto à existência de “um sistema ou uma antropologia filosófica” no pensamento de Bakhtin, ressalta-se, como já se fizera em artigo anterior – Pires (2012) – que, para o pensador russo, “o mais importante era a investigação do ser humano, *social e público*, em permanente relação intersubjetiva – de alteridade (PIRES, 2012, p. 144).

5 Concluindo o tema

A complexidade da questão da significância foi reconhecida tanto por Bakhtin quanto por Benveniste, sendo relevada tanto por meio de uma ordem associada à língua, quanto de outra associada à enunciação. Enquanto Bakhtin/Volochinov (1986 [1929]) refletiu sobre essa situação em termos da oposição *tema* (ligado à enunciação) e *significação* (vinculada à língua), Benveniste (1989 [1974]) propôs dois níveis de significância: *semiótico* (integrado à língua) e *semântico* (unido à enunciação).

Nesse sentido, sugeriu-se uma composição produtiva entre o *aparelho formal da enunciação*, proposto por Benveniste (1989 [1974]), que ultrapassou seu mestre Saussure, ao preconizar um nível em que se admitiu o sujeito na enunciação, e o que se designou como *dispositivo contextual sócio-histórico da enunciação*, nos moldes das concepções de Bakhtin e seu Círculo que, em meu entender, ao considerarem os protagonistas da enunciação interativa, sob um prisma dialógico, em contexto sócio-histórico e ideológico, superaram Benveniste.

Enfatizou-se, também, certa visão de mundo, nos dois pensadores, tributária do que Ponzio (2008, p. 201) designou como “humanismo da alteridade”, ou o que Berman (1982) nomeara “humanismo não cartesiano”, centrado na cultura do diálogo e no cotidiano. Tal humanismo assegura que as ações sociais são orientadas

por representações de subjetividade, fundamentadas na percepção de si mesmo e do outro. Sendo assim, um ser humano que assume e enuncia “eu”, apoia-se e identifica-se com uma cultura que o engendrou. Nessa perspectiva, o ser humano só é possível por meio do pertencimento a uma comunidade social.

Como afirmou Benveniste (1989 [1974]), o conceito de subjetividade é uma propriedade fundamental da linguagem, o qual nos possibilita assumir posicionamentos enquanto seres de discursos. “A sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo.” (BENVENISTE, 1988 [1966], p. 27), de modo que esse indivíduo social, como sujeito e via discurso, constrói o mundo em significado.

Entretanto, voltando a Morin (2010, p. 122) e aderindo às suas palavras, “é porque o sujeito traz em si mesmo a alteridade que ele pode comunicar-se com outrem”. Nossa subjetividade é atravessada pela alteridade; os outros são partes de mim mesmo, como tantas vezes pregaram Bakhtin e seu Círculo em toda sua obra.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 25-51.
- BAKHTIN, M. (1963) **Problemas da poética de Dostoievski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV) (1929) **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BAKHTIN, M. (1979) **Estética da criação verbal**. 2. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BENVENISTE, E. (1966) **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 1988.
- BENVENISTE, E. (1974) **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.

- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DESSONS, G. **Émile Benveniste**, l'invention du discours. Paris: Editions In Press, 2006.
- FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003.
- FARACO, C. A. O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 3. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.
- MORIN, E. A noção de sujeito. In: MORIN, E. **A cabeça bem feita**. 17.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 117-128.
- PIRES, V. L. Da intersubjetividade na linguagem. In: TEIXEIRA, M.; FLORES, V. N. (Orgs.). **O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 139-148.
- PIRES, V. L.; DIAS, A. B. A questão da significação na língua para Benveniste e para Bakhtin: é possível uma aproximação? *ReVEL*, vol. 7, n. 13, 2009. <www.revel.inf.br>.
- PONZIO, A. **A revolução bakhtiniana**. São Paulo: Contexto, 2008.
- SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- SAUSSURE, F. de. (1916) **Curso de linguística geral**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Gêneros, marcas linguísticas e marcas enunciativas: uma análise discursiva. In: SOUZA, S.; SOBRAL, A. (Orgs.). **Gêneros, entre o texto e o discurso: questões conceituais e metodológicas**. Campinas: Mercado de Letras. No prelo.
- SOBRAL, A. Benveniste: uma interface possível entre Saussure e o círculo de Bakhtin? In: PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Orgs.). **Círculo de Bakhtin: pensamento interacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 71-114.
- SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- SOBRAL, A. Ético e estético. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 103-121.

SOBRAL, A. Filosofias (e filosofia) em Bakhtin. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 123-150.

TIHANOV, Galin. A descoberta de Mikhail Bakhtin e as lições que ele tem para nós. In: PAULA, L. de; STAFUZZA, G. **Círculo de Bakhtin**: pensamento interacional. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

Dados dos autores

Capítulo 1 :

Cláudio Primo Delanoy (PUCRS) . Doutor em Letras (pela PUCRS) . **Pesquisa** teorias do texto e do discurso, enunciação, semântica argumentativa. **Grupos de pesquisa** : 2012 - Atual. Estudos do Discurso: da Pesquisa ao Ensino (Edital DOCFIX - FAPERGS/CAPES); 2012 - Atual. O papel da alteridade na concepção da Teoria da Argumentação na Língua (financiador CNPq). **E-mail:** claudio.delanoy@pucrs.br

Capítulo 2:

Dermeval da Hora Oliveira (UFPB). Doutorado em linguística. Universidade Federal da Paraíba. **E-mail:** dermeval.dahora@gmail.com

Capítulo 3:

Erica Foerthmann Schultz (UFRGS). Doutora em Letras pela UFRGS, professora do Bacharelado em Letras na mesma instituição, **E-mail** ericasofia02@gmail.com ou erica.schultz@ufrgs.br

Alunos:

1. Bianca Rabaioli_(UFRGS). Interesse em pesquisa: estudos de tradução.

E-mail: biancamrabaioli@gmail.com

2. Renan Lazzarin_(UFRGS). Bacharelado em Letras - Alemão, na UFRGS, interessado em estudos da tradução, bolsista de iniciação científica do Projeto Terminológico Cone Sul (TERMISUL). E-mail: renan.lazzarin@ufrgs.br

3. Sandra Schupp. Graduação em progresso. Interesse em pesquisa: verbos modais alemão. E-mail: sandra.schuppe@hotmail.de

4. Cláudia Fernanda Pavan (UFRGS). Bacharelado em Letras (ênfase: alemão) Interesse em pesquisa: Estudos de Tradução. E-mail: cp4v4n@gmail.com

5. Marianna Daudt (UFRGS). Tradutor Português/Alemão . Interesse em Pesquisa: Literatura Comparada. E-mail: maridaudt@gmail.com

Capítulo 4:

Marlene G. Mattes (UNIRITTER/UCS). Doutorado em Linguística Geral pela Eberhard-Karls-Universität Tübingen /Alemanha e Pós-Doutorado em Linguística Aplicada na Ludwig Maximilians Universität München /Alemanha. **Pesquisa:** Dedicar-se à pesquisa em Linguística Aplicada e Aquisição da

Linguagem. Ensino e Aprendizagem de Línguas Materna e Estrangeiras;
Descrição linguística.
e-mail: marlenemattes@yahoo.de

Capítulo 5:

Neiva T. Gomes (UNIRITTER/UCS). Doutorado em Letras (UFRGS). **Pesquisa:** Semântica Argumentativa e Sociointeracionismo discursivo. **Grupos de pesquisa:** 1) A interdiscursividade na linguagem – coordenação: Prof^{fa} Dr. Leci Barbisan - PUCRS. 2) O agir de Linguagens – coordenação: Prof^{fa} Dr. Dinorá Fraga (Centro Universitário Ritter dos Reis/Laureate). E-mail: neivatebaldi@bol.com.br

Capítulo 6:

Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS). Doutorado em Estudos da Linguagem. **Pesquisa:** Tradução, Terminologia e Neologia. Grupo de Pesquisa Termisul. E-mail: patricia.ramos@ufrgs e patriciam@terra.com.br

Capítulo 7:

Valdir do Nascimento Flores (UFRGS). Doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-doutorado (CNPq) na Université de Paris XII-Val-de-Marne e na Université de Paris X-Nanterre (CAPES). Professor Titular de Linguística e Língua Portuguesa na UFRGS. É pesquisador PQ-CNPQ. E-mail: valdirnf@yahoo.com.br

Capítulo 8:

Vera Lúcia Pires (UFSM). Doutora em Letras; Colaboradora Voluntária do PPGL da UFSM; Estágio de pós-doc na UCPel; Coordenadora do **GRPesq-CNPq** "Enunciação, práticas discursivas e processos identitários". E-mail: pires.veralu@gmail.com